

ISSN 1414-6304

Revista

MÚLTIPLA

NÚMERO 22 – ANO XII – JUNHO 2007

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

João Alfredo Leite Miranda

Manoel Moacir C. Macêdo

Michitoshi Oishi



Faculdades Integradas

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Relações Públicas

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Diretor de Ensino a Distância

Vicente Nogueira Filho

Ruy Montenegro

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ivonel Krebs Montenegro

Benito Nino Bisio

Sebastião Fontineli França

Ana Cristina Morado Nascimento

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XII - vol. 16 - nº 22, junho de 2007.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

152 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Antônio Carlos Simões e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
- ENSAIOS*
- 9** **As esferas pública e privada em Habermas**
Edna Maria Furtado
- 21** **Thomas Paine e Edmund Burke: contrastes, aproximações**
Ricardo Luiz de Souza
- 39** **Blocos regionais de poder na América do Sul: os anos 50**
Ana Luiza Setti Reckziegel
- OPINIÃO*
- 47** **A sociedade civil angolana e a (difícil) busca pela democracia**
Rodrigo de Souza Pain
- 69** **A integração regional e a ordem global: dimensões de interdependência em um mundo sistêmico**
Haroldo Loguercio Carvalho e Ana Paula Oro
- 79** **O tempo estacionado no presente**
Luis Carlos Assis Iasbeck
- INFORMAÇÃO*
- 93** **Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo**
João Mendes da Rocha, Danilo dos Santos Maia Júnior e Hikson de Paula Santos
- 109** **Especialização e potencial endógeno na análise regional**
Mario Riedl e Cláudio Machado Maia
- 131** **Formação universitária, exercício profissional e especialização na área do Direito**
João Maurício Adeodato
- 145** **Tancredo & Clarinda à luz de Tasso, Monteverdi e Freud (resenha)**
Edila Ferri
- 149** **Normas para Colaboradores**

SUMMARY

- 5** **Foreword**
- ESSAYS*
- 9** **Public and private spheres in Habermas**
Edna Maria Furtado
- 21** **Thomas Paine and Edmund Burke: contrasts, approximations**
Ricardo Luiz de Souza
- 39** **Regional power blocs in South America in the fifties**
Ana Luiza Setti Reckziegel
- OPINION*
- 47** **Angolan Civil Society and the (difficult) quest for democracy**
Rodrigo de Souza Pain
- 69** **Regional integration and global order: interdependence in a systemic world**
Haroldo Loguercio Carvalho and Ana Paula Oro
- 79** **Verb tense stationed at present**
Luis Carlos Assis Iasbeck
- INFORMATION*
- 93** **Space and tourism: considerations on the Program for Tourism Regionalization**
João Mendes da Rocha, Danilo dos Santos Maia Júnior, Hikson de Paula Santos
- 109** **Specialization and endogenous potential in regional analysis**
Mario Riedl, Cláudio Machado Maia
- 131** **College formation, professional's practice and specialization in Law**
João Maurício Adeodato
- 145** **Tancredo & Clarinda under the prisms of Tasso, Monteverdi e Freud (book review)**
Edila Ferri
- 149** **Norms for contributors**

APRESENTAÇÃO

A edição da **Revista Múltipla** que estamos entregando ao público desenvolve temas variados, como de praxe. Na seção *Ensaaios*, apresenta considerações relativas à formação da esfera pública e privada, sob a ótica de Habermas. Uma análise comparativa entre as obras de Edmund Burke e Thomas Paine, a partir de posições assumidas por eles, ao longo das respectivas atividades políticas, também é contemplada. Além disso, a seção apresenta as coordenadas gerais da tentativa de formação de um bloco regional de poder na América do Sul, no início dos anos 50.

Na área de *Opinião*, a **Revista** oferece estudo mostrando as opções de desenvolvimento adotadas pela sociedade civil angolana entre a passagem da Primeira para a Segunda República. Outra abordagem reflete sobre as condicionantes que atuam na conjuntura regional do Cone Sul, determinando os ritmos de aproximação e afastamento balizadas pela ordem internacional. Traçamos, ainda, análise sobre uso de verbos no presente, em textos jornalísticos e televisivos como padrão midiático, nas últimas décadas, independentemente do período da ocorrência do fato.

A seção *Informação* contém estudo de caso abordando o papel da especialização no processo de desenvolvimento regional. Apresenta ainda um enfoque sobre os critérios adotados pelo MEC e outras instituições ligadas à educação, no que concerne à autorização de funcionamento de cursos de pós-graduação na área do direito. Considerações sobre questões espaciais no âmbito do programa de regionalização do turismo são igualmente apresentadas. A resenha da obra Tancredo & Clorinda, à luz de Tasso, Monteverdi e Freud, lançada pela Bâscula Editora, complementa a edição.

Esperamos que as contribuições do presente número contemplem áreas de interesse dos leitores.

A editora

ENSAIOS

Introdução

Discorrer sobre a formação das esferas pública e privada nas sociedades burguesas, à luz de Habermas, supõe situá-lo no contexto de sua fase marxista, como legítimo representante desse pensamento. Em tal sentido, cabe lembrar o percurso de análise por ele empreendido, em relação aos elementos constitutivos dos caminhos metodológicos delineados pelo marxismo, aí evidenciando sobretudo as articulações dos vários níveis da realidade social, entre os quais a esfera econômica se inscreve de forma estruturante.

Trata-se de considerar, em sua vinculação, os fenômenos da cultura, da política e da economia, sem, entretanto, reduzirem-se-lhe as dimensões ou a importância. É, portanto, pautado ou ainda fundamentado nesse tripé, que Habermas encaminha e engendra as questões acerca da esfera pública, advertindo que para tanto se faz necessário encará-la como categoria histórica.

Para ele, a esfera pública burguesa é concebida como categoria típica de época,

...não podendo ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa sociedade burguesa nascida no outono da Idade Média européia para em seguida generalizá-la num ideal-tipo, transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer" (Habermas, 1984: 9).

Defendendo ponto de vista metodológico, que privilegia a análise estrutural da totalidade das relações sociais – logo encarando a sociedade como um conjunto articulado de relações sociais – Habermas elege sua análise em função da estrutura da esfera pública, precisamente do modelo liberal burguês, sem, no entanto, deter-se nas variantes da Revolução Francesa (Robespierre) ou na variante da Inglaterra (movimento cartista), ou ainda nas variantes européias das tradições anarquistas (movimento operário europeu), mesmo que chame atenção para sua importância.

Nesse contexto identificar-se-á nas transformações sociais, vivenciadas pela burguesia: a separação entre as esferas pública e privada, bem como o momento em que estas se interpenetram, num misto entre o particular e o público, ocorrendo sobretudo na contemporaneidade.

Dessa feita, analisar-se-á, no jogo de forças sociais, a mediação do Estado burguês frente à conformação do poder político e das classes sociais, abordando o modo pelo qual o Estado intervém nas relações pública e privada e como ele é concebido pelos atores sociais, ai destacando suas reivindicações por um Estado que acompanhe as transformações e aponte soluções satisfatórias.

Assim sendo, apresentar-se-ão as considerações finais deste artigo, resultado das apreensões fruto das leituras e discussões, desenvolvido fundamentalmente à luz da filosofia habermasiana e das concepções e leituras do *mundo da vida*¹ por parte desta autora.

Inaugurando a temática

Identificar, no pensamento de Habermas, o processo burguês de separação entre as esferas pública e privada, implica compreender as relações e as transformações sociais burguesas que ocasionaram essa mudança. Para isso, compete uma análise sobre a forma como elas se constituíram na sociedade capitalista. Nessa perspectiva estarão sendo evidenciadas questões econômicas, políticas e culturais, cuja articulação culminou com o processo de constituição e separação das esferas pública e privada, tendo nos atores sociais, notadamente nas pequenas famílias patriarcais burguesas e, em suas relações, o espelho da construção vivenciado e direcionado em tal época. Nas palavras de Habermas (1961:60):

As experiências, sobre as quais um público, que, apaixonadamente tematiza a si mesmo, busca no raciocínio público das pessoas privadas entendimento mútuo e esclarecimento essas experiências fluem de fontes de uma subjetividade específica: o seu lar, é, em sentido literal, a esfera da pequena-família patriarcal.

É no âmago dessas relações - na pequena família - que se identificam todas as transformações ocorridas e que, até os nossos dias, estão presentes em nossa sociedade, fruto desse movimento construtivo da esfera política, ainda perdida em meio à lógica capitalista e à ideologia que se apresenta como pano de fundo, ou propositadamente oculta.

Não obstante, abordar a constituição das esferas pública e privada, segundo a filosofia habermasiana, significa transportar-se, diacronicamente, ao momento histórico do século XVIII, nele evidenciando os aspectos condicionadores e determinantes da gênese – idealização, estruturação, organização, funcionamento – dessas esferas.

Conforme já mencionado, Habermas concebe a esfera pública como categoria histórica. Sua análise se dá sob dois pontos, cuja origem remete ao âmbito burguês: o primeiro configura-se no desenvolvimento cultural e o segundo no econômico – aí destacando-se o desenvolvimento do capitalismo – e à ascensão cultural, trazida na forma pela qual a sociedade burguesa teve acesso a um modelo cultural antes não vivido e que, de certo modo, culminou em nova realidade nas relações sociais.

Portanto, são dois os enfoques que sinalizam para uma nova realidade política. Nesse sentido, convém salientar que os regimes políticos vigentes eram absolutistas ou despóticos; ainda que esclarecidos, tais regimes não admitiam instituições representativas; com exceção da Inglaterra que, a partir de 1688, vivenciou um regime liberal e representativo. Importante se faz ressaltar que, mesmo com essa revolução, o seu sistema eleitoral excluía das instâncias de representação grande parte da burguesia, a elas tendo acesso os que possuíam títulos imobiliários e aristocráticos.

Dessa forma, esses atores sociais dispunham de toda uma conjuntura social e política para sentirem-se em oposição; condição essa fundamental que os reuniu em cafés, casas de concerto, museus, salões, entre outros; desse modo, reunidos pela cultura, porém com uma afinidade a mais, a saber, a questão política: condição de oposição. Esse fato ocasiona também a fundação de jornais e revistas que vão comungar uma espécie de opinião pública de oposição aos governos dominantes e aos regimes vigentes.

Nesse rumo, a esfera pública estrutura-se primeiramente ao nível das artes e da literatura, atividades artísticas, em torno das quais os burgueses vão se agrupar. Significa que na base de formação da esfera pública burguesa, incluem-se atividades e ativadores (ativistas) afeitos às artes literária e plástica.

Assim sendo, esses espaços públicos, em que indivíduos privados se reúnem formando coletividade, constituem-se essencialmente em pontos de discussões. Desse modo, caracterizam-se pela construção de uma nova esfera pública, que pressupõe e exige também uma nova esfera privada. Noutras palavras, há mudança na forma de vida particular, em que as pessoas passam a participar, a se unir, como seres privados num segmento social, gerado a partir da coesão desses sujeitos.

Em tais circunstâncias, a correspondência epistolar tem enorme crescimento e função ímpar, pois, ao escrever cartas, o indivíduo desenvolve a sua subjetividade. Esse fato representa, portanto, o novo processo do privado e do público. Segundo Habermas *cartas de outros não são apenas emprestadas, mas copiadas; várias correspondências são de antemão destinadas a serem impressas, como demonstram, na Alemanha, os exemplos de Gellert, Gleim e Goethe. Uma expressão corrente na época confirma isso: de uma carta bem redigida dizia-se que era boa pra ser impressa* (op. cit: 66).

A formação da nova esfera social baseia-se, então, na união dos interesses de indivíduos privados, num público. Pois, ao pressupor indivíduos autônomos, livres e capazes de pensar por si sós, reivindica-se na verdade um direcionamento nas atividades econômicas e nova estrutura; constituída com base numa nova realidade – privada – que está associada à condição de liberdade econômica.

Sob tal condição, o fator econômico está evidenciado, quando decorre da necessidade de se exigir a existência de proprietários livres, donos de mercadorias. É o fundamento essencial da nova esfera pública autonomizada, vez que a posição de proprietário eleva a condição de autônomo. Ao que Habermas enunciava:

Na proporção de sua emancipação quanto a diretivas e controles estatais é que eles decidem livremente, de acordo com a rentabilidade, não obrigados aí a se submeterem a ninguém e tão somente sujeitos, ao que parece, às leis que funcionam na racionalidade econômica imanente ao mercado (Idem, p. 63)

Afigura-se assim nova economia mercantil, de livre concorrência, baseada essencialmente em pequenos empresários, que formam nova esfera privada, a partir da construção de novo paradigma privado econômico, de homens burgueses e livres. Esse fundamento ideológico torna-se o pressuposto de todo o modelo de esfera pública nas sociedades capitalistas, mesmo nas sociedades capitalistas industrializadas, com o predomínio da economia de monopólio. Essa reivindicação justifica-se em função da necessidade de livrar-se da regulamentação e da intervenção estatal; condições essenciais para o desenvolvimento da economia e que se legitimava de forma histórica e econômica considerável.

Cumpre observar que essa exigência está ancorada nos princípios do Direito público burguês, contemplando a idéia de igualdade e liberdade, segundo a qual

ser livre, bem como ser objeto de justiça, denotava dispor de bens econômicos. Cabe ressaltar que essa igualdade concorrencial nunca existiu em sociedade capitalista liberal. É possível afirmar êxitos: no entanto, mudanças radicais o capitalismo não implementou; não conseguindo realizar as idealizações acerca das relações sociais, no tocante ao Estado de Bem-Estar Social, em certos casos, inclusive não realizou o seu próprio crescimento.

É pois, nesse ambiente, que se depreende a origem da formação das esferas pública e privada burguesa, num verdadeiro jogo de forças na busca de redução das disparidades sociais, no sentido de implantar nova realidade social pela qual as relações políticas, econômica e culturais possam ser discutidas, direcionadas e realizadas em âmbito coletivo, em que este seja o resultado da harmonia da diversidade.

É a partir de uma repolitização e de remercantilização que vão se interpenetrar as esferas pública e privada. Configura-se, portanto, uma nova política e uma nova esfera social que não se limita ao coletivo ou ao privado, na qual estes estão implicados. Corroborando com Habermas,

À medida que o setor público se imbrica com o setor privado, este modelo se torna inútil. Ou seja, surge uma esfera social repolitizada, que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público ou do privado. Neste setor intermediário se interpenetram os setores estatizados da sociedade e os setores socializados do Estado sem a intermediação das pessoas privadas que pensam politicamente. (op. Cit., p. 208)

Nesse sentido, ocorrem mudanças econômicas e políticas que apontam para um novo marco no Direito: cria-se o Direito Social. Com esse advento, o Direito privado e o Direito Público vão passar por uma espécie de reestruturação. É evidente que a razão primeira dessas transformações encontra-se no âmbito econômico, pois, ao mudar as funções do Estado, mudam-se os direcionamentos e a aplicabilidade da economia. Conforme a filosofia habermasiana,

...na sociedade industrial organizada, como Estado-Social multiplicam-se relações e relacionamentos que não podem ser suficientemente bem ordenados em institutos quer do Direito Privado, quer do Direito Público; obrigam-se antes, a introduzir normas do assim chamado Direito Social (Idem, p. 177)

Sendo assim, a economia não é mais concorrencial, de pequenos proprietários, constituindo-se em modelo organizado de forma oligopólica, o qual pressupõe competitividade, imposição de preços sobre os mais fracos e que mantém vinculações com o Estado.

Em relação à esfera social, ela também mudou profundamente; encontra-se organizada em comum operariado com consciência de classe. No entanto, esses cidadãos caracterizam-se como sujeitos passivos que só delegam funções, são "representados": não se tem mais os cabeças-pensantes do século XVIII.

Diferencia-se também da categoria burguesa de esfera pública, no tocante à cultura. Os indivíduos não dispõem, não recorrem mais à atividade criadora, mas tornam-se meros consumidores culturais, aliás termo específico para o século XX. Não há mais reuniões típicas da era clássica burguesa, com objetivos políticos, no intuito de pensar soluções para a sociedade da época.

A conformação do poder político e das classes sociais, no jogo de forças sociais mediado pelo Estado burguês, é fortemente identificado, pois nas novas funções estatais, percebe-se a conformação dos indivíduos, vez que esta não se dava apenas no âmbito cultural. Além da esfera política, tem-se o segmento coletivo que é coagido ao conformismo e que apreende o mundo simplesmente pela forma da aparência. Assim, não busca transformações, não se modifica e não proporciona ações transformadoras.

Consolidando a temática

Ante as exposições feitas impõe-se que se considere, na discussão sobre a consolidação das esferas pública e privada nas sociedades burguesas, em Habermas, a multiplicidade de significados assumidos pelas referidas categorias (público/privado), trazendo, com elas, todo um contexto sociopolítico e ideológico demarcador de suas construções.

Remontando à gênese da esfera pública, convém lembrar que ela resultou de um processo que originou a nova relação entre o público e o privado.

Centrada nas perspectivas de mudanças entre estado e sociedade, a expressão "esfera pública burguesa" consubstanciou-se como reivindicação para mudar a natureza das citadas relações. A compreensão do seu significado, em Habermas, supõe reportar-se às sociedades européias da Idade Média, quando não havia elementos que distinguíssem o público do privado, conforme apregoava a lei romana tomada emprestada dos gregos.

Segundo Habermas (1984: 17),...*a precária tentativa de uma aplicação nas relações jurídicas da dominação feudal fundiária e de vassalagem fornece, sem querer, indícios de que não existiu uma antítese entre esfera pública e esfera privada segundo o modelo clássico antigo (ou moderno).*

Para o autor, trata-se de uma relação centrada na casa do senhor feudal, de onde emanavam todas as determinações, inclusive a organização dos trabalhos sociais. Era a representação do poder entranhado na figura do senhor, contrariando qualquer perspectiva de existência da noção de poder público. Desse poder, também participava a Igreja, como parte da autoridade feudal. Com a Reforma, no entanto, emergiu a primeira manifestação de liberdade religiosa, de onde foi ocasionada a autonomia privada.

Nessa perspectiva, dissociam-se Estado e Senhor Feudal, igualmente desvinculando-se a burocracia, o exército e as instituições legais da esfera privada da Corte.

Eis que, no final do século XVIII, as autoridades feudais passam a configurar-se em entidades pública e privada, a exemplo do que ocorre com os príncipes, a Igreja e a nobreza, esta última passando a pertencer a órgãos de autoridade pública, parlamento e instituições legais.

Passando a existir, como elementos de uma sociedade burguesa, os grupos sociais, que se destacaram na área do comércio, não consolidam seu desligamento do Estado e engendram a autonomia genuinamente privada. Desta feita, já na qualidade de nova autoridade pública, o Estado assume a responsabilidade de responder pelas mudanças ocorridas na sociedade, precisamente quando se tratava da troca de mercadorias e informação.

É nesse contexto que se dá a criação da imprensa e a consolidação do capitalismo:...*é o público atrelado a uma instituição regulada por competências, em que um aparato é dotado de monopólio para exercer sua autoridade* (Habermas, 1984: 32).

Contrastando com o que até agora fora dito, o "privado" vem designar tudo quanto não pertence à esfera estatal. E é precisamente na segunda metade do século XVI que esse termo emerge na Europa (Alemanha, Inglaterra e França), traduzida como algo isento de quaisquer interesses de ordem pública. No bojo desse contraste, constituiu-se a sociedade civil burguesa, cuja função era dar forma à oposição entre Estado e sociedade; posteriormente essa função instituiu a distinção entre os dois.

Conforme o exposto, percebe-se que as noções de público e privado configuraram-se como categorias históricas, condicionando e definindo as transforma-

ções sociais, sendo por elas também condicionadas e definidas por meio das solicições feitas ao poder político.

Em assim sendo, mediada pelo desenvolvimento da sociedade civil, e a conseqüente distinção entre Estado e sociedade, a esfera pública burguesa liberal – evidenciada em Habermas – teve suas bases pautadas. Desse modo, a esfera pública burguesa é composta por indivíduos privados, reunidos em torno de questões de interesse público, passando tais indivíduos a constituir um público.

É nessa perspectiva que Habermas (1984) confere sentido à expressão "indivíduo privado", quando a atrela ao conjunto de atores de um círculo privado que envolve tanto a troca de mercadorias quanto trabalho social. Isso evidencia que os elementos que conduzem à formação de nova platéia, capaz de construir e sustentar discussão política de caráter crítico, se encontram no desenvolvimento do capitalismo moderno. Deles constam a imprensa livre, as reuniões nas casas públicas ou salões, a alfabetização e o incentivo pelos livros e literatura, a leitura crítica. Tais elementos se constituem como essenciais na contribuição para a formação do novo meio, introduzindo, desse modo, diferente concepção de participação política e de relação entre Estado e sociedade, em que os indivíduos participam baseados na racionalidade.

Nessa perspectiva, cumpre dizer que a efetivação do novo comportamento só passou a existir plenamente com a ascensão da burguesia européia, ao lado de sua luta contra o absolutismo. Tratava-se da busca pela prestação de contas, por parte do Estado, dos serviços por ele prestados, eis que se forma o primeiro aspecto gerado pelo modelo liberal: as ações do Estado estão sujeitas à avaliação da opinião geral, transmitidas pela liberdade da palavra, da imprensa e do direito. De acordo com Habermas (1984:213);...*a refuncionalização do princípio da esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa.*

Nesse contexto, ainda surge o aspecto gerado pela crítica racional conduzida pela opinião pública: a capacidade de a sociedade conhecer-se.

Sob essa discussão, à qual se vincula a participação política da sociedade, configura-se a descrição de Habermas sobre o meio público burguês. Na multiplicidade de significados de que essa expressão se reveste, insere-se aquela atribuída por ele, quando a apresenta como fato histórico necessário à compreensão da relação sociedade e Estado. Entretanto há uma linha crítica (Jovchelovitch, 2000) que argumenta sobre a idealização de Habermas, apontando nela suas limitações ao não desvendar outros tipos de esferas públicas, senão o modelo liberal, quando

havia multiplicidade de círculos competindo com a área pública burguesa e que essas sempre estiveram em conflito umas com as outras. Tal debate ainda prossegue afirmando que o cenário público burguês não concretizou seus postulados, tendo em vista a exclusão de gêneros e de certos grupos sociais da esfera pública dominante.

Tais críticas são respondidas por Habermas pelo reconhecimento de que a crescente literatura feminista sensibilizou o caráter patriarcal da esfera pública. Na verdade, há que se reconhecer com Holub (*apud* Jovchelovitch, 2000: 59) que foi o potencial da noção de ambiente público em Habermas, que constituiu elemento fundante de uma crítica social baseada em princípios democráticos. Vieram estes, na contemporaneidade, a se configurar possibilidades pelas quais um projeto de democracia radical - como fenômeno histórico e aberto à avaliação e à crítica se consolidassem. Discutida, portanto, nos dois níveis acima citados, a esfera pública hoje traz no seu bojo sugestões de reflexões sobre temas, como democracia e espaço para o exercício do diálogo na vida comum. Vinculados a eles se encontram problemas relacionados à desigualdade e à distribuição do poder nas sociedades ocidentais.

Considerações finais

Sabe-se que a categoria esfera pública reveste-se de característica ímpar de complexidade, uma vez que se configura como problemática resultante de aspectos sociológicos, econômicos, políticos e jurídicos da história social e das idéias. Ao que Habermas vai enunciar, o modo de operar essa investigação é imposto pelas dificuldades específicas de seu objeto², que é resultado dessa complexidade. Assim sendo, buscou-se desenvolver o presente artigo seguindo e sendo fiel aos postulados de tão eminente pensador.

Pode-se dizer que demarcar a separação rígida entre esfera pública e a privada constitui-se pressuposto social, que possibilita mudanças nas relações de trabalho, bem como transformações políticas. No entanto, basta lançar um olhar universal sobre as relações políticas predominantes, que se percebe a flagrante confusão entre público e privado.

Isso se justifica em função de não haver realmente uma linha de demarcação entre os dois, embora eles sejam manifestações distintas e divergentes no ser social, ou seja, na forma como se apresentam e devem proceder. Cumpre salientar que a distinção é fruto da concepção burguesa clássica; assim sendo, essa demarcação, passando pela intervenção estatal, é extremamente imperceptível. A

não ser que se faça em questões simplistas, como por exemplo no caso de um político, um ser público; mas deve demarcar os interesses privados, como indivíduo.

Acredita-se, portanto, na necessidade de sérias transformações sociais, que possibilitem outra realidade cultural, econômica e política. Não obstante, deve-se ter em mente que essa distinção entre o público e o privado é muito tênue, não-real, desse modo, configurando-se apenas no aspecto formal.

Notas

¹ Termo da fase do Habermas “maduro”, que se apresenta como categoria pertencente à Teoria da Ação Comunicativa, sendo a designação de quadro institucional, por ele denominado de viver sócio-cultural, portanto um conceito-chave, reestruturado a partir das concepções weberianas, constituído por três níveis: a cultura, a sociedade e a personalidade. Habermas, 1961.

² Op. Cit, p. 09

Referências

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. De Aana Maria Brnardo et ali. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Trad. Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo trazer ao debate a formação da esfera pública e privada sob a ótica de Habermas. Trata-se de uma breve discussão desse entendimento à luz das teorias marxistas, privilegiando a análise estrutural das relações sociais vinculadas à cultura, política e economia.

Palavras-chave: Habermas; Esfera pública; Esfera privada; Estado; Sociedade.

Abstract

The objective of this article is to bring into discussion the points of view expressed by Habermas on the formation of public and private spheres. It is a brief analyses of his postulates in the light of Marxist theories. In this study, a special emphasis is attributed to the structural analysis of social relations in the cultural, political and economic domains.

Key words: Habermas; Public sphere; Private sphere; State; Society.

Resumen

El objetivo de este artículo es el de discutir los puntos de vista expresados por Habermas en la formación de las esferas pública y privada. Se trata de un breve análisis de sus postulados a la luz de las teorías Marxistas. En este estudio, se atribuye un énfasis especial al análisis estructural de las relaciones sociales en los aspectos cultural, político y económico.

Palabras clave: Habermas; Esfera pública; Esfera privada; Estado; Sociedad.

Os diferentes usos da razão

Thomas Paine e Edmund Burke foram autores ingleses que, como analistas e como militantes, engajaram-se nos lados opostos da Revolução Francesa e da Revolução Americana: o primeiro apoiando ambos os processos revolucionários como autor e militante incansável; o segundo denunciando ambas as revoluções, a partir de uma posição eminentemente conservadora. Postas assim as coisas, parece tratar-se da luta da mudança revolucionária contra o atraso empedernido; mas, o objetivo de demonstrar a complexidade da obra de ambos os autores faz com que suas posturas cheguem a apresentar pontos de contato, embora as diferenças que as separem sejam irredutíveis e representativas do período histórico no qual viveram. Proponho-me, enfim, a efetuar uma análise comparativa do pensamento e da ação de Paine e Burke, a partir de questões básicas tratadas por eles.

Ambos foram ingleses que, de maneira e de outra, transformaram-se em críticos acerbos da ação política de seu país, principalmente a nível externo, com Burke aconselhando a Inglaterra a não agir de forma a incentivar os sentimentos revolucionários norte-americanos e, depois, aconselhando a concessão da independência ao país. Foi visto por seus compatriotas quase como traidor (O'Brien, 1993:91).

Da mesma forma, os sentimentos do autor em relação à Índia foram, segundo O'Brien, de genuína indignação misturada com senso de culpa em relação à coletividade hindú (O'Brien, 1993:303). Ele denunciou a existência, no país, de demandas exorbitantes reforçadas pelo uso corrente da tortura (Burke, 1958: vol. V,372). Acusou a Companhia de ter criado monopólio comercial que terminou por transformar-se em monopólio político, em função de as atividades governamentais terem sido subvertidas, com a utilidade comercial sobrepondo-se ao bem público (Burke, 2000:460). Defendeu as reivindicações das colônias americanas e criticou a atuação, na Índia, da Companhia das Índias Ocidentais, brandindo, aliás, argumento que seria utilizado em sua crítica à Revolução Francesa: a Companhia estaria destruindo as tradições e os costumes locais. Mas, é bom lembrar, a família de Burke especulava com títulos das Índias Ocidentais, no momento em que ele desfechava seus ataques contra a corrupção.

Já Paine faz a crítica feroz do imperialismo inglês, ao descrever seu país de origem: *Se já houve algum dia uma nação tão louca e tola, cega a seus próprios interesses e disposta à própria destruição, essa é a Inglaterra. Coisas como o pecado nacional existem, e embora a punição das pessoas possa estar reservada para outro mundo, a punição nacional pode apenas ser infligida neste mundo* (Paine, 1982:73). Crítico irredutível, pois, da ação inglesa a nível externo, o inglês Paine transforma seu internacionalismo em princípio moral, ao afirmar: *Minha ligação é com todo o mundo e não com qualquer parte em particular e, se o que advogo é o certo, não importa de onde venha e de quem venha* (Paine, 1982:146). Se há pontos de contato entre ambos, conduto, as divergências são profundas, e as críticas de Paine a Burke chegam ao ponto de Jefferson mencionar o que chama de resposta do primeiro ao panfleto do segundo e registrar o temor de as principais tendências nele contidas ofenderem o governo britânico (Jefferson, 1984:978).

Interessa a Burke, primordialmente, a manutenção do senso de comunidade, visto por ele como a inconsciente força de coesão que mantém a sociedade unida; preocupação comum, aliás, aos conservadores (Auerbach, 1959:40). A comunidade desenhada pelo autor engloba, por sua vez, o presente e o passado; as tradições representam a herança dos mortos e estruturam a vivência contemporânea. E é contra essa continuidade e contra esse conceito que Paine se insurge, ao afirmar: *Estou lutando pelo direito dos vivos e contra o fato de serem alienados, controlados e constrangidos pela pretensa autoridade dos mortos que ficou por escrito* (Paine, 1989:35).

Também a crença na razão, como elemento transformador da sociedade humana, é um ponto de clivagem entre ambos os autores. O raciocínio deve, segundo Paine, fundamentar a ação humana: *Poder-se-ia dizer que, enquanto os homens não pensarem por si mesmos, tudo é preconceito e não opinião, pois só é opinião o que é resultado de raciocínio e reflexão* (Paine, 1989:133). Para Burke, o raciocínio e a prudência são os dois guias opostos a serem escolhidos para o desenvolvimento da ação política; enquanto o primeiro leva ao imponderável, a prudência tem como base a tradição. A clivagem, assim, existe de fato, mas deve, não obstante, ser relativizada. Afinal, segundo Reis, *Burke seria autor de uma concepção sistematizável da política, isto é, de uma teoria política, a despeito de suas críticas aos teóricos, não podendo, em última análise, ser considerado um irracionalista* (Reis, 1994:63).

Descrendo, todavia, do raciocínio como guia eficiente para a ação humana, Burke afasta-se das premissas do Iluminismo e abre caminho para a perspectiva romântica, alicerçando sua vertente conservadora; aproximam-se de Novalis, por

exemplo, em sua idealização do período medieval, embora a história não surja na obra do autor, como lembra Mannheim, como construção romântica e transcendental (Mannheim, 1963:151). E, como acentua Raynaud, ao partir da defesa da tradição inglesa contra as inovações introduzidas pela Revolução Francesa, Burke chega a antecipar algumas diretrizes da concepção romântica de Estado, esboçando, já, a evolução do pensamento conservador alemão (Raynaud, 1989:68).

Tal perspectiva, em certa medida, retoma Rousseau: o patrono da Revolução Francesa e um de seus mais ferozes e articulados críticos após tal Revolução expôs suas facetas mais gloriosas e mais sombrias. Mas Deutsch - que estabelece tal paralelo entre ambos os autores - estabelece, também, uma diferença fundamental no que tange à maneira como ambos vêem o processo de mudança política.

Na opinião de Burke, as instituições de propriedade, bem como os sistemas sociais, constituíam a essência de um povo. A de Rousseau, ao contrário, era de que uma vez que o povo decidisse unir-se, todas as instituições políticas seriam meros instrumentos que poderiam ser mudados quando assim aprouvesse (Deutsch, 1982:137).

Paine demonstra uma fé tipicamente iluminista na bondade humana, a partir da qual vê os governos como agentes corruptores de tal bondade. Afirma, então: *Ponha o machado na raiz e ensine humanidade aos governos. São suas punições sanguinárias que corrompem a humanidade* (Paine, 1989:48). Já para Burke, o predomínio da razão rompe os laços comunitários e afetivos que devem nortear a ação estatal e o relacionamento entre os súditos e o rei. Racionaliza e vilipendia o que deve ser mantido sob o manto do sentimento. O Estado seria, assim, uma família chefiada pelo rei, mas a analogia não implica, como lembra Pocock, no estabelecimento de laços de sangue, mas em uma relação de confiança que fixa a liberdade, a partir da manutenção de uma continuidade imortal (Pocock, 1989:212). E tal continuidade tem, por sua vez, relação direta com a própria natureza humana que, como acentua Burke em sua correspondência com Adam Smith, é imutável, com ele mencionando a própria teoria ética criada por seu amigo para fundamentar sua hipótese (Burke, 1958: vol. I, 30).

Se, em relação ao uso da razão, as diferenças são inconciliáveis, em relação à religião elas surgem menos nítidas. Assim, Paine não é anti-religioso, apenas defendendo a separação estrita entre Igreja e Estado: *Tirando o estatuto legal, toda religião retoma sua benignidade original* (Paine, 1989:74). Ele enfatiza sua crença em Deus e na felicidade situada além da vida terrena. E define cada igreja nacional como sendo estabelecida a partir de alguma missão que Deus pretende comunicar a alguns indivíduos (Paine, 1995:666.7). Mas não deixa de mencionar o

que define, como histórias obscenas e cruéis, execuções existentes na Bíblia e que se assemelham para ele, à palavra do Demônio e não à palavra divina (Paine, 1995:677). Para ele, as mais detestáveis fraquezas, as mais horríveis crueldades e as maiores misérias que afligem a raça humana têm sua origem nas religiões reveladas (Paine, 1995:820). E ele faz, em oposição a elas, o elogio do deísmo, definido como a única religião não inventada e na qual reside a verdadeira evidência da originalidade divina (Paine, 1995:825).

Já Burke define o ser humano como um *animal religioso*, sendo o ateísmo contrário aos instintos humanos (Burke, 1982:112), com a regra fundamental da ética criada pelo autor sendo, segundo Kilcup, o fato de a moralidade humana estar condicionada à vontade divina, sendo definida, portanto, a partir de uma lei superior que nenhum ser humano pode alterar (Kilcup, 1977:395). A religião não é, assim, algo socialmente construído, sendo, ainda, fundamento indispensável da tradição e da estabilidade social. Mas não pode ser um agente político e não pode ser instrumentalizada como tal, com Mansfield comparando Maquiavel e Burke, uma vez que os argumentos políticos de ambos são construídos a partir do apoio a um dado partido político e desde que ambos recusam decididamente a intromissão da vontade divina na esfera política (Mansfield, 1996:82).

Entre a sociedade e a comunidade

Há uma oposição nítida entre os autores, na medida em que Burke faz a apologia dos laços comunitários e dos grupos sociais em oposição à sociedade e Paine opõe a sociedade como fator genérico à criação de grupos sociais específicos e dá, para justificar tal oposição, o exemplo tingido de anti-semitismo: *Pela economia universal da natureza sabe-se, e pelo exemplo dos judeus está provado, que a espécie humana tem a tendência a degenerar, em qualquer número pequeno de pessoas, quando separados da sociedade e casando-se constantemente entre si* (Paine, 1989:71). É, portanto, a criação de uma sociedade que supere particularismos e interesses específicos o caminho a ser trilhado, segundo o autor, para a realização dos ideais por ele definidos.

Os grupos e classes sociais formam para Burke, por outro lado, a indispensável estrutura da sociedade. Para ele, *é o amor à classe, ao pequeno núcleo ao qual pertencemos na sociedade, que é o primeiro princípio - o germe por assim dizer - de nossas afeições públicas. Este é o primeiro elo da corrente que nos liga à nossa pátria e à humanidade* (Burke, 1982:79). E Williams ressalta a importância que o conceito de comunidade adquire na obra do autor, ao sintetizar a perspectiva

deste a respeito: *Todo progresso humano depende não apenas da comunidade histórica, num sentido abstrato, mas também da natureza particular da comunidade em que o homem surgiu. Não pode o homem abstrair-se desse fato; nem lhe é dado, por si só, alterá-lo* (Williams, 1969:33). Daí, a peculiaridade do autor, que Williams igualmente acentua: *Burke foi, talvez, o último pensador profundo que pôde ainda encontrar e sentir o ‘orgânico’ em uma sociedade existente* (Williams, 1969:154).

Burke enfatiza, ainda, a necessidade da existência de diferentes classes sociais em uma nação, deplorando o princípio oposto, introduzido, segundo ele, pela Revolução Francesa: *Reduziram os homens à mera condição de números em uma conta, sem conceder-lhes a importância decorrente dos lugares que ocupam* (Burke, 1982:178). Sua análise social é, portanto, marcada por sua crítica ao que considera ser a homogeneização e opressão derivadas do predomínio absoluto da maioria em oposição a grupos específicos e minoritários; uma crítica que encontraria, aliás, largo eco no pensamento conservador em seus diferentes matizes, com Tocqueville, entre tantos outros, retomando a defesa das minorias feita por Burke:

Percebo que destruímos as existências individuais que podiam lutar separadamente contra a tirania; vejo, no entanto, que só o governo herda todas as prerrogativas tiradas às famílias, às corporações ou aos homens; por isso, à força, às vezes opressivas mas frequentemente conservadora, de um pequeno número de cidadãos, sucedeu a fraqueza do todo (Tocqueville, 1977:16).

Burke é defensor da aristocracia contra as mudanças que visavam cercar o direito à propriedade, lembrando que o poder de perpetuar a propriedade familiar tende à perpetuação da própria sociedade (Burke, 1982:83). Mas é um crítico, também, da rigidez ideológica e comportamental da classe social por ele defendida. Assim, o que, segundo Burke, liquidou a aristocracia francesa – da qual, de resto, ele faz a apologia – foi a excessiva separação por ela mantida entre ela própria e a burguesia que dela se aproximou (Burke, 1982:144). E ele, de fato, não prega o imobilismo, seja político, seja social, afirmando, pelo contrário: *Um Estado onde não se pode mudar nada, não tem meios de se conservar. Sem meios de mudança, ele arrisca a perder as partes de sua Constituição que com mais ardor desejaria conservar* (Burke, 1982:61).

Agindo de forma coerente em relação ao ideário por ele defendido, Burke elege o especulador - comprador e vendedor de terras e de ações – como o inimigo

a ser combatido, intuindo o processo de transferência de poder do antigo proprietário para as novas formas de capital (Nisbet, 1969: vol. I, 45). E esse tipo de capital e o capital fundiário não alcançaram na França, segundo ele, a integração por eles já obtida na Inglaterra, o que gerou uma relação de discórdia entre ele, a nobreza e suas propriedades.

Ao mesmo tempo, porém, ele não pode ser definido pura e simplesmente como defensor intransigente do Antigo Regime e de seus valores econômicos, uma vez que mesmo as instituições devem ser avaliadas por seus efeitos práticos, o que o leva a concluir: *Se o povo é feliz, unido, rico e poderoso, isso é o que conta. Concluímos que as instituições são boas quando produzem o bem. Se elas se distanciam da teoria, isso é compensado pelas vantagens que trazem* (Burke, 1982:169). E ainda, envolvendo-se na discussão sobre o tráfico de escravos, Burke defendeu o livre comércio e criticou a atuação de agentes que buscavam monopolizar o setor (Underdown, 1958:261).

Há, aqui, um ponto de concordância entre Burke e Paine, uma vez que a principal fonte de riquezas de um povo deriva, segundo este, da liberdade de comércio, sendo impossível para qualquer povo prosperar sem ela (Paine, 1995:123). Ele faz, assim, o elogio do comércio, opondo-o à atividade militar e afirmando: *A guerra jamais pode interessar uma nação comerciante, da mesma forma que as discussões não podem ser proveitosas a homens de negócios. Mas, fazer guerra com aqueles que negociam conosco é como lançar um buldogue contra os fregueses à porta de uma loja* (Paine, 1982:145).

Tradição e direitos humanos

O amor à tradição é, para Burke, característica fundamental do povo inglês: *Desejávamos, quando da Revolução, e desejamos ainda derivar do passado tudo o que possuímos, como uma herança legada pelos nossos antepassados. Sobre o velho tronco de nossa herança, tivemos cuidado em não enxertar nenhuma muda estranha à natureza da árvore primitiva* (Burke, 1982:67). E ele faz o elogio de um de seus contemporâneos, definindo-o como defensor da causa do rei, da nação, da lei, da religião e da liberdade (Burke, 1958: vol. VI, 226).

A partir de afirmativas como essas, Burke ficou para a posteridade, em oposição a Paine e em dicotomia que se tornou clássica, como o conservador e defensor das tradições em luta contra o pensamento revolucionário encarnado pelo segundo; mas cabe, aqui, uma questão: até que ponto, afinal, Burke era tradicionalista? Em termos políticos, ele não era conservador, nem se via como tal. Afinal, era um *whig*, não um *tory*.

Se ele é visto como o *filósofo das tradições*, como acentua Pocock, *devemos vê-lo também como o ativo expoente e defensor da política aristocrática whig, e não só sua atitude com relação a essa ordem era marcada pela ambivalência do novus homo, mas a própria ordem em si, na verdade, estava longe de ser tradicional* (Pocock, 2003:251). Por outro lado, definindo Burke em termos econômicos como “um puro seguidor de Adam Smith”, Hobsbawm afirma que o autor *retrocedia em sua política em direção a uma crença francamente irracionalista nas virtudes da tradição, da continuidade e do lento crescimento orgânico, que sempre haviam fornecido o principal suporte teórico do conservadorismo* (Hobsbawm, 1981:261); avaliações antagônicas, pois, em relação às quais é preciso adotar uma posição.

Burke, inicialmente, não foi apenas um teórico da política. Ele foi um político profissional a serviço dos *whigs*, de quem foi porta-voz. E entre os *whigs*, no período em que Burke e Paine com eles se identificaram, surgiram os românticos, como o primeiro, e os racionalistas e não-conformistas como o segundo (Bronowski & Maslih, s.d.:436). Surgiu, enfim, uma clivagem entre os *whigs* partidários das novas idéias, que enfatizavam os direitos naturais, e os antigos *whigs*, ligados à tradição de 1688. Filiando-se à segunda corrente, Burke fazia parte da Sociedade da Revolução, clube *whig* que se reunia anualmente para comemorar a Revolução de 1688. E ainda, mesmo filiando-se à segunda corrente, ele se engajou em uma série de causas liberais enumeradas por Goyard-Fabre:

Defendeu, contra os abusos da Coroa, os direitos do Parlamento e lutou contra todas as formas de injustiça; argumentou em favor dos Insurgentes da América que se levantaram contra a Coroa da Inglaterra; denunciou os abusos perpetrados nas Índias pela colonização, ergueu-se contra as fraudes, lutou contra a corrupção eleitoral, etc (Goyard-Fabre, 1999:372).

Mas o que define o caráter conservador da obra de Burke é a ênfase na tradição nela existente e a importância da conservação do passado por ele assinada. Na definição de Mannheim, *para o conservadorismo, tudo o que existe possui um valor positivo e nominal, simplesmente porque veio lenta e gradativamente a existir* (Mannheim, 1976:259). E as instituições políticas nacionais são, para Burke, um patrimônio legado pelos antepassados e este é um dos tópicos aos quais ele retorna com maior frequência. O pensamento político do autor toma, portanto, a tradição como alicerce, com seus pressupostos filosóficos referindo-se a nações já estabelecidas há longo tempo, com o próprio conceito de uma nova nação sendo, para ele, uma contradição em termos (Mazrui, 1962-1963:122).

O elogio da tradição não leva o autor, contudo, a descuidar-se em relação à questão da legitimidade. Pelo contrário, a preocupação com a legitimidade política fundamenta o pensamento de Burke. Trata-se, para ele, de estabelecer e preservar crenças e instituições políticas que mantenham a harmonia social e não, pura e simplesmente, de utilizar a coerção como caminho para manter o poder estabelecido. E qual é, para Burke, o princípio básica da legitimidade política? Trata-se, para ele, do estabelecimento de princípios morais que preservem a hierarquia social e a subordinação do povo: *A boa ordem é o fundamento das boas coisas. Para ser capaz de adquirir, o povo, sem ser escravo, deve ser manejável e obediente. Os magistrados devem ser respeitados e as leis obedecidas. É preciso que ele respeite a propriedade à qual não pode tomar parte* (Burke, 1982:219).

Gerbi ressalta a defesa da tradição feita por Burke com o elogio da América feito por Paine: *A exaltação da Natureza desnuda fazia parte do ataque aos embandeirados bastiões do Passado* (Gerbi, 1996:194). E, de fato, a diferença entre ambos os autores, no que se refere a esse tópico, é nítida. Paine, afinal, recusa à aristocracia qualquer direito à existência, a partir do próprio sentido da lei da primogenitura, afirmando: *A natureza e o caráter da aristocracia nos são mostrados nesta lei. É uma lei contra toda lei da natureza, e a própria natureza exigirá sua destruição. Estabeleça-se a justiça familiar e a aristocracia cairá* (Paine, 1989:69). E, pensando tal contraste, é possível concluir que Burke foi, como acentua Stanlis, um autor que escreveu em oposição ao espírito de sua época (Stanlis, 1965:161).

Mas, com isso, é possível concluir que seus ideais desapareceram do mundo contemporâneo? Talvez não, uma vez que a tecnologia contemporânea enfatiza, como lembra Nye, sua capacidade de criar um mundo harmonioso, salvando a perspectiva elaborada por Burke (Nye, 1994:213). E ainda, mesmo pensando em oposição, ou, quem sabe, devido a isso, Burke possuiu a capacidade, mencionada por O'Brien, de prever com anos de antecipação eventos como a intensificação da revolução, a execução do rei e da rainha, a emergência do despotismo militar (O'Brien, 1993:437).

A tradição é, para Burke, o sustentáculo natural do poder, com a aliança entre vivos e mortos fundamentando o Estado e situando-se em sua origem: *O Estado é uma associação que leva em conta toda ciência, toda arte, toda virtude e toda perfeição; e como os fins de tal associação não são obtidos em muitas gerações, o Estado torna-se uma associação não só entre os vivos, mas também entre os que estão mortos e os que irão nascer* (Burke, 1982:116).

A análise de Burke recusa a adoção de princípios políticos abstratos e busca manter-se restrita às circunstâncias históricas. Para ele, *são as circunstâncias* -

circunstâncias que alguns julgam desprezíveis – que, na realidade, dão a todo princípio político sua cor própria e seu efeito particular. São as circunstâncias que fazem os sistemas políticos bons ou nocivos à humanidade (Burke, 1982:50). E mesmo a democracia não é rejeitada por ele em termos abstratos: *Pode haver casos em que uma democracia pura seja um governo necessário. Pode haver casos também (poucos e em circunstâncias bem particulares) em que ela seja claramente desejável. Não creio, entretanto, que esse seja o caso da França ou de qualquer outro grande país* (Burke, 1982:135).

Mas Burke não deixa de acentuar o que considera ser a contradição básica dos democratas: *Aqui, o senhor achará graça da consistência desses democratas que, quando desprevenidos, tratam a parte mais humilde da população com o maior desprezo, e, ao mesmo tempo, fingem querer transformá-la no receptáculo de todo o poder* (Burke, 1982:86). Para o autor, o governo do Estado não pode estar na mão de trabalhadores; de um cabeleireiro ou de um operário fabricante de velas, para mencionarmos seus exemplos. E ele conclui:

Quem exerce profissões como essa não deve, sem dúvida, sofrer a opressão do Estado; o Estado, contudo, será oprimido se permitir que aqueles de sua classe, individual ou coletivamente, cheguem a governá-lo. Ao chamá-los ao poder, o senhor imagina estar combatendo a discriminação, mas está, na verdade, colocando-se em guerra civil contra a natureza (Burke, 1982:81).

Courtine-Demany menciona *os questionamentos de Edmund Burke acerca dos direitos pretensamente ‘inalienáveis’ do homem que, não sendo naturais e pré-políticos, revelam-se integralmente ligados à cidadania, sendo apenas direitos nacionais* (Courtine-Demany, 2004:48). E a recusa à existência de direitos abstratos fundamenta a descrição do autor a respeito das origens do Governo:

O Governo não foi criado em virtude dos direitos naturais, que podem existir e em verdade existem independentemente dele; e que com clareza e em grau infinitamente superior de perfeição abstrata – perfeição esta que precisamente torna-se seu defeito prático. O Governo é uma invenção da sabedoria humana para atender às necessidades humanas (Burke, 1982:89).

Se Burke não reconhece a existência de direitos naturais, ele afirma, por outro lado, a existência de um pacto social original, pacto este que Jasmin, em seu

estudo sobre o autor, assim descreve: *Pacto que não reúne a vontade livre de indivíduos racionais pois suas origens são imemorais, mas que pode ser reconhecido em suas sucessivas atualizações no direito costumeiro e nas leis positivas que pretenderam lhe dar expressão escrita* (Jasmin, 1998:84).

Já para Paine, tal pacto deriva da ação de indivíduos livres: *O fato, portanto, deve ser que os próprios indivíduos, cada um em seu direito pessoal e soberano, fizeram um pacto entre si para criar um governo. Este é o único modo pelo qual um governo tem direito de surgir e o único princípio a partir do qual tem direito de existir* (Paine, 1989:59). E é esta igualdade mesma que retira à monarquia qualquer direito de existir: *Se existisse um homem tão transcendentemente sábio acima de todos os outros que sua sabedoria fosse necessária para instruir a nação, poderia ser apresentada alguma razão para a monarquia* (Paine, 1989:106). Mas a própria igualdade natural inviabiliza a existência de tal homem e torna sem sentido, pois, a existência de reis.

Paine, enfim, defende um pressuposto básico do liberalismo ao fazer a defesa da unidade do homem, sendo todos de um só nível e com direitos naturais iguais (Paine, 1989:55). E diferenciando: *Direitos naturais são aqueles que pertencem ao homem pelo fato de existir...Direitos civis são aqueles que pertencem ao homem pelo fato de ser membro da sociedade* (Paine, 1989:57).

Puritano que emigrou para a América, Paine participou de uma realidade afirmada de forma abstrata pelos franceses, na qual a liberdade individual era definida em oposição ao Estado (Dumont, 1985:111). A guerra da América contra a Inglaterra é assim, segundo Paine, a guerra de um povo pela segurança de seus direitos naturais e pela proteção de sua propriedade (Paine, 1995:297). E os fundamentos principais de um governo civil, para ele, são, precisamente, a segurança dos direitos individuais e a segurança da propriedade (Paine, 1995:365).

Vejamos então, a partir de tais pressupostos, a definição de governo expressa pelo autor: *O que é a nação senão a administração dos negócios de uma nação? Ele não é, e por sua natureza não pode ser, propriedade de algum homem ou família em particular, mas de toda a comunidade, a cujas custas ele é sustentado* (Paine, 1989:120).

O governo é definido por Paine como uma questão de conveniência, não de direito (Paine, 1995:79). E uma conveniência identificada com o mal: *O governo, como um traje, é o emblema da inocência perdida; os palácios dos reis são construídos sobre as ruínas dos caramanchões do paraíso* (Paine, 1982:11). Mas tem uma função a desempenhar: *Aqui então estão a origem e o crescimento do governo; a saber, um modo tornado necessário pela incapacidade da virtude*

moral vir a governar o mundo; eis aí, também, o propósito e a finalidade do governo, ou sejam, a liberdade e a segurança (Paine, 1982:13). Assim, o governo, para ele, é apenas um mal necessário: *quanto mais perfeita a civilização, menos oportunidade há para o governo porque ela regulamenta seus próprios negócios e o governo mesmo* (Paine, 1989:141). A utopia de Paine é, enfim, liberal; busca a minimização do governo pela da cooperação e harmonia sociais, apostando, como Marx o faria, na socialização do homem.

É possível, a partir de tal definição, chegarmos a outra: o que Paine define como constituição? *Uma constituição não é o ato de um governo mas de um povo constituindo um governo. Governo sem constituição é poder sem direito* (Paine, 1989:160). E o que ele define, ainda, como república? *O que se chama de república não é qualquer forma particular de governo. Ela é totalmente característica do propósito, fim ou objetivo para o qual o governo seria instituído e para o qual deve ser empregado: res-publica, assuntos públicos ou bem público, ou, traduzido literalmente, a coisa pública* (Paine, 1989:153). A partir daí, sua definição de monarquia é, evidentemente, a mais crítica possível: *O que se chama esplendor de um trono não é outra coisa senão a corrupção do Estado, composto de um bando de parasitas vivendo na indolência e no luxo à custa de impostos públicos* (Paine, 1989:175). A monarquia é, porém, o regime mais adequada, segundo Paine, para nações pequenas, devido à sua incapacidade de conhecer e governar adequadamente tudo o que ocorre em uma grande nação. Mas a sucessão hereditária, em nenhuma hipótese, pode existir; o direito a ela é, para ele, uma nulidade (Paine, 1995:377.8).

Os limites da revolução

Se Paine ficou, retomando a dicotomia já mencionada, como a encarnação do espírito revolucionário de sua época, é tal imagem, contudo, que deve ser matizada, uma vez que, se a obra do autor representa, segundo Smelser, a democratização da identidade nacional (Smelser, 1994:111), o conceito de nação é o limite ao qual Paine se atém, afirmando:

O direito do Parlamento é apenas um direito em confiança, um direito por delegação, delegação apenas de uma pequena parte da nação, e até uma de suas Casas não tem sequer este direito. O direito da nação porém é um direito universal, tão universal como criar impostos. A nação é quem paga tudo e tudo deve estar conforme sua vontade geral (Paine, 1989:101).

Paine não pode, se encarado de perspectiva marxista, ser considerado revolucionário. Não existe afinal em *Os direitos do homem*, como lembra Rudé, nenhuma mensagem específica dirigida ao operariado, e Paine recusou-se a promover seus interesses além da margem concedida pelo patriotismo (Rudé, 1982:137). E, segundo Hobsbawm, *as verdadeiras propostas políticas deste homem profunda e intuitivamente revolucionário foram quase ridiculamente moderadas* (Hobsbawm, 1981b:11). E ainda, seus princípios são marcadamente liberais, com Paine seguindo, em linhas gerais, as idéias de Locke, ao sublinhar as finalidades a serem alcançadas pelo que chama de Estatuto das Colônias Unidas: *Assegurando liberdade e propriedade para todos os homens, e, acima de todas as coisas, o livre exercício da religião, de acordo com os ditames da consciência, juntamente com tudo o mais que for necessário para a confecção de um estatuto* (Paine, 1982:34).

Por outro lado, Paine lembra: *Pelo que vemos agora, nenhuma reforma no mundo político deve ser considerada improvável. É uma época de revoluções, na qual tudo pode ser esperado* (Paine, 1989:35). E ele acentua, por fim, o caráter doutrinário e inovador da Revolução Francesa, não tendo sido ela gerada por ódios pessoais e, sim, “na contemplação racional dos direitos do homem e que desde o princípio distingue entre pessoas e principais”. Daí, a refutação: *O que o Sr. Burke considera vergonhoso para a Revolução Francesa (a de ter ocorrido num reinado mais brando do que os anteriores) é uma de suas maiores honras* (Paine, 1989:41).

Paine vê a Revolução Francesa como acontecimento ineditamente universal, e seu internacionalismo, nesse sentido, lembra Trotsky, o que fica claro, inclusive, em seu desejo de exportar a Revolução, expresso quando ele afirma: *Quando a França estiver rodeada de revoluções, ela estará em paz e segurança, e seus impostos, bem como os da Alemanha, serão conseqüentemente menores* (Paine, 1989:128). E o caráter internacional do processo revolucionário – próximo ao conceito de revolução permanente, que seria definido por Trotsky, é enfatizado:

À medida que as reformas – ou revoluções, como quer que sejam chamadas – se estenderem entre as nações, estas nações farão ligações e convenções, e quando algumas estiverem assim confederadas, o progresso será rápido, até que o despotismo e o governo corrupto sejam totalmente expulsos, ao menos de dois quartos do mundo: Europa e América (Paine, 1989:201).

Uma revolução, enfim, não pode, segundo Paine, ser tentada antes que o povo esteja apto a compreendê-la. Segundo ele, *o maior perigo a que está exposto*

o sucesso das revoluções é o de tentá-las antes que os princípios dos quais procedem e as vantagens que provêm deles sejam suficientemente vistos e entendidos (Paine, 1989:138).

Por sua vez, Burke defendeu, em 1790 e nos anos seguintes, o engajamento da Inglaterra e de seus aliados em guerra religiosa contra a França. Seria, em sua perspectiva, guerra moral contra a doutrina de uma seita que visava a construção de um império universal (Armitage, 2000:632). Das lembranças da Revolução Inglesa, o assassinato de um rei e a carnificina da guerra permanecem, como ressaltava Smith, na memória do autor e determina sua compreensão da política moderna (Smith, 1985:109). Mas uma crítica feita por pensadores radicais contemporâneos de Burke – entre eles, Paine – foi ter o autor, em sua preocupação com a brutalidade da justiça revolucionária, não ter atentado para o histórico de sofrimentos da população francesa (Kramnick, 1983:191).

A obra de Burke foi, segundo O'Brien, o primeiro grande ato de resistência intelectual contra a Revolução Francesa (O'Brien, 1993:596). E, publicada em 1790, *Reflexões sobre a revolução em França* teve repercussão considerável, vendendo trinta mil exemplares e esgotando onze edições em pouco mais de um ano. Mencionando tais números, Rudé define a obra como a bíblia indiscutível da contra-revolução em todos os países europeus (Rudé, 1977:229). E Laski, igualmente, define Burke como o teórico da contra-revolução em sentido que transcende a crítica por ele formulada ao processo revolucionário de seu tempo. Afinal, *a crítica de Burke à Revolução Francesa – em sua substância, ainda a mais sólida de que temos notícia – é a base em que os homens, em nossos dias, têm contestado a experiência russa* (Laski, 1973:142).

Mas definir Burke apenas como reacionário ou como saudosista significa empobrecer irremediavelmente a complexidade de seu pensamento. Tomemos, assim, a descrição de Jameson a respeito das contradições que estruturam a crítica do autor ao processo revolucionário: *Mas o ataque desbravador de Burke ao jacobinismo visava à construção da classe média e à formação da própria sociedade de mercado, e a respeito do comercialismo desta, Burke expressava essencialmente os temores e ansiedades de uma formação social mais antiga em processo de superação* (Jameson, 1997:44).

E ainda, acentuar apenas o reacionarismo do autor significa deixar de lado que, se ele fez a crítica da Revolução Francesa. Fez, também, a apologia da Revolução Inglesa, com a diferença ressaltada por Burke entre as revoluções francesa e inglesa sendo, como lembra Gérard, de gênero e não de grau, com a Revolução Inglesa caracterizando-se pela prudência, pelo empirismo e pela estrita modificação

dos costumes nacionais, enquanto a Revolução Francesa deixou-se levar pelo desejo de construir algo novo e genérico (Gérard, s.d.:20). E significa esquecer, também, que Burke não nega o direito à insurreição, afirmando, pelo contrário: *A punição de reais tiranos é um ato de justiça nobre e grandioso, do qual já se disse, com verdade, ser consolatória à mente humana. Contudo, devesse eu punir um rei perverso, consideraria em primeiro lugar a dignidade do castigo a ser dado a um crime* (Burke, 1982:105).

Mas Burke é conservador. Os princípios defendidos pelos revolucionários franceses invalidariam, em sua concepção, os fundamentos da legitimação da submissão dos trabalhadores e, com isto, destruiriam os fundamentos da acumulação capitalista (MacPherson, 1958:61). E o que ele chama de Sociedade da Revolução não possui, na perspectiva do autor, nenhum direito de escolha em relação às dinastias reinantes na França e na Inglaterra, cujos herdeiros e sucessores serão escolhidos a seu tempo e sua hora por uma ordem de sucessão fixa de acordo com as leis de cada país (Burke, 1982:56). Ele conclui, então: *A Revolução não nos deu o direito de eleger nossos reis, e mesmo que se suponha que o tenhamos possuído antes, a nação inglesa, por ocasião da Revolução, renunciou solenemente a ele, por ela e por todos os seus descendentes* (Burke, 1982:59). E tal renúncia, por fim, imunizou o povo inglês contra qualquer tentativa revolucionária: *A lei de transmissão hereditária da Coroa aparece-lhe como um de seus direitos, não como um dos seus deveres; como uma vantagem, não como um abuso; como uma garantia de suas liberdades, não como o selo de sua escravidão* (Burke, 1982:63).

A queda da realeza, e especialmente da Rainha da França, significou o fim de uma era: *Julgava que dez mil espadas pulariam de suas bainhas para vingar até mesmo um olhar que ameaçasse insultá-la. – Mas a idade do cavalheirismo já passou. – Sucedeu-a aquela dos sofistas, dos economistas e dos calculadores; e a glória da Europa está extinta para sempre* (Burke, 1982:100). E a eclosão da Revolução Francesa significou, para Burke, o desaparecimento da tradição e essa foi uma perda inestimável: *É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras da vida. A partir daquele momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a que porto nos dirigimos* (Burke, 1982:102).

E é, por fim, o caráter universal da Revolução Francesa - igualmente anunciado por Paine – que assusta Burke e o leva a avisar: *Estou certo de que os princípios que atualmente reinam na França são destinados a serem aplicados em todos os países, a um grande número de pessoas, a classes inteiras, que acreditam que sua calma indolência seja o penhor de sua segurança* (Burke, 1982:156). Ambos os autores concordam, portanto, ao avaliarem algumas das características básicas do

processo histórico por eles vivido e interpretado. Mas estavam, cada um, dos lados opostos das barricadas que foram então, criadas, o que faz do pensamento de cada, ao mesmo tempo, uma mistura e uma síntese de perspectivas opostas.

Referências

- ARMITAGE, David. Edmund Burke and rason of State. In: *Journal of History of Ideas*, vol. 61, num. 4. Baltimore: The Jonhs Hopkins University Press, 2000, p. 617-634.
- AUERBACH, M. Morton. *The conservative illusion*. New York: Columbia University Press, 1959.
- BOURKE, Richard. Liberty, authority, and trust in Burke's idea of empire. In: *Journal of History of Ideas*, vol. 61, num. 3. Montpelier: The Jonhs Hopkins University Press, 2000, p. 453-471.
- BRONOWSKI, J.& MAZLIH, Bruce. *A tradição intelectual do Ocidente*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- BURKE, Edmund. *Correspondence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- _____. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- _____. *Uma investigação filosófica sobre as origens de nossas idéias do sublime e do belo*. São Paulo: Campinas: Papyrus/Editora UNICAMP, 1993.
- COURTINE-DEMANY, Sylvie. *O cuidado com o mundo: diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- DEUTSCH, Karl. *Política e governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982
- DUMONT, Louis. *O individualismo (uma perspectiva ideológica da ideologia moderna)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa (mitos e interpretações)*. São Paulo: Perspectiva, s.d.
- GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOYARD-FABRE, Simone. *Os princípios filosóficos do direito político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J.. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981^a.

- _____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.
- JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e história na teoria política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- JEFFERSON, Thomas. *Writings*. New York: The Library of America, 1984.
- KILCUP, Rodney. Burke's historicism. In: *The Journal of Modern History*, vol. 43, num. 3. Chicago: The University of Chicago Press, 1977, p. 395-410.
- KRAMNICK, Isaac. The left and Edmund Burke. In: *Political theory*, vol. VII, num. 2. London: Sage Publications, 1983, p. 189-214
- LASKI, Harold J.. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- MANNHEIM, Karl. *Ensayos sobre sociología e psicología social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- _____. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's virtue*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1996.
- MAZRUI, Ali Al' Amin. Edmund Burke and reflection on the revolution in the Congo. In: *Comparative studies in society and history*, vol V. The Hague: Mouton & Co, 1962-1963, p. 1210-135.
- MacPHERSON, C. B. *Burke*. Oxford: Oxford University Press, 1958.
- NISBET, Robert. *La formación del pensamiento sociológico*. Buenos Aires: Amorrortu, 1969.
- NYE, David E.. *American technological sublime*. Cambridge: The MIT Press, 1994.
- O'BRIEN, Conor Cruise. *The great melody: a thematic biography and commented anthology of Edmund Burke*. London: Sinclair-Setevenson, 1993.
- PAINE, Thomas. *O senso comum e a crise*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- _____. *Os direitos do homem*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. *Collected writings*. New York: The Library of America, 1995.
- POCOCK, J. G. A. *Politics, language and time: essays on political thought and history*. Chicago: Chicago University Press, 1989.
- _____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RAYNAUD, Pierre. Burke el les Allemands. In: FURET, François et OZOUF, Mona (eds.). *The French Revolution and the creation of modern political culture. Vol. 3: The transformation of political culture, 1789-1848*. Oxford: Pergamon Press, 1989.

- REIS, Bruno Pinheiro W. Kant, Burke e os “efeitos perversos”: considerações sobre o papel da tradição no argumento racionalista. In: MITRE, Antonio F. (Org.). *Ensaio de teoria e filosofia política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza*. Belo Horizonte: UFMG, 1994.
- RUDÉ, Georges. *La Europa revolucionária: 1783-1815*. Madrid: Siglo XXI de España, 1977.
- _____. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SMELSER, Neil J. *Sociology*. Cambridge: Blacwell, 1994.
- SMITH, Bruce James. *Politics & remembrance: republican themes in Machiavelli, Burke, and Tocqueville*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- STANLIS, Paul. *Edmund Burke and the natural law*. Michigan: Ann Harbor, 1965.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1969.
- UNDERDOWN, P. T. Edmund Burke, the commissary og his Bristol constituents, 1774-1785. In: *English Historical Review*, num. CLXXXVII. London: Longmans, 1958, p. 252-269.

Resumo

O objetivo é efetuar uma análise comparativa entre as obras de Edmund Burke e Thomas Paine a partir das posições opostas e contrastantes assumidas por cada um ao longo da atividade política por eles desenvolvida. Objetiva também demonstrar como ambos são representativos em relação às tendências políticas existentes no período em que viveram, o que ora os separa de forma nítida e ora os aproxima a partir de preocupações comuns e aproximações um tanto surpreendentes definidas a partir da dicotomia estabelecida entre eles e que se tornou clássica no panorama do pensamento político moderno.

Palavras-chave: Modernidade, Política; Revolução.

Abstract

The objective is to carry out a comparative analysis of the works of Edmund Burke and Thomas Paine considering the opposing and contrasting positions they assumed along their respective political careers. It is also the objective to present their views as representative of existing political trends of their time, what sets them

apart and sometimes brings them together, if we take into account the common concerns and some surprising approximations derived from the classical dichotomy between them, a feature of modern political thought.

Key words: Modernity; Politics; Revolution.

Resumen

El objetivo es presentar un análisis político de los trabajos de Edmund Burke y Thomas Paine, considerando las posiciones opuestas e contrastantes que asumieron en sus trayectorias políticas. Es también el objetivo presentar sus visiones como representativas de las tendencias políticas de su tiempo, lo que ora los separa de forma nitida y ora los pone cerca a partir de preocupaciones comunes y aproximaciones sorprendentes definidas a partir de la dicotomía establecida entre ellos y que se volvió clásica en el panorama del pensamiento político moderno.

Palabras clave: Modernidad; Política; Revolución.

Ana Luiza Setti Reckziegel

Professora titular no curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Blocos regionais de poder na América do Sul: os anos 50

Introdução

No início da década de 1950, Argentina, Brasil e Chile apareceram no cenário internacional com a proposta de formação de um bloco político regional: o ABC. Por parte do Brasil, a iniciativa tinha duas implicações: a primeira, fortalecer a posição do Brasil na América do Sul; a segunda, pressionar para que os Estados Unidos, inicialmente contrários à política de blocos, apoiasse o projeto de desenvolvimento econômico idealizado pelo presidente Getúlio Vargas.

Quando Getúlio Vargas (1882-1954) retornou ao poder em 1951, como presidente constitucional eleito pelo voto popular, voltou-se para uma questão que considerava fundamental para o sucesso de sua administração: o desenvolvimento da industrialização. Para isso, precisava contar com o auxílio dos empréstimos estrangeiros, visto que o Brasil não dispunha de condições para arcar com os investimentos necessários a essa empreitada.

As dificuldades referentes à política econômica foram encaradas por Vargas de forma ambivalente: de um lado, aceitava as regras tradicionais do sistema internacional e procurava adequar-se a elas e, de outro, estimulava uma postura nacionalista, não tendo sido raras as vezes em que atacou o capital estrangeiro, condenando, por exemplo, a remessa de lucros para fora do País.

Por seu turno, os EUA estavam pouco interessados em fomentar o desenvolvimento de nações periféricas. Com o intuito de obter empréstimos, Vargas apoiava-se no próprio espaço criado pela guerra fria e defendia uma política de relativa reciprocidade com os EUA no seguinte sentido: os norte-americanos liberariam os empréstimos necessários ao projeto de desenvolvimento econômico de Vargas e este se manteria fiel à proposta pan-americanista.

Porém, a dificuldade em negociar os empréstimos com os EUA levou Vargas a adotar, como estratégia de pressão, a aproximação com a Argentina, que defendia para os países periféricos maior autonomia de ação no sistema internacional de poder, por meio da formação de blocos regionais independentes.

O duplo jogo de Vargas frente à Argentina e aos EUA provocou imediata reação no âmbito governamental. Uma das primeiras manifestações ocorreu quan-

do o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura (1889-1963), exonerou-se, no final de junho de 1953. Defensor do que chamava de pan-americanismo solidário, João Neves insistia no alinhamento incondicional aos EUA e encarava o Pacto ABC como ameaça potencial de desestabilização nas relações Brasil-EUA.

Na verdade, João Neves perdeu de vista as articulações que poderiam ter sido feitas em torno do Pacto ABC, comprometendo um contexto oportuno para barganhar com os EUA a não-adesão brasileira ao projeto de blocos regionais em troca da efetiva cooperação econômica norte-americana.

A renúncia do ministro Neves seria mais um golpe no então enfraquecido governo Vargas, uma vez que não só demonstrava a sua falta de coesão, mas também porque se refletia no reforço das posições da ala entreguista, dando-lhe munição para acusar o presidente de traição nacional. Por outro lado, toda essa celeuma interna foi, de certa forma útil a Vargas, pois de fato alarmou os EUA quanto à constituição de um bloco diferenciado da orientação norte-americana.

Perón e o Pacto ABC

A renúncia do ministro João Neves e seu afastamento do Itamaraty não significaram o término das perturbações com a Argentina. O ex-ministro fez questão de manter acesa a chama da velha rivalidade e, em março de 1954, denunciou publicamente que Vargas havia mantido contatos secretos com o presidente argentino Juan Domingo Perón (1895-1974) para firmar o ABC.

Baseando-se em um discurso atribuído a Perón, realizado na Escola Superior de Guerra, em Buenos Aires, em dezembro de 1953, Neves via confirmadas as intenções de Vargas compactuar com o ABC.

Segundo o conteúdo do discurso, Perón afirmava que as tratativas sobre o Pacto ABC haviam começado por ocasião da eleição de Vargas sendo que *este teve total e absolutamente de acordo com esta idéia e em realizá-la assim que assumisse o poder.*¹

O pronunciamento denunciava a cada parágrafo maior comprometimento de Vargas com o Pacto; revelava, ainda, que o presidente brasileiro concordara em ter um encontro com Perón: *quando Vargas subiu ao poder, prometeu-me que nos reuniríamos em Buenos Aires ou no Rio de Janeiro e faríamos este tratado*, afirmava Perón.²

No entanto, Vargas protelou o encontro sob alegadas dificuldades na condução da política interna e diante disso Perón o consultou sobre a possibilidade de avistar-se primeiramente com o presidente do Chile, Ibañez. Quando Perón já estava no Chile foi surpreendido pelas denúncias de João Neves.

Desarmado perante a representação chilena, Perón regressou a Buenos Aires visivelmente contrariado. Ali foi procurado pelo jornalista Geraldo Rocha (1881-1959), desafeto de João Neves, que trazia, a pedido de Vargas, uma explicação sobre o ocorrido, relatando que a situação no Brasil estava muito difícil e que ele não podia mandar no ministro. Perón, aceitando a explicação, afirmava: *Esta união, senhores, está em plena elaboração.*³

As manifestações de João Neves sobre o pronunciamento de Perón datam de março de 1954, portanto alguns meses depois do discurso do presidente argentino, em dezembro de 1953. Por que demorou o ex-ministro em denunciar? Justificando sua reação tardia, João Neves alegava que teria dado um prazo para que Vargas se manifestasse sobre as calúnias de Perón, ao mesmo tempo em que esperava provas da veracidade do discurso, o que teria sido obtido por meio de um grupo de argentinos exilados em Montevideú.

As autoridades argentinas, no entanto, negaram a autenticidade do discurso; apesar disso, João Neves não tinha dúvidas de sua veracidade por coincidir com o estilo de Perón e por este já ter mencionado o Pacto ABC em outras ocasiões.

Mesmo que para João Neves não houvesse prova documental da transação entre os dois presidentes, era verossímil que Vargas tivesse se comprometido com o ABC, disfarçado inicialmente de integração econômica.

Os acordos comerciais firmados entre Brasil e Argentina tinham no embaixador brasileiro em Buenos Aires, Batista Lusardo (1892-1982) um grande incentivador que via na aproximação comercial o primeiro passo para uma integração política, a qual defendia. De modo contrário, para João Neves convênios como o do trigo e do café seriam fase preparatória para a dominação política da Argentina sobre o sul do continente. Essa versão também encontrou eco no exterior. A imprensa britânica, por exemplo, manifestou-se no sentido de que *os novos tratados com a Argentina têm o propósito evidente de provocar modificações de alto relevo nas relações com os países incluídos em seu novo império.*⁴

Os objetivos da Argentina em liderar o bloco sul, em momento no qual se falava de pactuar, apareciam, ao mesmo tempo, como ameaça e como incongruência. Vargas, entretanto, não teria motivo para alarmar-se, pois entendia que a liderança regional seria dada naturalmente a quem dominasse economicamente.

O fato de a ligação Vargas-Perón significar para o Brasil o risco de o país transformar-se em mero caudatário da Argentina era negado pelos partidários de Vargas, que alegavam que *o presidente Getúlio Vargas nunca precisou da orientação do governo Perón, nem de outro qualquer governo para nortear os destinos do Brasil.*⁵

Porém, o recrudescimento da campanha contra Vargas ocorreu por ocasião de novas declarações de João Neves, em abril de 1954, abrindo a oportunidade para um embate direto entre as facções nacionalistas e entreguistas.

A UDN, com sua declarada adesão aos EUA, via no binômio Vargas-Pacto ABC o pretexto para colocar em questão a idoneidade do presidente, sendo que até de *impeachment* foi cogitado.

Mesmo não tendo sido aprovado o *impeachment*, as acusações sobre a conivência de Vargas com o Pacto ABC significaram um golpe gravíssimo no seu já tão abalado mandato. A partir daí, intensificar-se-ia o mutismo do presidente. A intrincada estratégia adotada por Vargas impedia qualquer explicação: como dizer que a possibilidade de adesão ao Pacto ABC era parte do jogo de pressão sobre os EUA para que estes liberassem os empréstimos para o fomento do desenvolvimento industrial do Brasil? Como explicar que ao invés de pactuar com Argentina e Chile, Vargas pensava em impor a liderança brasileira na região, visto ser a nação economicamente mais poderosa? Como sair desse emaranhado sem causar atrito nas relações com a Argentina, de tão longa data marcadas pelo estado de rivalidade?

A denúncia de João Neves e a polêmica que se seguira dificultou a estratégia de Vargas e ao mesmo tempo paralisou todos os seus movimentos de defesa. A alternativa final, assim, pareceu ser seu próprio silêncio.

A não ser pela declaração de que as cartas trocadas com Perón nada eram além de *simples cortesia*, Vargas não fez nenhuma tentativa no sentido de desmentir ou de esclarecer as acusações feitas contra ele.

A defesa do presidente ficou a cargo do chefe da casa Civil, Lourival Fontes (1899-1967), que dava o caso por encerrado tomando como pressuposto principal o desmentido da Embaixada da Argentina sobre a autenticidade das declarações atribuídas a Perón, consideradas falsas.

Partindo, entretanto, do princípio de que o discurso fosse autêntico, ficaria evidenciado que Vargas havia manipulado Perón.

Se a verdade consistia no fato de que o Pacto ABC havia sido mais um expediente no rol das manobras políticas às quais Vargas era dado, esse caso era por demais delicado para ser admitido.

Os EUA e o Pacto ABC

O estilo político de Vargas era reconhecido pela Embaixada norte-americana em termos muito diretos: *é lógico que ele olha o peronismo como um trunfo em potencial a ser utilizado em negociações com os Estados Unidos.*⁶

Os EUA inclusive admitiram que *o Presidente Vargas, ele próprio, aparentemente perdeu pouco terreno; de fato, seus partidários asseguraram que seu prestígio, até certo ponto se acentuou, desde que parece que ele possa ter manobrado Perón.*⁷

O episódio do Pacto ABC, ao final, acabou por aprofundar a grave crise com que Vargas se deparava no ano de 1954 e o componente internacional foi mais um fator de desestruturação do governo. Mesmo que em nenhum momento o processo de acusações tenha conseguido apresentar provas concretas contra Vargas, este se viu frustrado em suas articulações.

Os Estados Unidos, descoberto o flanco da operação ABC, consolidaram ainda mais sua posição de liderança na América do Sul.

A Argentina, diante dos sucessivos golpes desferidos pela oposição brasileira à aproximação entre os dois países e da hesitação de Vargas em oficializar o apoio ao ABC, viu-se, mais uma vez, às voltas com a histórica desconfiança bilateral.

O Pacto ABC, se tivesse prosperado na versão de um elemento de pressão sobre os EUA, poderia ter significado o passaporte para a conquista da liderança brasileira no cone sul. Uma vez exposto e manipulado pelas forças oposicionistas, converteu-se no grande nó górdio da estratégia política de Vargas.

Notas

¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Pasta João Neves da Fontoura – JN, Estudo 14, Maço 20, Caixa10.

² Idem

³ Idem

⁴ Correio do Povo. Porto Alegre. 13, março, 1954.

⁵ Anais da Câmara, 1954, p. 136.

⁶ CPDOC/FGV. Embaixada dos Estados Unidos. DE 50.01.23/1

⁷ Idem

Referências

- LUNA, Félix. *Perón y su tiempo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987, v. III.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas. Democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *O Pacto ABC. Relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

Resumo

O artigo tem o objetivo de apresentar as coordenadas gerais da tentativa de formação de um bloco regional de poder na América do Sul, no início dos anos 1950. A concomitância dos governos de Perón, Vargas e Ibañez viabilizou a proposição da constituição de um bloco que ficou conhecido como ABC. Contrariando a política da potência hegemônica do sistema, os Estados Unidos, a idéia de um bloco regional na América do Sul atribuiu as relações com os norte-americanos.

Palavras-chave: Blocos regionais; Guerra fria; ABC.

Abstract

The article analyses the intent to forge a regional power bloc in South America in the early fifties. The concomitance of the administrations of Peron, Vargas and Ibañez paved the way to the proposal of a regional bloc known as ABC. As it confronted the policies of the hegemonic power, the idea of a regional bloc in South America had a negative impact on the relations with the United States.

Key words: Regional blocs; Cold war; ABC.

Resumen

El artículo analiza el intento de formación de un bloque regional de poder en América del Sur en los albores de los años cincuenta. La concomitancia de los gobiernos de Perón, Vargas e Ibáñez viabilizó la propuesta del bloque regional conocido como ABC. Por contrariar la política de la potencia hegemónica, la iniciativa repercutió negativamente en las relaciones con los Estados Unidos.

Palabras clave: Bloques regionales; Guerra fría; ABC.

OPINIÃO

Rodrigo de Souza Pain

Doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Especialista em História da África pela Universidade Cândido Mendes. Pesquisador Associado ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos pela Universidade Cândido Mendes (CEAA / UCAM –RJ).

A sociedade civil angolana e a (difícil) busca pela democracia

Introdução

A região que hoje conhecemos como Angola abrigou diversas etnias, com variados reinos. A chegada dos portugueses teve um importante impacto nas relações sociais daquelas populações, principalmente no aprisionamento e exportação dos escravos capturados no interior. A presença portuguesa no território estava praticamente centrada apenas no litoral.

Com o processo da Conferência de Berlim, que dividiu o território africano para as potências européias, Portugal sentiu maior necessidade de ocupação do interior, com o medo de perder seu território na África. A repressão e a exploração do povo africano foram características marcantes da colonização portuguesa ao longo do século XX.

A independência angolana chegou depois de conflitos entre os próprios movimentos de libertação nacional e também contra o poder colonial. O nascimento do novo país surgiu no meio de grandes confrontos entre os principais movimentos, que contavam com o apoio de países estrangeiros.

A vitória do movimento de cunho socialista trouxe um modelo marxista-leninista como sistema sócio-político-econômico adotado pelo partido único. O autoritarismo vivido pela sociedade angolana, a falta da liberdade e o contexto de guerra civil marcaram esse momento.

Em 1991, Angola adere às políticas democráticas, adotando o multipartidarismo, a economia de mercado e a liberdade de expressão. Nesse contexto, conhecido como II República (para diferenciar da I República, de partido único), começam a surgir organizações no seio da sociedade e, ao longo da década, passam a ganhar voz e assumem trabalhos importantes na luta pelo desenvolvimento. Além disso, a sociedade civil angolana manifesta-se de várias maneiras e de forma significativa contrária à guerra entre o governo e a UNITA¹.

Não obstante, depois de tantos conflitos e instabilidades, a sociedade angolana ainda é observada como possuidora de uma cultura que não valoriza o diálogo, sendo a desconfiança um pilar importante nas relações entre pessoas e

instituições. As dificuldades que essa sociedade enfrenta, principalmente no que diz respeito às restrições de sua atuação, à dificuldade de inserção na formulação de políticas públicas e ao desenvolvimento de parcerias junto ao governo caracterizam a sociedade civil² angolana.

Em tal contexto, os atores não-estatais angolanos têm se empenhado em direção à valorização da democratização e da sociedade civil como agente transformador do espaço social por meio de ações fundamentais, não empreendidas até então. A reconfiguração do espaço público pela qual passou a sociedade angolana durante a colonização, que foi comandada pelo Estado colonial português de Salazar e, posteriormente, pelo governo de Partido Único marxista-leninista, e o papel da sociedade civil no contexto do conflito armado, que resultou no nascimento da II República em Angola, serão objetos de discussão neste artigo buscando-se, dessa forma, compreender os desafios contemporâneos que a sociedade civil angolana vem enfrentando, agora em contexto que podemos considerar de “paz”.

Na primeira parte do artigo, apresento o contexto angolano e as diversas dinâmicas sociais que envolvem a idéia da “República de Angola”. A seguir, aponto o surgimento dessa sociedade civil organizada em Angola, que deve ser visto como anterior à própria independência do país. No terceiro ponto do artigo, apresento a reestruturação da sociedade civil, com a passagem da Primeira para a Segunda República em Angola. Logo depois, saliento o papel da Fundação Eduardo dos Santos e o poder da Presidência na política do país. E finalmente, procuro apontar os dilemas e desafios enfrentados pela sociedade civil angolana.

O contexto angolano e a diversidade das dinâmicas sociais em Angola

A guerra em Angola é complexa; envolveu diversos atores sociais, países estrangeiros e variou de intensidade em vários momentos. A população, que sofreu com a exploração e a repressão do poder colonial português, vivenciou o partido único, a falta de liberdade de expressão e a economia planificada trazida pelo movimento marxista-leninista, na I República.

Foram realizados três acordos para o fim do conflito. O primeiro aconteceu depois de intensas negociações, no final dos anos 1980 e início de 1990. Os Acordos de Bicesse previam as eleições gerais, em 1992,³ para decidir o legítimo governo democrático angolano e seus representantes no legislativo. Foi a partir desses Acordos que o governo angolano abandonou o modelo socialista, e também os países estrangeiros, que ainda atuavam em território angolano passaram a desocupar a região.

Com o retorno da guerra, após o fracasso das eleições em Angola, a comunidade internacional novamente tentou buscar o diálogo na tentativa de obter a paz. Com isso, em 1994, surge o Protocolo de Lusaka, que tentou impedir o conflito entre as partes beligerantes. No entanto, não houve respeito em diversos pontos, tanto pelo governo, como pelo movimento armado. O período em vigor do Protocolo era conhecido, entre os angolanos, como um tempo “nem paz, nem guerra”, devido ao clima de instabilidade e conflitos.

Em fevereiro de 2002, morre em combate o líder da UNITA, Jonas Savimbi, na Província de Moxico. Com isso, é assinado o Memorando de Luena, que finalmente coloca fim ao conflito.

Assim, pode-se afirmar que a guerra aumentou de intensidade no fim da década de 1990. As ligações entre as cidades do litoral e o interior agrícola enfraqueceram a ponto de quase desaparecerem. As cidades, em especial Luanda (que aumentou muito sua população após os conflitos) sobreviviam com alimentação importada, em lugar da produzida nacionalmente. As zonas rurais foram negligenciadas e deixadas às suas próprias estratégias de sobrevivência (Meijer, 2004:02).

Nessa altura, o governo financiava a guerra por meio de vendas antecipadas de petróleo, e o movimento armado, mesmo recebendo diversas sanções da ONU, que pouco adiantavam, como organização, controlava terras com diamantes que abasteciam seu exército com a exportação ilegal para países vizinhos (Vines, 1995:28).

Para que possamos compreender a dimensão das ações empreendidas por atores não-estatais para o processo de consolidação de uma sociedade democrática em Angola é preciso observar as “diversas Angolas” existentes nesse país. Não se pode enxergar o país de forma homogênea, pois são significativas as diferenças nos campos político, econômico e cultural em diversos contextos.

Tal como em muitos países africanos, no pós-independência de Angola, as estruturas de poder constituídas, mantidas e consentidas pelos diversos atores sociais envolvidos configuraram uma paisagem operacional e institucional na qual forças centrípetas, induzidas pelas lógicas da independência “nacional”, confrontaram-se com múltiplas tendências centrífugas que pulverizaram poderes políticos disjuntivos por grande parte do território da “República de Angola”. Como resultado desses movimentos aponta-nos Wilhem que, em função do conteúdo concreto que se atribui à expressão “República de Angola”, é possível destringer várias realidades sociais, políticas e culturais no espaço territorial angolano, em parte, como consequência da colonização. Para ele, aqueles que buscam compreender a formação da sociedade civil angolana devem levar em consideração essas várias

realidades; caso contrário, terão apenas uma visão superficial do que seja essa formação (Wilhem apud Milando, 2006:95).

Dessa maneira é possível, dentro de cada uma das realidades, apreender diversas dinâmicas sociais que podem ser analisadas segundo vários critérios. João Milando privilegia dois: a gestão efetiva ou não dessas realidades pelo governo central, e o tipo de racionalidades e de mecanismos de produção e de reprodução sociais predominantes (Milando, 2006:96).

Considerando ambos os critérios, o autor caracterizou as várias Angolas, ou seja, as várias dinâmicas sociais presentes dentro do país, chegando à determinação de quatro Angolas: a *Governamental*, a *Ad Hoc*, a *Angola de Ninguém* e a *Angola Constitucional*. A *Angola Governamental*, segundo Milando, corresponde à parte do país onde se faz sentir, de forma duradoura, a administração central do Estado e a gestão político-militar do governo / Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA⁴. Em termos geográficos, essa parte de Angola é constituída principalmente por Luanda, pelas capitais provinciais e pouco mais que as áreas urbanas e peri-urbanas⁵ do país. São as forças políticas desse espaço que estão em evidência quando se fala de Governo Central⁶.

A segunda dinâmica social identificada por Milando é a *Angola Ad Hoc* – que se refere às áreas do país que, de um modo prolongado, estiveram ocupadas pelas forças da UNITA ou onde se fez sentir a influência da sua política disjuntiva em relação ao Governo Central.

A terceira dinâmica corresponde à *Angola de Ninguém*, constituída por diversas “ilhas” rurais dispersas, sobretudo no norte, no leste e no sudoeste do país e que, em alguns casos, corresponde àquelas parcelas do país nas quais estiveram quase sempre ausentes as atividades políticas, sejam das autoridades de *Angola Governamental* ou de *Angola Ad Hoc*.

Finalmente, a *Angola Constitucional*, que se distancia das outras “três angolas” na medida em que tal dinâmica não é substancial, mas, ao contrário, sustentada pela constituição da República de Angola, pelo discurso oficial das autoridades de *Angola Governamental* e, também, pelo sistema das relações internacionais, cujos mecanismos de legitimação do Estado-Nação diferenciam-se, frequentemente, das realidades empíricas de referência⁷.

Segundo Milando, apesar de ser um projeto parcialmente destituído da sua substância concreta – um país constituído por múltiplas diversidades, despedaçadas ao longo dos processos colonizadores e de dominação estatal – é dessa Angola projeto, na idéia de “*um só povo, uma só nação*” que trata a maioria da literatura existente sobre a realidade pós-colonial do país. É sobre essa Angola que se debru-

çam as poucas análises feitas sobre o “despertar” da sociedade civil angolana. No entanto, é nessa mesma sociedade civil organizada que podemos enxergar Angola em suas múltiplas diversidades, invisibilizadas na tipificação moderna de Nação (Milando, 2006:95-100).

A sociedade civil angolana no contexto da Primeira República

A sociedade civil angolana tem uma história que é anterior ao dia da independência do país. Não se pode conceber o onze de novembro de mil novecentos e setenta e cinco como sendo o marco da história do surgimento da sociedade civil organizada em Angola. De acordo com Carlos Lopes, a “inferioridade africana” tem por base a idéia da inexistência do fato histórico antes da colonização. Para o autor, o “desenvolvimento da história do continente é patente. Tudo quanto está ligado a um passado de descobertas e realizações africanas é desapropriado deles e repassado a outro povo” (Lopes, 1995:22-23).

Nelson Pestana, por exemplo, não considera nem mesmo o nacionalismo moderno angolano, que inspirou à luta armada entre os anos 1950/1960, como ponto de partida da conformação da sociedade angolana. Para ele, existe uma “história antiga” dessa sociedade que tem ligação imediata com a história do movimento associativo angolano, cujas origens estão situadas nas associações culturais e nos movimentos cooperativistas e mutualistas de meados do século XIX e que deram corpo à afirmação do direito de cidadania dos africanos nos anos 1930, prolongando-se ao longo de todo o século XX (Pestana, 2004:03).

Sobre o associativismo angolano do século XIX, Freudenthal aponta que, pela imprensa (que surge com significativo impacto na elite da Angola colonial, no final do século XIX) as elites participaram das críticas formuladas à administração colonial, reivindicando direitos, denunciando abusos e desencadeando o temor e o ódio dos colonos, cujos interesses estavam em contradição com as disposições legais, nomeadamente no que dizia respeito à imposição do trabalho obrigatório e às duras condições desse trabalho. Essas elites fizeram ouvir a sua voz por meio da imprensa não só em Angola, mas também em Lisboa, reforçando assim as bases de sua identidade (Freudenthal, 1988:19)⁸.

Para Pestana, a história mais recente da sociedade civil angolana tem a ver com o “renascer” desse movimento associativo, com a reafirmação da sua autonomia, da sua legitimidade e de sua intervenção no espaço público depois que os movimentos de libertação abandonaram o espaço público criado no contexto colonial e se assumiram como partidos – nação, caso que não se restringiu apenas a

Angola, mas a muitos movimentos de libertação de outros países colonizados (Pestana, 2004:03).

Ademais, faz-se necessário afirmar que a configuração do espaço público em Angola foi comandada pelo Estado desde a época colonial (o ditador Salazar dominou a Metrópole desde o final dos anos 1920). Dessa maneira, os severos limites impostos à participação⁹ de atores não-estatais impediram a construção social de uma cultura do diálogo e ignoraram a contribuição de mecanismos promotores de coesão social, particularmente de normas sociais complementares à racionalidade do Estado e do mercado (Elster apud Abreu, 2006:28).

De acordo com Davidson, o regime português foi um órgão de repressão sistêmica em nível interno e reproduziu as mesmas misérias na África, concedendo poucos direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e, praticamente, nenhum direito válido aos seus “nativos”. As alternativas em termos de política ou de método nunca foram temas de debates no seio desse império, mas sim, uma provocação para a polícia política (PIDE – Polícia Secreta Portuguesa, no período colonial) (Davidson, 2000:184). A especificidade do colonialismo português residia no seu sistema econômico “arcaico”, baseado na exploração extrema e brutal da mão de obra africana. Desprovidos de capital, os portugueses não conseguiam desenvolver suas economias coloniais de forma que o seu mercado interno se tornasse um estímulo para os africanos procurarem emprego. Por conseguinte, instituíram o trabalho forçado para a produção agrícola que exportavam para a Metrópole. A intensidade da crueldade para Perry Anderson, “não teve paralelo em qualquer outra parte do continente”. De acordo com a política colonial portuguesa, o autóctone deveria possuir suficientes elementos da cultura portuguesa (assimilação) para ser “obediente” e “disciplinado”; porém não obstante para ser “competente” e “empreendedor” (Anderson, 1966:67).

Assim, fica difícil falar em participação da sociedade civil no contexto da época colonial. Manifestações fizeram-se presentes, principalmente pelos movimentos de libertação nacional; mas, no entanto, a conjuntura autoritária dificultava qualquer tentativa de participação por parte da população.

Já no período após a independência, a aceitação do Estado-Nação pós-colonial na África significou a aceitação da partilha e das práticas morais e políticas da administração colonial nas suas dimensões institucionais (Davidson, 2000:161). Isso aponta uma característica particular de Angola, o contexto da sociedade civil pós-colonial consolidou-se com aspectos muito parecidos com os do período português, principalmente no autoritarismo, marcante naquele momento que se seguiu à independência.

Em relação às análises sobre a “sociedade civil” angolana, no período de vigência do regime de Partido Único em Angola (pós-independência, 1975-1991) encontramos reflexões geralmente reducionistas, compelidas em negar qualquer existência de uma autonomia latente, ou exclusivamente legitimadoras, transformando as organizações de massas criadas pelo próprio governo do MPLA, como exemplos: a Organização das Mulheres Angolanas (OMA), a União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA), em pseudo-representantes dessa “sociedade civil”¹⁰.

Outro elemento importante a se considerar na busca da compreensão do despertar da sociedade civil angolana é a própria guerra civil que, nas duas primeiras décadas após a independência, inibiu o desenvolvimento de organizações autônomas atuando no espaço público. Dessa forma, toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi também esmagada pela guerra, na medida em que a deslegitimação do poder do Estado não reforçou o poder da sociedade civil; ao contrário, fortaleceu um outro poder, armado e de natureza totalitária que, em contrapartida, deu novo fôlego à máquina estatal, quando a rejeição ao poder armado contribuiu, bem ou mal, para o seu reforço e para o conseqüente enfraquecimento das organizações autônomas¹¹.

Toda essa configuração da história política de Angola é importante para entendermos porque seu espaço público não pode ser concebido como espaço neutro. Esse espaço tem a sua própria história – traumática – que influencia fortemente a capacidade dos angolanos de se organizarem e de falarem publicamente (Comerford, 2005:03). Munslow afirma que,

“É necessário estudar de novo a história (de Angola) para se entender o espaço limitado que existe para a sociedade civil prosperar em Angola. Durante o domínio colonial reprimiram-se as organizações africanas independentes (...) No meio das fileiras do MPLA, a tentativa de golpe de Estado de Nito Alves¹² em maio de 1977 teve enormes ramificações para impedir o futuro crescimento da sociedade civil em Angola” (Munslow apud Comerford, 2005:03).

Todo o trauma de longos anos de guerra mergulhou a sociedade angolana em espécie de “cultura da violência e do medo”, que se refletiu na falta de participação, na omissão e na submissão por parte dos angolanos em determinadas situações. Adão Avelino Miguel, filósofo e docente da Universidade Católica de Angola, salienta, ao analisar a conjuntura atual, que se percebe claramente a manifesta

falta de participação e envolvimento na execução das tarefas sociais e culturais; presente-se a ausência de motivação para realizar e implementar planos e projetos comunitários. Sente-se a falta de disposição, dedicação e abnegação na realização e no cumprimento das tarefas comunitárias (Miguel, 2006:26). Na verdade, sente-se que só poucos fazem o muito que todos deveríamos fazer¹³.

Ainda assim, na conjuntura do Partido Único, o espaço literário angolano, – representado na figura da União dos Escritores Angolanos (UEA), nascida num clima, ao mesmo tempo, de lutas internas no seio do poder político e da ânsia pela (re)estruturação do campo literário e cultural autônomo – foi o ambiente em que se pôde desfrutar de relativa independência naquilo que dizia respeito ao controle do espaço público por parte do Estado¹⁴, constituindo-se como fonte de legitimidade independente (Pestana, 2004:10).

Essa instituição teve caráter fundamental, pois ela liderou o esforço de (re) estruturação do campo literário, definindo-se como organização de intelectuais que defendia a revolução, ao mesmo tempo em que reclamava a legitimidade de representar todos os escritores angolanos, pretensão reveladora de contradição nos próprios termos e que esconde mal o espírito confederador que ela pretendia desempenhar.

Dessa maneira, como afirma Pestana, a União dos Escritores Angolanos era o lugar onde evoluía essa contradição entre “autonomia literária” e “controle político”; ao mesmo tempo em que proporcionava relativa autonomia do espaço literário face ao controle do Partido Único e do Estado, permitindo esforços redobrados das elites políticas com vistas a instrumentalização política da literatura e dos escritores¹⁵ (Pestana, 2004:11).

A reestruturação da sociedade civil angolana na II República

Mudanças significativas ocorreram com a transição da República Popular de Angola para a República de Angola, em 1991. A passagem para o Estado multipartidário democrático de direito trouxe enormes mudanças no quadro jurídico do país criando leis importantes, como a Lei das Associações (com seu funcionamento independente do Estado), a Lei dos Partidos Políticos Independentes, a Lei do Direito à Greve, a Lei de Liberdade de Imprensa, a Lei de Reunião Pacífica, entre outras.

A simples observação das designações desse pacote de leis nos revela como era a ocupação do espaço público pelo Estado durante a Primeira República. A socióloga angolana Cesaltina Abreu aponta, por outro lado, a falta de regulamen-

tação ou a regulamentação tardia dessas leis, observável nas datas de suas respectivas aprovações, gerou desentendimentos na sua interpretação¹⁶ (Abreu, 2006:34).

Em 1994, três anos após o nascimento da II República em Angola, Fernando Pacheco, presidente de uma das maiores ONG's angolanas (ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental¹⁷), afirmava já existir uma sociedade civil angolana “*como a expressão de forças sociais e econômicas formais e não formais que já demonstravam capacidade de assegurar, pelo menos, a sobrevivência das cidadãs e dos cidadãos*” (Pacheco, 1994:07)

Assim, Pacheco não tinha dúvida que já existia uma afirmação de sociedade civil angolana que era constituída por forças sociais (associações informais, redes de parentesco, indivíduos dotados de espírito empreendedor) resultantes de um processo de urbanização recente, forças que estão em rápida e permanente transformação porque têm acesso às diferentes modernidades, não isoladas, e em permanente contato com o mundo pelos meios de comunicação e as linhas aéreas internacionais, estabelecendo laços múltiplos entre si e construindo redes de autênticos contra-poderes, traduzidos em fatos conhecidos como a organização dos mercados, o estabelecimento de taxas de câmbio, as ações de reivindicações, entre outros (Pacheco, 1994:07).

Muitos autores, como o ganense Gyimah Boodi, afirmam que a sociedade civil organizada em África tem crescido em ritmo muito rápido. Lopes considera que, no caso angolano, essa afirmação é exagerada. Todavia, consoante o autor, a sociedade angolana constitui, seguramente, o segmento social de maior crescimento e dinamismo em Angola desde o início da construção da democracia, nos primeiros anos da década de 1990 (Lopes, 2004:02).

Dois representantes do “jornalismo privado”¹⁸ angolano, Willian Tonet (redator da *Folha Oito*) e Aguiar dos Santos (jornal *Agora*), citados por Comerford, em análise do fracasso das negociações do Protocolo de Lusaka (1994)¹⁹, apontaram a ausência da participação de outros atores que não os militares, na mesa de negociações, como fator significativo para o fracasso do protocolo. De acordo com o primeiro, escrevendo um mês antes da morte de Jonas Savimbi, “*Lusaka falhou, não por privilegiar uma verdadeira Reconciliação Nacional. Lusaka falhou por rejeitar a participação de outros atores políticos desarmados, igrejas, sociedade civil e autoridades tradicionais (...)*”²⁰. Para Aguiar dos Santos, escrevendo em junho de 2001, o fracasso resultou na exclusão de segmentos chave da sociedade angolana nos acordos (Comeford, 2005:84).

Em 1996, entra em cena a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), uma ONG que tem o nome e o patronato do Presidente da República (José Eduardo dos

Santos), organização que diz inspirar-se em instituições similares existentes nos grandes países democráticos e que afirma pretender consolidar, como elas, os objetivos de progresso social, cultural e científico em Angola²¹. A FESA surge, mais claramente, como instituição na qual o Presidente da República intervém como pessoa privada e cujos fundos não são os seus, mas sim os de grandes sociedades internacionais e nacionais²².

Essa Fundação pode ser analisada num primeiro nível, de acordo com Christine Messiant, como produto e coroação do sistema geral de dominação clientelista, além de ser, também, um sinal de tentativa de reforço do poder presidencial²³. Basicamente, essa Fundação, como outras, “retêm” dinheiro público que não é seu para realçar a imagem pessoal de benfeitor do seu “fundador e patrono”, que intervém nisso como pessoa privada, mas que é também, como não deixa de lembrar a Fundação, “o Presidente da República de Angola e do MPLA, o partido majoritário no poder”, ou seja, o Estado.

Para tal, a FESA, como “Estado” angolano, atua na gestão estratégica do petróleo do país, rivalizando com os interesses econômicos estrangeiros e as empresas estatais. A “taxa” (direito de entrada, contribuição em diversos projetos) é aplicada na instituição pelas grandes companhias estrangeiras interessadas nos “negócios” angolanos (as sociedades petrolíferas e para-petrolíferas, as implicadas nos diamantes e nos grandes projetos de infra-estrutura, a construção, certos bancos, entre outros) e também nas grandes sociedades angolanas (como nas estatais Sonangol, do petróleo, e Endiama, dos diamantes, sociedades que sempre dependeram diretamente, não das decisões do governo, e sim do Presidente), bem como em diversas outras menores que também pretendem figurar nesse “bloco” duplamente interessante, porque os aproxima consideravelmente do poder e das benesses²⁴. (Messiant,1999:08).

Desse modo, o presidente angolano “re canaliza” em direção à sua própria pessoa uma parte dessas benesses e as redistribui, todos os anos, sob a forma de “cacho”, durante a “semana da FESA”²⁵, que dá lugar a muita publicidade, votos de felicidades e agradecimentos. A Fundação não funciona apenas com fundos privados. Dentre as realizações ostensivamente inauguradas, algumas provêm do próprio Estado²⁶.

A FESA colabora com o “Estado”, os ministérios ou as administrações locais, intervindo em complemento à “ação do governo”. Ademais, a Fundação apóia também uma série de outras organizações da sociedade civil (algumas surgem na própria semana da Fundação). Também ampara a Associação de Apoio às Mulheres Rurais e o Fundo Lwini²⁷, as duas com a primeira dama, Ana Paula dos Santos,

como presidente. Ela co-financia, com diversos Ministérios, essa organização econômica e apadrinha, ainda em associação com vários Ministérios, aquela fundação de proteção à natureza. Ainda financia ou co-financia e apóia, ocasionalmente, certo número de associações nacionais, locais e de ordens profissionais (Messiant, 1999:10).

Foi ao falar das dificuldades financeiras vividas pela ADRA, que Luis Monteiro, Diretor Geral da instituição, afirmou que poderia chegar à FESA e dizer “precisamos de dinheiro”. Mas por compromisso com a construção da democracia em Angola, a ADRA jamais pediu auxílio à Fundação²⁸.

A FESA assim é uma evidência da privatização do Estado e de centralização do poder angolano em relação àquele e da desagregação desse mesmo Estado. Com ela “o Engenheiro José Eduardo dos Santos” assume, de alguma maneira, a “cabeça” da sociedade civil angolana e, sintomaticamente na posição de “Patrão”; utilizando trunfos incomparáveis de um Presidente da República, torna-se de fato, e ao mesmo tempo, o chefe do Governo, o chefe do Partido e das forças armadas. Além disso, controla de forma estreita a polícia, recebe o dinheiro do petróleo não orçamentado²⁹ e controla a sua alocação (Messiant, 1999:11).

Esse foi o contexto, no campo da frágil sociedade civil angolana, que emergiu no final dos anos 1990. Toda dificuldade em participar do processo político se fazia presente em função do contexto de guerra. Ainda assim, nesse momento, nem o contexto de guerra, nem a força das ações da FESA foram elementos inibidores às manifestações contrárias ao Estado angolano e ao seu papel no conflito armado.

O período pós-Lusaka (1994)³⁰ data o início daquilo que se tornou um engajamento significativo de paz pelas organizações da sociedade civil de Angola, na forma de promoção dos direitos humanos³¹. Iniciativas importantes da sociedade civil organizada angolana rumo à busca da paz duradoura fizeram-se presentes após o fracasso do Protocolo³².

Desse modo, Organizações Não Governamentais internacionais e nacionais, igrejas, movimentos comunitários, associações culturais e profissionais, entre outras, solicitaram ao governo angolano e à UNITA que agissem juridicamente, e dentro do quadro constitucional, em defesa dos direitos humanos dos cidadãos angolanos comuns. Esse discurso, que partiu do seio da sociedade para as partes integrantes na guerra, constituiu apelo pela lei e pela ordem. Isso inverte o argumento comum segundo o qual o Estado é que vive a solicitar dos cidadãos o respeito à lei e à ordem. Nesse momento, a sociedade civil é quem está a solicitar do Estado angolano e da UNITA que procedam dessa forma (Comeford, 2005:153).

A nova retomada da guerra, em 1998, fez com que a sociedade civil produzisse uma série de documentos. Michael Comerford chamou-os de “apelos de paz”, e nos apontou três importantes documentos. O primeiro, de 1999, chamado “*Manifesto para a paz em Angola*”, assinado por cento e vinte pessoas, incluindo jornalistas, sociólogos, docentes universitários, advogados, músicos, deputados, entre outros. O segundo, o documento de abril de 1999, pertencente ao GARP (Grupo Angolano de Reflexão e Paz) que incluía entre os seus membros pessoas ligadas ao campo religioso, ao meio político e dos meios de comunicação. No documento citavam “*ninguém tem o direito de falar em nome do povo para fazer a guerra civil, seja esta com o argumento de defesa ou resistência. O povo não foi consultado*”. Interessante notar que os autores de ambos os movimentos sentiram-se discursando para um grupo mais amplo do que da própria sociedade civil organizada ou de atores da esfera pública, falando em nome do povo angolano para aqueles que fizeram a guerra em seu nome (Comerford, 2005:153-155).

O terceiro foi um apelo feito em 2000, pela MPD (Mulheres Pela Democracia) uma ONG de mulheres profissionais, como advogadas, jornalistas, empresárias, entre outras, formadas no exterior, com bolsas financiadas pelo governo. Esse documento se aproxima dos outros dois, mas é elaborado a partir da perspectiva das mulheres angolanas. Um sentimento de tristeza no documento que não deriva somente da continuação da guerra, mas do fato de que as mulheres como esposas e mães tinham perdido maridos e filhos durante o conflito.

O que vale em todos os documentos, segundo Comerford, é a explicitação de um reconhecimento crescente de que a sociedade civil tinha papel fundamental na resolução do conflito (Comerford, 2005:155). Isso refletiu sentimento coletivo de que “o problema é nosso”, ausente no passado na busca pela paz.

Essas questões envolvem uma série de características específicas da sociedade angolana que devem ser levadas em consideração. A sociedade civil na África é campo muito mais contraditório do que pretende o discurso ocidental dominante, pois privilegia de forma simplista os conflitos entre Estado e sociedade romantizando a sociedade civil como baluarte da democracia. As formas de relacionamento de indivíduos e grupos da sociedade civil com o Estado variam da acusação, quando os seus interesses são postos em questão, à aliança e à cooperação, quando para tal têm oportunidades e vantagens (Abreu, 2006:117). Portanto, essas ações em prol da busca da paz devem ser valorizadas, institucionalmente, como a FESA: buscam justamente privatizar o espaço público em torno da figura do Presidente e das pessoas que estão ao seu redor.

É importante salientar que a maioria dos grupos e organizações da sociedade civil na África é dependente da comunidade internacional, tanto para efeitos de financiamento, quanto para aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporarem, acriticamente, conceitos e práticas sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (Abreu, 2006:117). O modelo ocidental é trazido e aplicado na maioria das vezes sem levar em consideração aspectos relevantes das culturas africanas. Diversas ONGs ultrapassam características importantes da cultura local, negando a importância do multiculturalismo em prol de concepções globais de desenvolvimento, o que gera conflitos em regiões tradicionais da África (Pain, 2006:42).

Mesmo com o fim do conflito armado, é importante levar em consideração a dificuldade existente na comunicação entre o governo e a sociedade civil naquilo que se refere ao planejamento de políticas públicas. Embora oficialmente se considere que os novos instrumentos legais (como as novas Leis) tenham sido produzidos em ambientes de consulta entre o Estado e a sociedade, e que organizações civis tenham se mobilizado para participar efetivamente dessas consultas, as experiências com os processos de preparação e aprovação do Regulamento das Associações, da Lei de Terras, da Lei do Investimento Estrangeiro e da própria Lei Constitucional, entre outros, demonstram que as instituições do legislativo e do executivo angolano continuam pouco abertas ao debate de idéias e à incorporação das visões e expectativas de atores não-estatais (Abreu, 2006:34).

Além disso, no próprio bojo da sociedade civil angolana existe a sensação de que está na própria estrutura do Estado a dificuldade de desenvolver maior participação das organizações na construção de políticas. O Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola, por exemplo, não repassa nenhum recurso financeiro para o Município, muito menos para a Comuna³³. O poder está centralizado no governador da Província, que tem muita dificuldade em dialogar com as organizações da sociedade civil angolana, assim como essas organizações, que trabalham principalmente como organizações de base e relacionadas com o poder local, têm dificuldades no acesso ao governador da província. O excesso de centralização política e administrativa em Angola é mais um fator que dificulta a participação da sociedade civil e não contribui para a democratização do país.

Dessa maneira, entendo que, em nível local, existe significativa participação e colaboração de grupos e organizações no que tange ao diálogo em alguns Conselhos e Fóruns; no entanto existe grande dificuldade quando se trata de poderes do Estado, principalmente nas autoridades que detêm os recursos.

Ainda hoje, é freqüente se atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período fascista – colonial português, e ao leninismo, do Partido Único do MPLA, o que, para o autor, não é verdadeiro. De acordo com Pacheco, tanto as práticas fascistas (como o culto ao chefe, por exemplo), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), são também complementadas pela matriz cultural Bantu³⁴, na qual, tradicionalmente, líderes e chefes não têm o costume de prestar contas aos liderados³⁵, no sentido de dar satisfação, de apresentar resultados de uma ação de que se é incumbido, o que hoje têm efeitos perniciosos na sociedade (Pacheco, 2004:79).

Além de tudo isso, resta saber qual papel terá a sociedade civil ao longo do processo eleitoral³⁶. Essa é questão extremamente importante, já que as organizações que não se envolveram com a guerra ficaram ausentes dos processos de cessar-fogo de Bicesse e Lusaka. Ademais, como foi mostrado no artigo, nos últimos anos da guerra, percebeu-se claramente a maior participação da sociedade angolana em termos de mobilização no que diz respeito ao fim do conflito.

Sob tal contexto são lançados desafios significativos à sociedade angolana. Em sociedades pós-conflito a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos políticos; ou seja, como vão se comportar os políticos em campanha eleitoral e com relação ao anúncio dos resultados finais. Essa preocupação encerra em si outro ato de preocupar-se: a manutenção e a consolidação da paz, pois o cidadão não quer que seu voto resulte em violência política³⁷ (Mazula e Mbilana, 2003:01).

Boaventura Sousa Santos aponta quatro grandes desafios para o Estado e para a sociedade angolana nesse contexto de paz. O primeiro é o da desigualdade social. Angola é um país riquíssimo e a esmagadora maioria do seu povo vive na miséria. A guerra serviu, até agora, para encobrir que é, nas desigualdades, que reside uma das mais persistentes continuidades entre a Angola colonial e a Angola pós-colonial.

O segundo desafio é o da construção de um Estado democrático, eficiente e íntegro. Nesse contexto, reconhece Santos, o peso da herança do Estado colonial é muito forte. Mas ele está longe de explicar tudo. Esse desafio, para o autor, confronta dois grandes obstáculos. O primeiro é o da corrupção, ou seja, a privatização do Estado por parte da elite no poder. O segundo obstáculo é o da difícil interiorização da mentalidade democrática por parte das forças políticas que conduzem a transição democrática. O Partido Único acaba não deixando de o ser, mesmo sendo reconhecida a existência de outros partidos e de aceitar a disputa eleitoral.

O terceiro desafio é o da construção de um modelo político, social e cultural genuinamente angolano; modelo que assuma o legado cultural do país (muito dele preexistente ao colonialismo) e o faça de maneira não tradicionalista, ou seja, em nome de racionalidade mais ampla que a ocidental e de modernidade menos imperial e mais multicultural do que a imposta pelo colonialismo e pela globalização neoliberal.

Finalmente, o quarto desafio para Santos consiste na reconciliação nacional. As tarefas de reconciliação são particularmente fundamentais para Angola, porque não diz respeito exclusivamente à reconciliação entre os inimigos da guerra civil, mas também à construção de uma sociedade democrática em Angola, o que pressupõe que, para se quebrar definitivamente a fragmentação que caracterizou o governo do MPLA, desde a independência, Angola deverá ter a coragem de construir concretamente uma comissão de reconciliação (Santos, 2003:01-02).

Considerações finais

São grandes os desafios da sociedade civil organizada angolana nesse contexto de paz. A busca pela participação social e pelo fortalecimento das frágeis instituições democráticas parecem-nos os elementos mais importantes para esse feito.

Para isso, torna-se fundamental a valorização das diversas culturas angolanas. A sociedade civil deve pautar-se em busca de políticas que respeitem os variados aspectos de sua cultura para que não seja forjada uma organização civil artificial e, porque não, um engodo, à medida que se distancia da realidade concreta daquele país.

Por sua vez, o governo deve buscar maior apoio da sociedade angolana para desenvolver melhor suas políticas. Num país com baixíssimo índice de desenvolvimento humano, o governo não tem conseguido dar assistência mínima para sua população. Por isso, é fundamental a parceria com a sociedade civil que, muitas vezes, tem maior conhecimento da região ou do contexto; mais até que o próprio governo. Isso pode trazer valorização das ações mais prioritárias, principalmente se lembrarmos que boa parte do território angolano ainda não é totalmente conhecida pelos governantes por ter sido área de influência do outro movimento armado em conjuntura recente de guerra.

Também é importante superar a centralização política e buscar maior transparência, principalmente no executivo. A descentralização administrativa e política são fundamentais, pois vem acompanhada de democratização. É dentro dessa perspectiva que vai se dar o aumento da participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

Acredito que a melhoria das condições de sobrevivência da população e o combate à pobreza no país só acontecerão como resultado do trabalho conjunto entre o governo e a sociedade civil, sendo fundamental superar todos os constrangimentos que ainda persistem. Para tanto, o verdadeiro despertar da sociedade civil organizada angolana de forma democrática, participativa e respeitadora da diversidade presente no país é fundamental, pois dessa maneira os grandes problemas sociais que ainda persistem em Angola poderão ser resolvidos.

Notas

¹ União Nacional de Independência Total de Angola. A UNITA foi o último dos três grandes movimentos angolanos a ser fundado (13 de março de 1966). Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) de regionalismo quando trabalhavam juntos. Sua base de sustentação provém dos povos Ovimbundu, do Planalto Central angolano, principal grupo étnico de Angola. Esse movimento lutou no conflito armado contra o governo, até 2002, de forma quase ininterrupta e ganhou muita força após a independência de Angola.

² O conceito de sociedade civil aqui utilizado tem a influência dos autores Cohen e Arato. Para ambos, tal conceito está no centro das discussões que levaram à constituição da modernidade ocidental, quando ela revelou-se incapaz de produzir formas de solidariedade a partir de estruturas de coordenação impessoais de ação. Essa necessidade de se produzir formas modernas de solidariedade, a partir da sociedade civil, gerou novas considerações acerca deste conceito. Assim, a sociedade civil, segundo essa concepção, é concebida como a esfera da interação social entre a economia e o estado, composta principalmente pela esfera íntima, pela esfera associativa, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna, criada por intermédio de formas de autoconstituição e automobilização, institucionaliza-se por leis e direitos subjetivos que estabilizam a diferenciação social. As dimensões de autonomia e institucionalização podem existir separadamente, mas ambas seriam necessárias, em longo prazo, para a reprodução da sociedade civil (Cohen e Arato, 1992: 149-151).

³ Na única eleição que houve em Angola, o Presidente José Eduardo dos Santos (MPLA) venceu no primeiro turno o candidato da UNITA, Jonas Savimbi. No entanto, este último não aceitou o resultado alegando fraude (o que não foi constatado pelos observadores internacionais). Recusou-se a participar do segundo turno e mergulhou o país novamente numa guerra sangrenta (inclusive na capital e nos arredores) depois de alguns meses de tregua por causa das eleições.

⁴ O Movimento Popular de Libertação de Angola surgiu em 10 de dezembro de 1956, como resultado da fusão de outros partidos e organizações. Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e ambundus. Conquistou o poder assim que Angola tornou-se independente, tornando-se Partido Único de orientação marxista – leninista. Mas abandonou tal modelo político, social e econômico em 1991, quando passou a adotar o sistema multipartidário e a economia de mercado. Até hoje, permanece no poder.

⁵ Geralmente esse termo é usado para descrever os extensos assentamentos que cresceram dentro e em volta dos principais centros urbanos em Angola.

⁶ Não fazem parte dessa Angola as outras parcelas do território nas quais nunca se fez sentir uma presença ou influência duradoura e efetiva das autoridades centrais.

⁷ Trata-se de uma representação social de Angola que corresponde ao espaço institucional no qual o governo central utiliza a expressão “De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”. Ou seja, a quarta dinâmica é aquela desejada pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial e outras instituições da comunidade internacional em geral.

⁸ Freudenthal chama atenção para o jornal “O negro”, publicado em Lisboa, em 1911, que atuou como porta-voz do Partido Africano, por meio do qual a elite africana lá residente expôs os seus protestos e as suas aspirações sobre o futuro das colônias e os direitos dos africanos (1988:19).

⁹ Eis a dificuldade de compreensão do conceito de sociedade civil, principalmente quando os autores que se debruçam na temática buscam um conceito definido, sem compreender as diversas dinâmicas e os diversos atores sociais e políticos que atuam na complexidade da sociedade analisada, a angolana, no caso. Segundo Pestana, a variedade das dinâmicas da sociedade civil angolana somente pode ser compreendida, avaliada e classificada, pelo menos em termos operatórios, pelo conceito comum que atravessa todos os momentos que a constituem: o conceito de participação (2004:04).

¹⁰ Pestana procura traçar a genealogia analítica dessa realidade que ainda não ousa dizer seu nome e que, por vezes, é designada como o conjunto dos cidadãos sem partido (2004:15).

¹¹ Exemplos foram às medidas impedindo a formação e o desenvolvimento das atividades de associações de caráter cívico como a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), bem como a alteração da lei de resposta dos partidos políticos (1995) que dificultaram a participação política destes, assim como a censura dos grandes órgãos de difusão que não pertenciam ao Estado. As associações cívicas eram acusadas, pelo regime, de antipatrióticas (por acolherem os relatórios sobre direitos humanos de organizações internacionais), de trabalharem a serviço do “inimigo” e por serem politicamente da oposição, alegações que criavam ambiente de intimidação e dava campo a ações camufladas de segurança de Estado contra seus dirigentes (Lopes, 2004, pp. 01-02).

¹² Seguindo esse raciocínio, podemos relacionar o violento conflito que se seguiu após as eleições de 1992, proporcionando milhares de mortes (em apenas dois dias); assim como em 1977, na tentativa de golpe de Estado dentro do próprio seio do MPLA, reprimida de forma violenta, com milhares de mortes marcando fortemente a sociedade civil angolana.

¹³ Percebemos que até hoje o eco de tanto autoritarismo imposto à população ainda tem significativo impacto na participação da população em ações sociais.

¹⁴ Na época, alguns dos maiores nomes da cultura nacional, em consequência da forma violenta como eram resolvidas as diferenças (ou contradições) políticas ou de personalidade no interior do MPLA, tinham se distanciado dos círculos do poder, tinham sido marginalizados ou eram, ainda, objeto de severo esquecimento.

¹⁵ Alguns escritores com passado em agrupamentos informais de esquerda criaram, abertamente, uma associação cultural em Luanda, que publicou, conforme aponta Gonçalves, a revista literária “Archote”, animando interessantes debates nos quais se combatia o monolitismo do regime na cultura e foi decisivo na constituição da Associação Cívica Angolana (2004:27). Fundada em 1990, a primeira ONG angolana tinha como vocação a defesa dos direitos humanos.

¹⁶ Como exemplo, a nova Lei de Terras, aprovada em 2004 revogando a Lei 21-C/92s (de 1992), (sobre o Uso e Aproveitamento da Terra para fins Agrícolas).

¹⁷ ONG angolana fundada em 1991, com trabalhos que envolvem a valorização da cultura local, o desenvolvimento sustentável, a preocupação com a educação e a participação direta das comunidades em projetos. É Organização conceituada em Angola devido à seriedade, a independência em relação ao governo, e a sustentabilidade de suas ações.

¹⁸ Esse jornalismo surgiu após 1991 pois, antes, só existia o *Jornal de Angola*, do “Estado” angolano (estas aspas foram de propósito porque muitas vezes em Angola, Estado e Governo se confundem, principalmente no *Jornal de Angola*). Ganhou força ao longo da década de 1999 (como exemplo os jornais *Actual, Agora, Semanário Angolense, Folha Oito e O independente*). Comerford evita usar o termo “independente”, pois existiam alegações da existência de um jornalismo comprado em Angola, conhecido em várias partes do mundo como jornalismo “caderneta de cheques”. Dessa maneira, o termo “privado” é mais neutro, implicando menos que a designação “independente”, como é comum utilizarem (Comerford, 2005, p.80).

¹⁹ Foram três tentativas de entendimento para a paz. As primeiras foram os Acordos de Bicesse (1991) que resultou numa trégua para a realização das eleições; a segunda foi o Protocolo de Lusaka (1994), que tentou criar um governo de reconciliação nacional, inclusive com membros da UNITA. No entanto, esse Protocolo falhou devido às violações do tratado, tanto pelo governo, como pelo movimento armado; e finalmente, o Memorando de Luena (2002), logo após a morte de Jonas Savimbi, que pôs fim aos conflitos entre as partes beligerantes.

²⁰ *Folha Oito*, em 26 de janeiro de 2002. In: Comerford, 2005:83.

²¹ Ver mais na página da instituição: <http://www.fesa.org.br/>

²² Basta ver as mensagens de patrocinadores nas revistas publicadas pela instituição. É comum encontrar a brasileira Odebrecht, as estatais Sonangol (petróleo) e Taag (aviação).

²³ É clara a referência ao culto à personalidade do Presidente José Eduardo dos Santos.

²⁴ Até então, essas grandes sociedades estavam, e ficaram, cada vez mais abandonadas pelos serviços públicos do Estado – implicadas em obras colaterais às suas atividades (estradas, água, eletricidade, infra-estruturas diversas, escolas, centro de saúde), mas estavam-no em seu próprio nome (Messiant,1999: 08).

²⁵ Forma velada pela instituição para celebrar o aniversário (em agosto) de seu patrono, o Presidente José Eduardo dos Santos.

²⁶ Sabe-se que o centro de crianças abandonadas de Cacuaco, inaugurado em agosto de 1998, foi financiado pelo governo angolano e que os Ministérios, ou ainda o Governo provincial de Luanda, contribuíram também para o financiamento de diversos projetos (Messiant,1999:09).

²⁷ Inspirada na visita da Princesa Diana em Angola (janeiro de 1997), a Primeira Dama criou o Fundo Lwini em junho de 1998, com o objetivo de angariar fundos para a execução de ações de apoio às vítimas de minas terrestres. Entre as entidades que aderiram ao Fundo Lwini, por meio de compromisso financeiro, estão estatais como a Sonangol e Endiama, empresas petrolíferas internacionais como a Elf, empresas diamantíferas internacionais como a sul africana De Beers e, claro, a FESA.

²⁸ Em entrevista em Luanda, 7 de dezembro de 2006.

²⁹ De acordo com documento da Human Rights Watch, “(...) em certos casos recentemente observados, as receitas de petróleo não foram processadas nem pelo Ministério das Finanças, nem pelo Banco Nacional de Angola, passando antes pela companhia petrolífera estatal, Sonangol, ou pela Presidência da República, tendo sido utilizadas secretamente para aquisição de armamentos. Essas ocorrências originaram também alegações de corrupção no setor público (...)”. (Human Rights Watch,2002:05).

³⁰ Por estar “ausente” nos Acordos de Bicesse (1991), a promoção dos direitos humanos constituiu uma componente muito importante no Protocolo de Lusaka.

³¹ Segundo Vines, muitas organizações preferiram chamar seus trabalhos em direitos humanos de “educação cívica”, um termo muito menos controverso aos olhos do governo (Vines, 1998:25).

³² Vale a pena lembrar que muitas organizações surgiram após o Protocolo de Lusaka; daí a crescente forma de atuação da sociedade civil organizada em Angola.

³³ Angola está dividida em 18 Províncias, 164 Municípios e 578 Comunas. O governador chefia a província e os administradores chefiam os níveis inferiores do poder autárquico. O Presidente nomeia todos esses funcionários. Apenas o governador da província recebe parte do Orçamento Geral do Estado, o que demonstra grande centralização política e financeira.

³⁴ Os bantos são cerca de 400 grupos étnicos diferentes na África, unidos pelo mesmo tronco lingüístico, o Bantu. Em Angola, a maioria étnica vem dos bantos. Em muitos casos partilham de hábitos e costumes comuns.

³⁵ Isso tanto acontece ao nível da família, como da comunidade e da nação.

³⁶ Depois do fim do conflito armado, em 2002, esperavam-se eleições rapidamente. No entanto até hoje elas não aconteceram. Está prevista eleição legislativa para 2008 e para o executivo em 2009. A sociedade civil tenta pressionar o governo para antecipar os prazos, acusando o Presidente de tentar perpetuar-se no cargo (vale lembrar que José Eduardo dos Santos é o terceiro Presidente na África há mais tempo no poder).

³⁷ Os próprios autores, que falam da experiência eleitoral em Moçambique, reconhecem que ainda são poucas as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais (2003: 04). Daí a importância crescente dos estudos sobre o tema.

Referências

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro:UCAM, IUPERJ. 2006.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

COHEN J. e ARATO A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005.

- DAVIDSON, Basil. *Angola no centro do furacão*. Lisboa: Edições Delfos, 1974.
- FREUDENTHAL, Aida. Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, nº 8-9, 1988.
- GONÇALVES, José. O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola. Centro de Estudos Africanos. In: *ISCTE*. Lisboa, 2004.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Briefing sobre Angola apresentado ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas ao Abrigo da Fórmula Arria*. Nova York, março, 2002.
- LOPES, Carlos. *A pirâmide invertida – Historiografia africana feita por africanos. Colóquio: construção e ensino da história da África*. Lisboa: GTCDP, 1995.
- LOPES, Filomeno Vieira. “*The challenges of democratization*”. *From military peace to social justice? The Angolan peace process*. Londres: Accord, 2004.
- MAZULA, Brazão e MBILANA, Guilherme. *O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique*. Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais na região da SADC. Luanda, 2003.
- MEIJER, Guus. *Lessons from the angolan peace process. From military peace to social justice? The angolan peace process*. Londres: Accord, 2006.
- MESSIANT, Christine. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil. In: *Politique Africaine*. nº 70, 1999.
- MIGUEL, Adão Avelino. Cidadania e civismo: entre a interpretação e a reinterpretação da sociedade civil angolana. In: *Lucere. Revista Acadêmica da UCAN*. Universidade Católica de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica. Nº 3, ano 3, agosto de 2006.
- MILANDO, João. O colonialismo em Angola: dinâmicas do pós-independência. In: *Lucere. Revista Acadêmica da UCAN*. Luanda: Universidade Católica de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica. Nº3, 2006.
- PACHECO, Fernando. Democracia e sociedade civil em Angola. *XII Conferência Internacional de Lisboa*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos, 1994.

- _____. Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade. In: *Lucere. Revista académica da UCAN*. Luanda: Universidade Católica de Angola. Ano 1, vol.1., 2004.
- PAIN, Rodrigo de Souza. ONGs e segurança alimentar na África: cooperação, interesses e conflitos. *Revista Transdições*. Rio de Janeiro: APG, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- PESTANA, Nelson. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. In: *Centro de Estudos africanos. ISCTE*. Lisboa, 2004.
- SANTOS, Boaventura Sousa. Angola na viragem. In: *Revista Visão*. Lisboa: agosto, 2003.
- VINES, A. Peace postponed, Angola since the Lusaka Protocol. In: *CIIR*. Londres: 1998.
- _____. La troisième guerre angolaise. In: *Politique africaine*, n° 57, Paris, 1995.

Resumo

O artigo pretende apontar os novos caminhos desenvolvidos pela sociedade civil angolana após a passagem da Primeira República – caracterizada por um Estado de Partido Único e inspirada nos ideais marxistas e leninistas – para a Segunda República; ou seja, para uma economia de mercado, multipartidária, explicitando as adversidades advindas das várias realidades sociais, políticas e culturais do espaço territorial angolano associadas ao processo de colonização, para a formação e consolidação da democracia e da sociedade civil em Angola.

Palavras-chave: Sociedade civil angolana; Democracia; Economia de mercado.

Abstract

The article analyses the new developments carried out by Angolan civil society after moving from the First Republic, characterized by a state with a single party inspired by marxist and leninist ideals to the Second Republic geared to a pluralistic political system and market economy. It focuses on the challenges derived from diverse social, political and cultures realities within the Angolan territorial space inherited from colonization to the strengthening of democracy and civil society in Angola.

Key words: Angolan civil society; Democracy; Market economy.

Resumen

El artículo pretende apuntar los caminos desarrollados por la sociedad angoleña después de la Primera República, caracterizada por un Estado de Partido único y inspirado en los ideales marxistas y leninistas hacia la Segunda República, es decir, para una economía de mercado con varios partidos, explicitando las adversidades provenientes de las diversas realidades, políticas y culturales de la extensión territorial angoleña resultante del proceso de colonización, para formación y consolidación de la democracia y de la sociedad civil en Angola.

Palabras clave: Sociedad civil angoleña; Democracia; Economía de mercado.

Haroldo Loguercio Carvalho

*Professor do Programa de Pós-Graduação
em História da UPF. Doutor em História pela
PUCRS.*

Ana Paula Oro

*Bolsista do programa de Iniciação Científica
da UPF.*

***A integração regional e
a ordem global:
dimensões de
interdependência em
um mundo sistêmico***

Nação: o ambiente contemporâneo

O conceito de nação, vinculado à existência do Estado centralizado e consubstanciado na idéia de coletividades, com senso de passado comum ao qual a grande maioria das pessoas é associada ao nascer, é relativamente recente. O entendimento que temos dele, modernamente, segundo Bobbio¹, data da Revolução Francesa, e no decurso de pouco mais de dois séculos foi dos que mais sofreu e sofre transformações. De início, apresentou-se como repositório de sentimentos e valores específicos de cada um dos Estados que conquistavam a modernidade política e social. Num segundo momento, foi fundamental para delimitar as diferenças étnico-culturais no ambiente marcado pela emergência de vários Estados rivais. Atualmente, segundo alguns cientistas sociais, vive o seu ocaso diante da arrebatadora onda de globalização², muito embora essa discussão esteja em pleno andamento.

Seja como for, em qualquer um dos tempos, o conceito segue apresentando o eixo básico, que é o de ser o articulador entre as particularidades, e suas relações de alteridade. A nação não teria sentido se fosse uma só.

Assim é que se torna necessário fazer uma abordagem sob esse ângulo de análise para a região do Cone Sul. Especialmente para os países que compõem o Mercosul, uma vez que aí se encontram mais adiantados os processos de integração e, como decorrência, a questão da identidade cultural emerge como algo suscetível de interpretação histórica.

É importante que se diga, no entanto, que nosso entendimento do que vem a ser a integração dos países do Cone Sul, não se limita ao caso do Mercosul, como bloco regional. A questão em pauta, na atual fase do desenvolvimento econômico mundial, tem apontado para a formação de blocos. Essa é a realidade sobre a qual cabe a reflexão acerca dos caminhos que se tem percorrido nesse sentido que, a princípio, não são lineares nem uniformes. Pelo contrário, são tortuosos e emble-

máticos, uma vez que trazem, em seu conjunto, elementos que transcendem a mera articulação de políticas econômicas. Isso quer dizer que mesmo na hipótese de o Mercosul vir a desagregar-se, a realidade da busca de aproximação com parceiros no cenário mundial permanecerá, seja na efetivação de zonas de livre comércio, uniões aduaneiras, ou outra forma qualquer que venha a ser implementada com o intuito de viabilizar os projetos econômicos internos a cada Estado na sua relação com os demais.

A própria idéia de identidade também deve mudar, pois tende a refletir-se, ao longo do tempo, em atitudes similares de grupos dentro de um mesmo Estado; ou então, como queremos supor, de sociedades dentro das regiões que se fortalecem com o processo de globalização, vide o caso da União Européia.

A discussão acerca da concretização da integração latino-americana, especialmente no Sul do continente, no Cone Sul, se tem dado, de maneira mais intensa, pelo que tem sido apontado como caminho econômico, ficando em plano secundário o aspecto, em nosso entender fundamental, que diz respeito ao estreitamento das diferenças nas identidades sócio-culturais.

Ao olharmos para as intenções iniciais da aproximação Brasil-Argentina, na década de 1980, antecedentes diretas do Mercosul, vemos que para além dos aspectos de natureza econômico-comercial, outros elementos foram fundamentais para a concretização de tal iniciativa, as quais podem ser divididas em três pontos, a saber: a) a superação das divergências geopolíticas bilaterais, sobretudo as relacionadas à utilização dos recursos hídricos; b) o retorno à plenitude do regime democrático nos dois países, a partir do encerramento dos ciclos militares; e c) a crise do sistema econômico internacional, que evidenciou o protecionismo e o quadro recessivo em muitas economias desenvolvidas, responsáveis pela absorção de cerca de 65% das exportações latino-americanas. Dessa forma, a “Declaração de Iguazu”, primeiro de uma série de acordos bilaterais que precederiam o Mercosul, firmada em 30 de novembro de 1985, buscava acelerar a integração dos dois países em diversas áreas (técnica, econômica, financeira, comercial etc.) e estabelecia as bases para a cooperação no campo do uso pacífico da energia nuclear, e que acabaria sendo confirmado já no ano seguinte.

Em 20 de julho de 1986, os presidentes do Brasil e da Argentina assinam a “Ata de Integração Brasileiro-Argentina”, a qual estabeleceu os princípios e diretrizes fundamentais do “Programa de Integração e Cooperação Econômica” (PICE). O objetivo de tal Programa foi proporcionar a constituição de um espaço econômico comum, por intermédio da abertura seletiva dos mercados brasileiro e argentino. A partir daí, o processo de integração brasileiro-argentino evoluiu, em 1988, para a

assinatura do “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, cujo principal objetivo era formar, no prazo máximo de dez anos, um espaço econômico comum por meio da liberalização integral do comércio recíproco.

O incremento do caminho econômico da integração é percebido como decorrente de necessidades imediatas na constituição da integração diante dos desafios econômicos impostos pelo presente estágio de desenvolvimento da economia mundial. A formação de blocos regionais se apresenta como salvaguarda para alguns Estados menos desenvolvidos e como expansão para os mais desenvolvidos.

Nesse sentido, é possível afirmar que a formação de blocos passou a ser um recurso na busca de inserção na ordem internacional globalizada, independente do nível de industrialização em que se encontrasse cada um dos países.

No que se refere ao Mercosul, podemos defini-lo como resposta dimensionada, funcional e estratégica, às injunções do contexto internacional e, em concordância com Almeida, perceber que o bloco *constitui assim uma resposta criativa à nova dinâmica das economias nacional e internacional, uma vez que o esgotamento das políticas substitutivas levou obrigatoriamente à necessidade de encontrar novas formas de inserção econômica externa.*³

Integração e hegemonia

Uma ordem de transformações como a que presenciamos na atualidade produz uma série de elementos correlatos que agem sobre outras realidades até então aparentemente estáveis. De certa forma, está ocorrendo uma espécie de reinvenção dos espaços geográficos que se transformam em função das novas necessidades. Nesse sentido, as funções dos Estados nacionais são recolocadas noutra dimensão, pois se torna imperativo redefinir o território sobre o qual se exercerá a soberania com a finalidade de integrá-los favoravelmente nos fluxos globais de mercadorias, capitais e informações.

Tradicionalmente, na afirmação da soberania externa de grupos de Estados, ocorre algo similar ao que ocorreu na própria formação e afirmação dos Estados nacionais quando tomados individualmente; ou seja, a possibilidade da formação de um campo de disputas pela hegemonia, seja no interior de uma sociedade que se emancipa isoladamente, seja, no caso de sistemas regionais, com as nacionalidades internas ao grupo de Estados.

Geralmente, a busca por hegemonia acaba refletindo negativamente na necessidade de aproximação entre as populações dos países envolvidos, ou então

dificulta a possibilidade de redefinir um mínimo de identidade comum, a fim de viabilizar a constituição de um bloco como tal. Entretanto, nossa hipótese vai em sentido oposto, pois a percepção interna, no contexto regional dos blocos, especialmente no Mercosul, tal como na União Européia, que se caracteriza pelo princípio do comunitarismo, pode agir como afirmação desse conjunto, diante de uma ordem internacional altamente competitiva, em direção a posicionamento mais uniforme. Assim, as disputas hegemônicas são transferidas para a ordem internacional, enquanto no interior dos sistemas regionais privilegia-se a estabilidade, a normalidade, o equilíbrio e a eficácia, no sentido de buscar-se o crescimento geral, especialmente em processos de integração que têm, como objetivo último, a constituição de um mercado comum.⁴

Portanto, essa é uma realidade que altera substancialmente os laços de identificação cultural que, mesmo os mantendo vinculados às histórias nacionais, agregam elementos transnacionais que emergem das situações comuns enfrentadas pelos subsistemas diante do sistema mundial; além, é claro, do complexo jogo de administração que requer instrumentos ou órgãos de gestão representativos de todas as partes. O processo de integração do Mercosul apresenta tais características e é, por isso mesmo, favorável à ampliação dos relacionamentos gerais das sociedades envolvidas.

Ianni – que reconhece que o sistema mundial tende a predominar no contexto contemporâneo, a partir de que o mesmo acaba estabelecendo poderosas injunções a uns e outros, a nações e nacionalidades, a corporações e organizações, além de atores e elites – refere a interdependência das nações diante do sistema mundial, a partir de certa imposição do pragmatismo.⁵

As discussões sobre a identidade cultural no âmbito do Mercosul vêm ocorrendo de forma ainda insipiente; no entanto, os próprios prazos estabelecidos no Tratado de Assunção têm sido constantemente revistos, dado o caráter político que adquiriu sua assinatura, o que, por um lado, revela o otimismo dos que o subscreveram inicialmente, e por outro, permite o amadurecimento de iniciativa que nunca ocorrera na América Latina.

O processo de aproximação de cada um dos estados-membros com os demais é que irá definir, em última análise, qual tipo de situação nova estará sendo criado com a perspectiva de consolidação da integração.

As motivações e estratégias que cada país em seu interior, sejam econômicas, políticas, sociais ou culturais, e como eles se percebem como parte do conjunto, serão, sem dúvida, elementos concretos de apreensão das identificações ou das aspirações nacionais transpostas para o próprio conjunto. E, para termos esses

dados, é preciso que alguns pontos de entrave do projeto integracionista sejam suprimidos a partir do amadurecimento do processo.

A preocupação com a hegemonia interna em região como a do Cone Sul nos remete a problema anterior, ou seja, é necessário percorrer os caminhos da afirmação dos próprios Estados nacionais envolvidos. A construção da idéia de nação nessa região é permeada por conflitos de interesses locais e regionais que podem ser percebidos desde o mundo colonial ibero-americano, perpassando pelo período das emancipações políticas desses Estados com as delimitações territoriais e chegando até os dias de hoje, quando grande parte das regras da integração já estão definidas na proposta do Mercosul. Diante disso, torna-se comum a emergência de uma série de dificuldades conjunturais que, no limite, podem ser responsáveis pela permanência de rivalidades no campo político entre os dois principais membros, Argentina e Brasil, enquanto, na esfera econômica, a assimetria é fator determinante das preocupações dos outros dois signatários do Tratado, Uruguai e Paraguai.⁶

No geral, os pontos que têm levado ao atraso da integração econômica em definitivo são derivados das disparidades setoriais, como, por exemplo, o setor agropecuário, que tem, em cada um desses Estados, uma força política considerável no jogo das relações internas do poder, configurando-se, via de regra, em interesses regionais, que historicamente não abrem mão de sua posição privilegiada em nome de políticas econômicas mais globais.⁷

Um dos problemas que refrearam o processo contínuo de interdependência verificado entre 1991 e 1998 no âmbito do Mercosul diz respeito às limitações de capacidade do gerenciamento macroeconômico, isso em função dos desajustes das contas internas nesses estados, seja por meio do déficit público ou de serem vulneráveis em suas políticas cambiais, no cenário mundial de desaceleração global da economia capitalista. Atualmente, sobretudo a partir de 2002, verifica-se a consolidação da estabilidade no Brasil, enquanto na Argentina, a superação da grave crise de 2001 ainda determina as diretrizes da política econômica para recuperar indicadores de momentos anteriores; agora, com realismo cambial. Soma-se a isso, o fato de viver-se um novo ciclo de expansão internacional.

A falta de unidade política macroeconômica foi, assim, a principal responsável pelos percalços do Mercosul como bloco. A explicação para isso, segundo Gualda, é que os Estados envolvidos apresentam estruturas produtivas e tributárias diferenciadas, o que implica condições desfavoráveis de competição em várias indústrias dos países participantes.⁸

De qualquer forma, essa e outras questões pontuais tendem a ser superadas, na medida em que no interior do bloco se produzam os ajustes necessários, e se dê importância para a interpretação sistêmica das relações internacionais contemporâneas, entendidas como suporte para a interpretação do fenômeno da globalização/mundialização. Por esse caminho, podemos articular ascendentemente os sistemas nacionais, tomados individualmente, aos sistemas regionais – blocos de nações, ao superior sistema mundial contemporâneo. Nesse sentido, é necessário que se reconheça que a constituição desse ordenamento ampliado tem sido buscada desde meados do século XX. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, e mais recentemente acelerado, com o colapso soviético e com o fim da bipolaridade leste-oeste, estaria institucionalizado e reconhecido por órgãos como as Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, além, é claro, da abrangente atuação de empresas e conglomerados internacionais.

No cenário das relações internacionais contemporâneas, a percepção da representatividade desse sistema mundial é responsável, por um lado, pelas atitudes cada vez menos isoladas dos Estados nacionais, enquanto, por outro, pela mudança de comportamento dos nacionalismos, uma vez que tal ordenamento impõe a articulação de conjuntos ampliados, a regionalização, como fator decisivo aos projetos de inserção e desenvolvimento. Isso quer dizer que o vocabulário político-econômico e sócio-cultural tende a ser cada vez mais padronizado universalmente; sobretudo por que, no atual contexto – e daqui para frente ainda mais – os meios de comunicação adquirem uma importância ímpar e eficaz para compor e difundir o imaginário mundial.

O cenário tangível

Portanto, é possível caracterizarmos o atual estágio de desenvolvimento econômico na região do Cone Sul, sobretudo pelo Mercosul que, como modelo de integração, parece orientar a própria percepção da América do Sul como bloco, um modelo de crescimento que articula modernização produtiva com vistas à expansão para fora. Tal modelo se inicia com a crise dos anos 1970, quando se encerra um padrão tecnológico de industrialização baseado na estabilidade dos preços internacionais do petróleo.⁹ A nova configuração determinou a busca pelo aperfeiçoamento tecnológico e pela redução de custos nos produtos. Diante de tal situação, emergiram no cenário mundial economias industriais altamente competitivas como a européia, com destaque para a Alemanha, e no Sudeste asiático com o centro gravitacional dado pelo Japão.

Na América Latina, essa nova fase de abertura do mercado mundial foi responsável pela transição da produção para o mercado interno, para a inserção competitiva no mercado global. Foi fundamental para essa mudança, a capacidade tecnológica desenvolvida e acumulada durante a fase substitutiva anterior de desenvolvimento para dentro, reconhecida mais apropriadamente como nacional desenvolvimentista. Ocorre, então, que as empresas que atendiam prioritariamente a produção doméstica, iniciam movimento em direção ao mercado externo. Isso se dá em função das novas exigências do comércio internacional, que não aceita mais os mecanismos protecionistas.

As novas orientações da política e da economia mundiais acabam reduzindo as possibilidades da gestão interna dos Estados nacionais, no sentido em que os mecanismos de crescimento atuais são determinados pelo que ocorre no mundo. A partir dos anos 1990, essa situação fica mais evidente e acaba influenciando as políticas dos Estados latino-americanos de forma que até então não se percebia claramente. Os modelos de política econômica não são adotados de modo uniforme, mas visam o mesmo objetivo, que é a inserção competitiva no mercado mundial. A abertura das economias induz a mudanças de percepções sobre a capacidade de crescimento e transforma também a natureza das idéias políticas no continente. O tradicional nacionalismo cedeu lugar, durante década de 1990, a novo liberalismo que mais uma vez frustrou as expectativas alardeadas como redentoras e, por conta disso, retomam-se prerrogativas que dotam os Estados de condições de pensar seus projetos com maior autonomia, inclusive na definição de quem pode e quem não pode ser aliado perene nas disputas que o sistema mundial coloca como condução *sine qua non* de sobrevivência.

Em tal sentido, as implicações da nova conjuntura favorecem a aproximação e a busca de ampliação de relações entre Estados que podem representar ganhos de produtividade, em face de disputa internacional mais acirrada. A busca da integração econômica acaba também influenciando outros aspectos das relações entre Estados e populações, que se pautam, por novo pragmatismo de resultados, indispensável por garantir a estabilidade geral das sociedades envolvidas.

Notas

¹ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12^a. ed., 1999. Vol. 2.

² IANNI, Otávio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. In. ADORNO, Sérgio (org.). *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1995. pp. 13-25.

³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.

⁴ Sobre as etapas da integração econômica e a diferenciação entre cada uma, ver GINESTA, Jacques. *El Mercosur y su contexto regional e internacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999, especialmente Cap. 2 “Aspectos teóricos de la integración”, pp. 29-48.

⁵ IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

⁶ Sobre as preocupações uruguaias em relação ao destino do bloco, ver LAVAGNA, Roberto. Mercosur: zona de libre comercio o área de decisión brasileña. In: BARBATO, Célia (coord.) *Mercosur, una estrategia de desarrollo: nuevas miradas desde la economía y la política*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2000, pp. 29-38.

⁷ Em realidade, esse problema não é exclusividade do Cone Sul e pode ser observado na maioria dos países em que o setor primário desempenha algum papel importante na pauta de exportações. A própria OMC enfrenta atualmente um debate sobre essas questões, uma vez que países ricos, como Estados Unidos e alguns europeus adotam políticas de subsídios a seus agricultores, o que distorce o livre mercado. É o que afirma, por exemplo, Sandra Silveira, quando analisa os dilemas que se colocam na rodada da OMC em Cancun, México. “Segundo pesquisa da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o gasto dos países ricos em apoio a seus agricultores supera os US\$ 300 bilhões anuais, seis vezes mais do que investem em ajuda aos países mais pobres. Juntos, os EUA e a UE somam quase dois terços dos subsídios. O comércio agrícola representa menos de 10% do comércio mundial, mas quando se trata de pactos internacionais, sempre adquire grande importância. Difícilmente algum outro tema é tão sensível do ponto de vista político. Cerca de três quartos das pessoas que vivem no mundo com menos de US\$ 1 por dia – cerca de 99 milhões – são pequenos agricultores em áreas rurais. Sem uma drástica redução das milionárias ajudas dos países ricos à agricultura, que permitem inundar os mercados com mercadorias artificialmente mais baratas, como o açúcar europeu e o milho americano, certamente as negociações de Cancún fracassarão. Sandra Silveira In: <http://globonews.globo.com/GloboNews/article/0,6993,A597521-10,00.html> Reunião da OMC em Cancún: crônica de um fracasso anunciado? Acesso em 05/09/2003.

⁸ GUALDA, Neio Lúcio Peres. Mercosul – a necessidade de uma integração intra-industrial e seus condicionantes estruturais. In ALGORTA PLÁ, Juan (coord.). *O Mercosul e a comunidade européia: uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/Goethe-Institut, 1994, p. 159.

⁹ Na opinião de Celso Furtado, “...a mudança do quadro internacional manifestou-se desde inícios dos anos 70: a crise do dólar, seguida do primeiro choque petrolífero, deu origem a grande massa de liquidez internacional com a baixa nas taxas de juros, conduzindo ao processo de sobreendividamento de grande número de países do Terceiro Mundo. O que vem em seguida é a dolorosa história dos ajustamentos impostos aos países devedores: de absorvedores passam a supridores de capitais internacionais, devendo concomitantemente aumentar o esforço de poupança e reduzir o investimento interno...”. FURTADO, Celso. *Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional*. In: *Estudos avançados*, v. 6, nº16, Setembro/Dezembro, 1992, p. 60.

Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre os condicionamentos que atuam na conjuntura regional do Cone Sul, determinando os ritmos de aproximação e afastamento

balizados pela ordem internacional. A formação de blocos e os espaços multilaterais contemporâneos acabam transformando o espaço do *nacional* diante do *global*. Assim, a configuração de uma ordem sistêmica que articula várias e mutáveis dimensões apresenta-se como desafio para a orientação da ação política internacional de países que, como o Brasil, necessitam superar dificuldades históricas na economia e na sociedade.

Palavras-chave: Cone Sul; Ordem internacional; Política regional; Política internacional.

Abstract

The objective of the present text is to reflect upon the conditionings of the regional conjuncture that determine the pace of approximation and distancing among countries of Southern Cone of the Americas. The formation of blocs and contemporary multilateralism have transformed national spaces in relation to global ones. Therefore, the configuration of a systemic order that articulates many changing dimensions challenges the international political action of countries, such as Brazil, that strive to overcome historical difficulties that affect their economies and societies.

Key words: Southern Cone.; International order, Regional politics, International politics.

Resumen

El objetivo del texto es proponer una reflexión sobre los condicionamientos de la coyuntura regional del Cono Sur que determinan el ritmo de aproximación y alejamiento balizados por el orden internacional. La formación de bloques y los espacios multilaterales contemporâneos terminan transformando el espacio del nacional frente a lo global. Del mismo modo, la configuración de un orden sistémico que articula varias y cambiantes dimensiones presentase como desafío para la orientación de la acción política internacional de países que, como Brasil, necesitan superar dificultades históricas en la economía y en la sociedad.

Palabras clave: Cono Sur; Orden internacional; Política regional; Política internacional.

Introdução

Tornou-se padrão ao texto jornalístico brasileiro o uso dos verbos no presente do indicativo, independentemente do tempo em que ocorreu o fato reportado.

O assunto não é novidade nas gramáticas das línguas neolatinas, notadamente do português falado em Portugal. É recurso muito utilizado para dar ao passado ares de presentidade e, ao futuro, sensação de certeza no presente.

Quanto ao presente histórico, Luiz de Camões já o utilizara no episódio de Os Lusíadas, em que fala do gigante Adamastor (Canto V, est. 37 de *Os Lusíadas*). Ele iniciou seus versos com verbos no pretérito, mas curiosamente colocou os dois últimos no presente, como que movido pelo desejo de que seus leitores se interessassem pelo inusitado da passagem seguinte:

*Porém já cinco Sóis eram passados
Que dali nos partíramos, cortando
Os mares nunca doutrem navegados,
Prósperamente os ventos assoprando,
Quando uma noite estando descuidados,
Na cortadora proa vigiando,
Uma nuvem que os ares escurece
Sobre nossas cabeças aparece.*

Outro caso interessante, que nos remete também ao primeiro, é quando se emprega o tempo presente do verbo para indicar situação futura. Nesse caso, o presente do indicativo parece assegurar que não há dúvidas quanto ao fato de o acontecimento futuro ocorrer tal e qual é pensado aqui e agora. É utilizado principalmente quando há necessidade de se persuadir alguém de algo que acontecerá, como no caso de um executivo que pretende alcançar metas futuras em sua empresa e as apresenta como realizáveis, factíveis. Um

executivo, Jeff Binder, presidente da *Living Light Essences* do Canadá, teorizando sobre o sistema de administração por metas em seu livro *Sistema de Cura*, alinha dentre as características de uma boa meta o enunciado com verbo no tempo presente:

Redija sempre uma meta como se ela de fato já estivesse ocorrendo. É melhor dizer “estou gozando de ótima saúde física” do que “pretendo melhorar desta gastrite (apud).

Há, ainda, o emprego do verbo do presente do indicativo para denotar tanto delicadeza e intimidade, quanto expressar rudeza e autoritarismo, ou seja, sentimentos extremados, casos que nos lembram os atos falhos de que Freud se ocupou em explicar no seu famigerado texto *Os Chistes e sua relação com o inconsciente*. É o que acontece quando alguém diz “você me passa isso amanhã”, (em vez de “passe-me isto amanhã” ou “você me passará isso amanhã”) ou quando alguém anuncia “quer me fazer uma favor?”, em vez de “queira”. No primeiro caso, o pedido feito no presente do indicativo suaviza o desejo expresso pelo imperativo e antecipa o futuro, denotando ansiedade.

Dois respeitáveis gramáticos da língua portuguesa, Celso Cunha e Lindley Cintra, preferem considerar o presente histórico pelo seu valor afetivo. Segundo os autores, ao utilizarmos tais formas, nós não transportamos o passado para o presente, mas nos trasladamos para o passado e lá visualizamos, como se no presente estivéssemos, os fatos que descrevemos ou narramos. É nesse sentido que eles afirmam tratar-se de

(...) um processo de dramatização lingüística de alta eficiência, se utilizado de forma adequada e sóbria, pois que o seu valor expressivo decorre da aparente impropriedade, de ser acidental num contexto organizado com formas normais do pretérito. O abuso que dele fazem alguns romancistas contemporâneos é contraproducente: torna invariável o estilo e, com isso, elimina a sua intensidade particular (Cunha e Cintra, 2001:449-450).

O uso bem dosado desse recurso torna-o mais evidente e proporciona o esperado tom dramático da reversibilidade mágica do tempo. Entretanto, como sói acontecer no usos exagerados de recursos sutis de linguagem, a repetição exhaustiva faz perder a força expressiva que o justifica e sintomatiza outras

questões altamente significativas, normalmente ligadas ao imaginário social e/ou pessoal.

Por isso, consideramos tais possibilidades gramaticais apenas como recursos estilísticos (presente histórico ou presente narrativo) é pouco elucidativo para justificar a obsessão e a frequência com que tais recursos têm sido utilizado nos meios de comunicação de massa, notadamente no rádio, na televisão, nos jornais e nas revistas semanais.

O presente na mídia

Tal tendência aguçou-se nas décadas 60/70, quando a televisão se popularizou no Brasil. A presença física da imagem animada – como signo do fato – cria a ilusão de presença real, adensada pelo sincronismo verbo-visual, como bem explica Arlindo Machado, em seu livro *A televisão levada a sério*. Ele nos lembra que:

(...) nem tudo o que vai ao ar é transmitido ao vivo, mas a transmissão direta dá o modelo de produção para toda a programação da televisão. De fato, grande parte da programação televisual, mesmo daquela que é gravada previamente para posterior emissão, incorpora em sua matéria uma boa parte dos traços da transmissão ao vivo (Machado, 2000: 125-126).

Também o rádio, que desde o seu início notabilizou-se pela mobilidade e, conseqüentemente, pelas transmissões *on-line*, utiliza fartamente o presente histórico e as demais formas de antecipação do futuro ou refrescamento do passado para dar maior frescor às notícias. Ainda que não possa dispor dos recursos da visualidade, o rádio utiliza metáforas e toda a sorte de recursos estilísticos para ativar a imaginação do ouvinte.

A imaginação resulta da competência humana de tornar presentes imagens passadas ou projetá-las no futuro e atua sempre na mesma temporalidade: o tempo da imagem. Quem nos diz isso é o filósofo e psicólogo francês Philippe Malrieu (1996). Ao analisar o imaginário a partir de temporalidades, o autor nos mostra que grande parte das representações imagéticas produzidas pela mente humana abolem ou indeterminam o passado e o futuro em função de uma situação contingencial presente, que ele prefere considerar como a origem dessas imagens¹.

O instante em que surge a imagem é sempre momento presente, ainda que ela se reporte e nos transporte para o passado ou nos projete e nos remeta ao futuro. Essa fixação no presente talvez explique, de maneira imediata, a preferência

pelo uso do presente do indicativo nos meios audiovisuais em detrimento das formas pretéritas e futuras.

Gilbert Durand nos lembra que “imagem” é representação. Seja ela uma imagem visual, metafórica, gráfica, estilística, seja reminiscência ou ficção, ela sempre se coloca no lugar de algo que não é ela mesma, a não ser quando resulta de apreensão direta em contato com a realidade. Todos os outros são de apreensão indireta:

Em todos estes casos de consciência indireta, o objeto ausente é re-representado na consciência por uma imagem, no sentido muito lato do termo
(Durand, 1995:7-8)

Não nos parece absurdo admitir que a imaginação produza em nós a sensação de presença da imagem, ao mesmo tempo em que evoca em nós certa nostalgia pela perda de sua referência última, o objeto que essa mesma imagem intenta representar. Durand admite que nos dois casos a imagem é signo, mas distingue entre os signos arbitrários, aqueles puramente indicativos e que, portanto, se remetem a algo fora deles, e os signos alegóricos que nos remetem a uma realidade significada e dificilmente identificável fora de si mesma.

O presente como ícone

O que Durand identifica no processo imaginativo corresponde aos dois níveis de representação do objeto pelo signo, aqueles que o filósofo estadunidense Charles Sanders Peirce – em sua *Teoria geral dos signos* – denominou *índice* e *ícone*. Ambos estão presentes no *símbolo*, um signo mais evoluído que, além de representar é reconhecido e assumido como representação categórica, habitual ou rotineira, capaz de gerar significados mais ou menos uniformes na mente de quem os compartilha.

O ícone é um tipo de signo que nos traz imediatamente a sensação de presentidade, na medida em que não evidencia qualquer mediação entre ele (a representação) e o objeto ou fenômeno representado. Comumente associado às imagens, o ícone se torna presente toda vez que comparece num determinado contexto representativo. Sua integridade não causa nostalgia de objetos ou tempos perdidos e muito menos evoca algo além de sua própria presença. De certa forma, ele abole a história (e a memória), bem como torna desnecessária toda e qualquer ansiedade com o devir. O ícone se instala no tempo presente e toda vez que o presente é evocado, de certa forma, iconizam-se as representações, despregando-se das relações que mantêm com o tempo passado e o tempo futuro.

Assim, não é precipitado concluir que não há história no presente. Na mitologia grega, a figura mitológica de Clio (que simboliza a história) é filha de Zeus (a inteligência) com Mnemosine (a memória) e neta de Cronos (tempo). Zeus é o filho que Cronos (o tempo) não devorou e que destrói o pai, simbolizando a vitória da imortalidade (inteligência vence o tempo). O sonho humano de vencer o tempo alimenta todo um imaginário que se faz, refaz e desfaz na busca dessa imortalidade. O ícone realiza tal façanha ao apresentar-se com tal vigor que o torna perceptível aos sentidos (percepção sensível), inquestionável do ponto de vista da existência e inapreensível fora dos efeitos que ele mesmo produz.

Por isso, o ícone – considerado por Peirce a mais pura forma de representação ou um signo degenerado – nos traz de maneira convincente uma certa sensação de realidade. Essa sensação arrebatadora e inapreensível fora da apreensão direta combina perfeitamente com o tempo presente: não tem mobilidade, não ocupa espaço nem tempo, é o que é.

O presente como índice

A tal sensação de “ausência de mídia” que o tempo presente nos proporciona, quando evocada pela própria mídia, elimina as evidências do trabalho de produção a que a notícia é submetida nos telejornais, nas rádios e nos meios impressos de comunicação de massa, descaracterizando, ainda que superficialmente, esse tratamento ideológico. Arlindo Machado acredita que tal recurso não é suficiente para retirar do receptor (telespectador, ouvinte ou leitor) o senso crítico e a capacidade de julgamento:

Há uma ponta de ingenuidade na insistência com que muitos analistas e intelectuais tentam provar que os telejornais não são neutros, nem objetivos, nem imparciais, refletindo apenas uma produção ideológica. (...) Não se pode deduzir que o espectador vai necessariamente endossar opiniões majoritárias. Pode ser até que, a partir das opiniões apresentadas, ele forme uma terceira, nem sequer cogitada em tela (Machado, 2000-114).

Ainda que o receptor mais atento e crítico não se deixe levar pelas tentações da alienação a que o ícone nos conduz, a constatação de que incertos interesses atuam cotidianamente em escancarada preferência ao tempo presente não nos permitem concordar com as explicações fornecidas pelos gramáticos ou com os argu-

mentos utilizados para justificar tal uso, em manuais de redação de jornais: o uso do presente revitaliza a ação e dá mais frescor à notícia.

O frescor do acontecimento, nesse caso, não está ligado à instantaneidade da notícia mas ao mascaramento dessa instantaneidade pelo mecanismo mental, que não nos permite dissociar o ícone da realidade ela mesma. Uma dissimulação que por si só já descaracteriza a presença do ícone para torná-lo *índice*, no entender de Charles Peirce.

O leitor, o ouvinte e o telespectador mais atento e esclarecido tendem a irritar-se com o uso obsessivo de verbos no tempo presente para indicar ação pretérita. Assim, não se permitem admitir o ícone sugerido, substituindo-o por outro signo de caráter indicial. Abre-se, portanto, uma fenda enorme entre as intenções do discurso jornalístico e as imagens formadas na mente desse público. As conseqüências mais imediatas são a quebra do envolvimento com a notícia e, ato contínuo, o rompimento da credibilidade.

O índice é – na melhor das possibilidades – estímulo à presentificação, marca que nos reporta a outra coisa fora da narrativa, um apelo às possibilidades que não se apresentam mas que são “possíveis” à matéria jornalística. Por isso, traz incontinenti a sensação de incompletude, de vácuos informacionais e, portanto, de manipulação ideológica.

A imagem e a diluição da presença

Entretanto, o convívio diário com tais usos cria o hábito. O hábito cristaliza os formatos discursivos que, nessa situação, deixam de contemplar ícones ou índices para se plasmarem como símbolos. O tempo presente é então transformado em símbolo do presente para efeitos jornalísticos, e assim pode ser tacitamente aceito sem estimular qualquer tipo de crítica, evocação de presentidade ou de camuflagem do real.

Assim, ao observarmos na conversação do dia-a-dia a simbolização do “presente” como hábito instaurado pelo uso da mídia no cotidiano das pessoas, questionamo-nos sobre sua eficácia na linguagem, mas nos preocupamos quanto às suas conseqüências na cultura.

Peirce não nos parece ter pensado na cultura quando discorria logicamente sobre os processos de produção de sentido, mas mesmo assim, podemos inferir que a passagem dos níveis de representatividade do signo traduzem muito mais que um processo de geração ou degeneração *signica* gradual.

A abolição do passado nas imagens, bem como a falta de perspectivas futuras para sua proliferação gera um fenômeno no qual as imagens se desligam de seus objetos de referência. Uma imagem assim concebida – em tempo presente absoluto ou presente histórico exagerado –, não tendo outro objeto ao qual se referir só poderá fazê-lo com referência a outra imagem.

É esse fenômeno que Norval Baitello Júnior (2005) identifica com o sugestivo nome de iconofagia: as imagens não mais se referem ao mundo, mas a outras imagens, igualmente clichês, simbólicas, estereotipadas que necessitam, numa progressão infinita, alimentar-se de outras imagens que lhes tragam ou ampliem a significação. Todas elas em tempo presente, na forma de camadas superpostas ou superexpostas.

Esse aparente “excesso de presente” é, paradoxalmente, perda gradual do presente, na medida em que “há um quadro crescente de transformação do presente vivido corporalmente em presente vivido imageticamente, *in effigie*”, alerta o comunicólogo alemão Dominik Klenk em seu livro *A perda do presente na sociedade da comunicação*².

Baitello Júnior nos fala que essa tendência não é nova: ela já tinha sido surpreendentemente antecipada por Walter Benjamim³, quando alertou para as conseqüências da perda do “valor de culto” para o “valor de exposição”.

Um processo que, no seu final, explica a proliferação de iconofagias aceleradas, sem perda de substância:

Vivemos hoje sob a marcha triunfal das realidades bidimensionais que trazem em sua alma as fórmulas abstratas da nulodimensão: por trás de uma imagem sintética já não há sequer uma imagem concreta e muito menos o corpo de matéria tridimensional; há apenas o conceito abstrato de entidades numéricas, codificações sem tatilidades (Baitello Júnior, 2005:88).

E como – assim – não temos mais compromisso com meta de chegada que sirva de referência última às imagens, contentamo-nos com a presentidade de imagens sem referência ou de referência contínua a outras imagens que a replicam, como podemos observar no caso do uso obsessivo das formas gerundivas... na mídia e na linguagem popular.

Mas essa é uma outra história, também muito perigosa em termos culturais.

Notas

¹ Ver Malrieu, 2000: 129-135.

² Apud Baitello Júnior, 2005: 86.

³ In: A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica, apud Baitello Júnior 2005:87.

Referências

BAITELLO JÚNIOR, Norval. *A era da iconofagia – Ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *A nova gramática do português contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70/Perspectivas do Homem, 1993.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

IASBECK, L.C.A. *A arte dos slogans*. São Paulo: Editora Annablume, 2002.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada à sério*. São Paulo: Editora do Senac, 2000.

MALRIEU, Philippe. *A construção do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

NUNES, M.R.F. *O mito no rádio- A voz e os signos de renovação periódica*. São Paulo: Editora Annablume, 1997.

PEIRCE, C.S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1989.

SANTAELLA, Lúcia. *A assinatura das coisas*. São Paulo: Imago, 1993.

Sites na Internet

BORG, Gustavo. *Você faz a diferença*. In: http://carreiras.empregos.com.br/comunidades/rh/artigos/081101-diferenca_boog.shtml, 23.08.2006.

MARTINS, Ana C. Souza. *O presente na narrativa e no relato de viagem*. In: <http://www.ucm.es/info/circulo/no19/martins.htm>, 23.08.2006.

Resumo

Tornou-se padrão ao texto jornalístico brasileiro o uso dos verbos no presente, independentemente do tempo em que ocorreu o fato reportado.

Tal tendência aguçou-se nas décadas 60/70, quando a televisão se popularizou no Brasil. A presença física da imagem – como signo do fato – cria ilusão de presença real, adensada pelo sincronismo verbo-visual.

Na base dessa transposição lingüística identificamos um processo semiótico complexo, que tem nas possibilidades significativas do “ícone” sua provável fundamentação. O que se produz, em última instância, é uma sensação de ausência de mídia.

Nos jornais diários e revistas semanais, a tendência à abolição do passado instaurou-se desde as normas de redação, a pretexto de produzir maior “frescor” à notícia. Nos textos de rádio, o uso dos verbos no tempo presente proporciona maior correspondência entre a imagem mental e os signos verbais que as evocam. Acredita-se que tal associação proporciona instantaneidade à interpretação. Temos aí, não mais o “ícone”, mas o “índice” atuando como estímulo à presentificação.

Quando tal tendência surge na conversação do dia-a-dia, observamos a simbolização do “presente” como hábito instaurado pelo uso da mídia no cotidiano das pessoas.

Temos, assim, a ocorrência dos três níveis do signo em relação aos objetos que representam. Na *Teoria geral dos signos*, de Charles Peirce, esse processo traduz uma degeneração *sígnica* gradual. Desse modo, podemos associá-lo não apenas à abolição do passado, como também à generalização do presente contínuo, o gerúndio, tão caro à gramática normativa da língua inglesa. Uma tendência culturalmente perigosa.

Palavras-chave: Jornalismo; Linguagem; Semiótica.

Abstract

The use of verbs in the simple present tense, independently of the time where a reported fact occurred, became a standard in Brazilian journalistic texts in the sixties and seventies when television became popular in Brazil. The physical presence of image as a sign of the fact creates the illusion of real presence, what is highlighted by the synchronism verb-appearance. In the roots of this linguistic transposition, the author identifies a complex semiotic process, which has in the significant possibilities of the “icon” its probable fundament. What it produces, ultimately, is a sensation of media absence.

In daily periodicals and weekly magazines, the trend to abolish the past tense was introduced in the writing manuals aiming at impartiality and “coolness” in the news. In the radio texts, the use of verbs in the present tense provides greater

correspondence between the mental image and the verbal signs that evokes it. It is said that such association provides instantaneity to the interpretation. We have there, not the “icon” any longer, but the “index” acting as stimulus to *presentification*. When such trend emerges in daily conversation, we observe the symbolization of the “present” as a habit introduced by the media. We have, thus, the occurrence of the three levels of the sign in relation to the objects it represents. In the General Theory of Signs of Charles Peirce, this process implies the gradual degeneration of signs. Therefore, it can be associated not only to the abolition of the past tense, but also to the generalized use of the present continuous and the gerund, what is usual in the normative grammar of the English language. Here it becomes a dangerous cultural trend.

Key words: Journalism; Language; Semiotics.

Resumen

El uso de los verbos en el tiempo presente, independientemente del tiempo en que el hecho se ha pasado se ha vuelto un estándar en las décadas de sesenta y setenta cuando la televisión se hizo popular en Brasil. La presencia física del imagen como signo del hecho crea la ilusión de presencia real, fortalecida por el sincronismo verbo-visual.

En el origen de esta transposición lingüística se identifica un complejo proceso semiótico que tiene su posible fundamentación en las posibilidades significativas del icono. Lo que se produce, en última instancia, es la sensación de ausencia de media. En los periódicos y revistas semanales, la tendencia de abolición del pasado se instauró desde las normas de redacción bajo el pretexto de producir mayor “frescor” a la noticia. En los textos de radio, el uso de los verbos en el tiempo presente proporciona mayor correspondencia entre el imagen mental y los signos verbales que la evocan. Se acredita que dicha asociación proporciona instantaneidad a la interpretación. Hay entonces no mas el “icono”, mas antes el “índice” actuando como estímulo a la presentificación.

Cuando dicha tendencia surge en la conversación cotidiana, observamos la simbolización del “presente” como hábito instaurado por el uso de la media en el cotidiano de la gente. Hay entonces la ocurrencia de los tres niveles del signo en relación a los objetos que representan. En la Teoría General de los Signos, de Charles Peirce, este proceso significa la degeneración sgnica gra-

dual. Por ende, podemos asociarlo no solamente a la abolición del pasado, sino que también a la generalización del presente continuo, el gerundio, que es tan caro a la gramática normativa del idioma inglés. Una tendencia culturalmente peligrosa.

Palabras clave: Periodismo; Lenguaje; Semiotica.

INFORMAÇÃO

João Mendes da Rocha
Professor de Geografia da UPIS - DF.

Daniilo dos Santos Maia Junior
Hikson de Paula Santos
Alunos do curso de Geografia da UPIS - DF.

Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo

Introdução

Historicamente, tem se observado que as políticas públicas nem sempre se aliam aos interesses dos agentes que gravitam em torno delas. Existe uma alternância no atendimento desses interesses; ora essas intervenções se fizeram mais próximas da iniciativa privada, ora estiveram mais próximas dos interesses da sociedade, ressaltando-se que este último caso é mais raro. Essa variação depende da conjuntura econômica do país, bem como da sua situação social. Não há, portanto, modelo linear na formulação dessas políticas públicas nem do conjunto de ações intentadas por elas.

De forma geral, as ações públicas, perpetuam o jogo do capital, ao buscar os espaços privilegiados para sua reprodução. Essa forma de conduzir a atividade turística tem se constituído em ampla arena de embates acadêmicos e técnicos e levado a reflexões sobre os rumos da atividade no País.

Isso, em parte, decorre do processo de globalização e das políticas neoliberais que o acompanham, as quais possuem forte apelo à competitividade, que vai da esfera do indivíduo aos espaços. Tudo isso, em nome da reprodução do capital com maior eficiência, seja na mão-de-obra, seja no uso do território.

Assim, setores diversos da produção têm buscado se localizar nos espaços que podem responder mais eficientemente aos reclamos desse capitalismo turbinado em que, mais do que nunca, a máxima: “tempo é dinheiro”, se faz verdadeira. A estratégia de buscar espaços “privilegiados” se fez presente de forma contundente no turismo que, ao usar o espaço como mercadoria, utiliza seu conjunto de atributos (naturais e artificiais) para realizar-se e reproduzir-se como parte do sistema.

Essa seletividade tem sido destacada por estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Há autores que, nos seus estudos, apontam para tendência cada vez maior de as empresas buscarem localizações privilegiadas, que decorrem do conjunto da infra-estrutura disponível e daqueles componentes que são relevantes no custo de sua produção.

Tal processo pode frustrar metas e objetivos a serem alcançados por programas de governo, a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que apresenta um conjunto de ações convergente para seus objetivos gerais sem, no entanto, considerar que na atividade turística o protagonismo da iniciativa privada muitas vezes tem se descolado das políticas de governo.

Assim, este trabalho pretende discutir e avaliar, de forma breve, o avanço do programa, observando as especificidades da atividade turística, as políticas públicas de planejamento dos territórios e suas interfaces, bem como da dinâmica da atividade frente a essas políticas.

Subsídios para iniciar o debate

A utilização de recortes espaciais para efeito de intervenção do poder público tem sido uma constante em diversas partes do mundo e em diferentes escalas. Muitas foram as experiências de planejamento regional, em que o recorte do território foi componente importante no conjunto de ações.

No Brasil, esses planos se propunham a contemplar setores diversos e, também, atores e agentes com distintos interesses, colocando-os nas arenas de políticas públicas. Em alguns países, esse processo de planejamento se constituiu em intervenções bem sucedidas que foram capazes de transformar as realidades atingindo seus objetivos, em outros; o conjunto de ações não se configurou em instrumento eficaz para o desenvolvimento. Isso se deveu a diversos aspectos, que iam da baixa capacidade do Estado em mobilizar agentes em torno de suas diretrizes até institucionalidades que perderam seus rumos e objetivos.

Mais recentemente, essas intervenções, relacionadas ao desenvolvimento regional, ganham conotação mais setorial. Esse é o início de um momento que marca o fim do planejamento regional no modelo tradicional e procura, sob a égide do neoliberalismo, oferecer diferentes usos dos territórios de acordo com agentes e atores distintos, em clara fragmentação do desenvolvimento regional, alimentando um discurso de “competitividade espacial”, que resultou na exclusão de determinados lugares e setores produtivos.

Assim, políticas específicas e, conseqüentemente, planos setoriais substituem o planejamento mais geral. No caso do Brasil, existem marcas temporais claras desse processo quando, em meados da década de 1980, os tradicionais órgãos de planejamento e desenvolvimento regional, entre os quais se destacavam a Superin-

tendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, entraram em colapso e, nos anos subsequentes, se enfraqueceram substancialmente.

No caso específico do turismo, as repercussões da extinção desses órgãos não causou grande impacto. Na região Nordeste, as políticas que ali se firmavam, desde os anos 80, já estavam sob a égide do PRODETUR I (empréstimo tomado do BID e gerenciado pelo Banco do Nordeste Brasileiro), com a participação ativa dos governos estaduais e, em alguns casos, municipais. E no caso da região Norte, como a atividade ainda está muito localizada e incipiente, o fim da SUDAM pouco refletiu para o desenvolvimento do turismo regional

Dessa forma, verifica-se que os organismos de planejamento regional, no caso de políticas para o turismo, não foram tão presentes como para outros setores da atividade produtiva do país. As ações, quando existiam, quase sempre eram de pouca relevância e desconexas com o processo de macro desenvolvimento das regiões.

Portanto, recortes regionais para intervenções setoriais no turismo não têm sido marca nas políticas públicas recentes do país. Em 2004, o Ministério do Turismo – MTur elaborou e lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, informando: *...trata-se de um modelo de desenvolvimento integral, na perspectiva da inclusão social, com ênfase na igualdade de oportunidades (...) busca reafirmar as formas de existência das comunidades (...) uma contribuição para superar obstáculos e divergências e pensar a geração de riqueza vinculada ao movimento de grupos sociais regionalmente organizados...* (BRASIL, 2004, p.6).

O programa prevê a regionalização como instrumento de planejamento e gestão para o setor. Para isso, promoveu recortes espaciais criando “Roteiros” como escala prioritária para um conjunto de intervenções, o que evidencia a importância e a contribuição desses recortes diferenciados no processo de planejamento dos espaços e, conseqüentemente, das políticas públicas voltadas para o setor especificamente.

Portanto, os efeitos das intervenções poderão se manifestar com intensidade variada nos espaços, sobretudo pelo processo crescente de internacionalização da atividade turística, que ao “escolher” novos destinos vai produzindo espaços e nem sempre adere às políticas públicas de planejamento regional.

O pretenso conhecimento das especificidades espaciais pode não ser o bastante para responder de forma adequada, como propõe o Programa, às expectativas das comunidades locais. Pois a intensidade do desenvolvimento do turismo, em distintos espaços, vai apresentar efeitos (mudanças) de intensidade variável, quer seja no aspecto paisagístico, quer no econômico ou no social.

A relevância do presente estudo está na discussão dos diferentes efeitos que um programa dessa natureza poderá (e deverá) apresentar nos distintos espaços regionais, sub-regionais e até mesmo intra-regionalmente. Nessas regiões, definidas pelo MTur, existem espaços em que as “opções” da iniciativa privada se viabilizam e respondem mais eficientemente na lucratividade dos investimentos; fogem, portanto, à sua capacidade efetiva de intervenção, comprometendo os níveis de eficiência, eficácia e efetividade: transformam-se em conjunto de boas intenções, esvaziadas de efeito prático, para as populações locais.

Referencial teórico-conceitual básico

O turismo vem se caracterizando como das maiores atividades econômicas dos tempos modernos, envolvendo um conjunto muito vasto de relações, influências, motivações, desejos e representações.

Generalizando-se nas sociedades modernas como atividade de consumo de massa, o turismo assume a identidade de mercadoria como outra qualquer, com a diferença de que o bem a ser consumido se configura como o local a ser visitado; e vai, além disso, pois, mercantiliza os costumes, o folclore e a cultura, contribuindo para o que Offe (1999, p. 126) denomina de generalizações estéticas, cognitivas e político-morais.

O lazer, que antes constituía atividade espontânea, torna-se necessidade na sociedade moderna, uma vez que o “tempo livre” se organiza em função da reprodução de relações sociais; e as horas destinadas ao lazer não escapam das regras de mercado, exigindo a produção de novas formas de uso do espaço. Assim, a atividade turística cria territórios, vias e possibilidades cujas múltiplas transformações são, em larga escala, pensadas, induzidas e provocadas pelo Estado, pelas políticas públicas, com a participação cada vez maior do capital privado. Para Santos (1994) cabe reconhecer que o consumo do espaço pelo turismo é intermediado pelos sistemas de objetos e de ações que formam o espaço; significa que esse consumo ocorre por meio de um conjunto de serviços que dá suporte ao fazer turístico e ainda às infra-estruturas presentes em cada lugar.

Nesse contexto, o turismo serve-se da nova economia, em sua forma de organização e motor de formação de redes globais de capital, gerenciamento e informação. Assim, concorre como elemento marcante nas decisões tanto em relação à produtividade quanto à competitividade dos lugares. A atividade alimenta complexa rede que a interconecta em tempos distintos, diferentes lugares, com intensidade variada.

Castells (1999) aponta que essa economia global/informacional tem se organizado em torno de alguns poucos centros de comando que, exercendo seu poder, passam a coordenar, difundir inovações e gerenciar uma gama diversificada de atividades; entre essas, de forma privilegiada, estão os serviços, evidenciando um redimensionamento da Divisão Internacional do Trabalho, sem que, necessariamente, sejam quebradas as estruturas hegemônicas do sistema como um todo.

Essa expansão não se dá de forma homogênea; ela é seletiva, em espaços e setores produtivos. As “escolhas” do capital, cada vez mais passam a considerar sua capacidade de reprodução. Essa seletividade vai resultar na hierarquização entre espaços subordinadores e subordinados, que não é nova no sistema. Historicamente, observou-se que tal processo fora tratado por Trotsky na sua *Lei do desenvolvimento desigual e combinado*, já apontando a existência dessa complexa rede no espaço mundial, que nem sempre obedece uma lógica. Portanto, a hierarquia na rede, também, não é garantida ou estável: está sujeita a concorrência acirrada entre os espaços. Tal aspecto pode ser observado nos denominados espaços turísticos; a fugacidade e sobrevida dos espaços não dependem, em última instância, das “vontades” locais (centros receptores) e passam por mecanismos que se encontram distantes (centros emissores), que são mediatizados pelo mercado que, segundo Offe (p. 135). *premia eficiência, contanto que as vantagens competitivas venham com um prêmio por melhores métodos de produção e melhores produtos...*

Assim, há uma tendência configuradora de atividade global, em que se vivenciam as contradições na afirmação dos lugares como produtos e, por outro, lado, na busca pela preservação de heterogeneidades culturais que, em última instância, é produto a ser apropriado pela atividade.

Para Santos, quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”, na medida em que os elementos do espaço são submetidos a uma especialização desenfreada. Diz ele: *O território a cada momento foi organizando-se de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, atendendo aos reclamos da produção da qual é arcabouço* (1991, p.45). Isso contribui para crescente especialização e busca dos mercados, que têm promovido uma reestruturação da atividade em torno de segmentos. Assim, pode-se observar a importância do turismo no processo de produção/reprodução dos espaços, entendendo que: *o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidades, e cada vez mais tendentes a fins igualmente estranhos ao lugar e a seus habitantes* (Santos, 1994, p. 90).

Essa dinâmica da atividade intensificou as relações/trocas entre regiões distantes, configurando redes, tornando esses espaços cada vez mais interdependentes e mais suscetíveis às forças exógenas, sobretudo, ao capital privado. É nessa perspectiva que Coriolano (1998, p. 17) afirma:

O turismo globalizado vincula-se à expansão do capitalismo e à ideologia da modernidade, quando os lugares mais longínquos passam a fazer parte das redes – investimentos, empregos, negócios, serviços, infra-estrutura, relações sociais, de interesses globais. Em meio a esse contexto globalizado, presencia-se a busca do turismo em ancorar seus interesses em estruturas que lhe dêem suporte – a exemplo do Brasil – na medida em que o Estado tenta e procura dotar áreas de potenciais atrações de fluxos de infra-estrutura básica.

A complexidade das corporações que operam em escala mundializada permite interpretar, até certo ponto, que a intensidade da expansão do turismo na escala planetária, alia-se à modernização de um considerável aparato que dá suporte à atividade, envolvendo os meios de transporte, com equipamentos cada vez mais eficientes; ou seja, um conjunto de ações que se originam nas intervenções do Estado, a fim de viabilizar a atividade.

Desse modo, como atividade econômica, o turismo vem respondendo aos ajustes exigidos pelas transformações globalizantes das quais constam, entre outras, as reorganizações espaciais. Do processo consta ainda, entre outras, questões relacionadas a ordenamentos e (re)ordenamentos espaciais, tendo como base o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo as de infra-estrutura.

Cabe fazer uma pequena digressão conceitual sobre as políticas públicas que, em muito, contribuiriam para compreendermos os desdobramentos da atividade turística no Brasil. Para Rua (199), as políticas públicas se caracterizam como um conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores, cujo aspecto central é *o fato de que as decisões e ações são revestidas da autoridade soberana do poder público* (p.2). Significa dizer que as ações – sejam elas normativas ou operacionais – emanadas do Estado, seriam respostas às demandas/reivindicações dos diferentes grupos sociais e corporações (entendidas aqui no sentido amplo e no restrito) por intermédio de ações de governo que podem situar-se na esfera da saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, turismo etc.

A formulação das políticas públicas está vinculada ao arbítrio do Estado, como forma de administrar os conflitos inerentes às relações sociais. Para Lobato (1997), no arbítrio de tais conflitos, o Estado estabelece “uma certa coesão social”, ao articular o pensamento, ou planejamento e ação, assim configurando o encontro entre valores sociais e institucionais. Nesse contexto, as políticas públicas vão se traduzir em mecanismos de conexão entre os processos econômicos e políticos.

Com base nesse entendimento, é possível estabelecer paralelo entre as tradicionais intervenções políticas no espaço e as macro políticas de ordenamento territorial, identificando três dimensões segundo Lojkin (1981): a) uma planificadora, na qual existe um documento de intervenção formalizado; b) uma operacional, com práticas reais jurídicas e financeiras adotadas pelo poder público, quanto ao ordenamento; e c) uma real, onde se verificam os efeitos sociais dessa planificação.

Já Préteceille (*apud* Paiva 1995, p. 68) entende que a intervenção no espaço acontece por meio de dois processos: a) a intervenção jurídica e sobre as relações de produção; e b) a programação dos equipamentos públicos. Essa intervenção do Estado compreende processo técnico, que define o tipo de produto, enquanto a produção propriamente dita cabe à iniciativa privada.

Assim, para viabilizar a atividade turística, o poder público tem atuado como indutor, ao constituir infra-estrutura e, a partir dessa dotação, a iniciativa privada atua, em um ciclo que gera valorização fundiária, processo do qual se beneficiam, tanto o Estado como os produtores privados dos espaços. Em tal sentido Abramo afirma: *...as empresas tomam suas decisões de localização respeitando o princípio da maximização de seus lucros* (2001, p. 69). Portanto, assim como outras atividades econômicas, o turismo faz suas escolhas espaciais em função de um conjunto de outros aspectos que vão influenciar diretamente na sua reprodução e como aponta Sunkel (1999, p.183) as atividades marcantes do período de globalização se caracterizam pela: *...amplitude territorial e incorporação de novos espaços à economia de mercado...*

Portanto, a questão da (re)organização do espaço, enquanto tradução do processo de desenvolvimento ocasionado pela atividade turística, tem como gerador a implementação de políticas públicas e sua conectividade aos interesses da iniciativa privada.

É necessário entender que, mais do que decisão política, a implementação de uma política pública exige multiplicidade de ações estrategicamente selecionadas. Seu alcance é definido pelo caráter imperativo de que ela é dotada, ou revestida, levando em conta as contradições que permeiam a dinâmica entre o planejamento e a sua execução. Neste sentido, Lobato (1997, p.40) concebe que:

O processo é tanto mais amplo, quanto mais atores dele fizerem parte, sejam institucionalizados ou não representados em grupos formais de interesses os mais diversos e, portanto, com diferentes graus de poder, o processo político engloba tantos atores sociais quantos dele quiserem fazer parte, ao menos onde existirem canais democráticos de manifestações de demandas. Das relações estabelecidas entre esses atores resultará a política em si, sendo esta apenas uma das etapas de todo o processo.

Há, também, distinção quando observados os objetivos dessas políticas públicas. Em geral os embates são mais acirrados quanto mais agentes estiverem envolvidos e interesses corporativos estiverem em jogo. Dessa forma, políticas de maior alcance como aquelas de planejamento regional, pressupõem uma série de desdobramentos na esfera desses conflitos, desde que uma política dessa natureza abarca um conjunto considerável de outras ações e incorpora políticas públicas setoriais.

Se, por um lado, no caso das políticas de planejamento regional, o recorte espacial, é visto como instrumento que, ao ser aplicado, pode se mostrar capaz de viabilizar a integração de ações multisetorializadas – o que, em certa dimensão apontaria para maior eficiência do Estado na busca por restabelecer o equilíbrio esgarçado – seja por uma ordem conjuntural ou estrutural, tornando mais eficiente o planejamento desses territórios, a colocação de Corrêa reafirma:

No capitalismo, as regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais um discurso da recuperação e desenvolvimento é aplicado. Trata-se, na verdade, do emprego, em um dado território, de uma ideologia que tenta restabelecer o equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento... (1991, p. 49).

Por outro, as políticas direcionadas para o turismo, no caso do Brasil vão se apresentar de forma paradoxal: se por um lado, os espaços “escolhidos” possuem potencialidades para o desenvolvimento do setor, por outro, as possibilidades de esses espaços turísticos serem “descartados” é bastante alta. Tanto pelos problemas de ordem estrutural, como conjuntural, tornando-os muito suscetíveis à fluidez do capital. Assim, muito mais do que propriamente um instrumento de desenvolvimento voltado para as questões sociais, a política de turismo, ao dar uso para o território é, em primeira instância, instrumento para reprodução do capital privado e, portanto, de perpetuação das desigualdades espaciais.

Cabe ressaltar, que os desequilíbrios regionais do Brasil são resultantes de processo histórico e com dinâmicas de intensidade diversas; isso resultou em um quadro de pauperização, que vai da esfera individual, rebatendo na escala coletiva, em determinados espaços macro e micro regionais. Assim, o problema passa a ter relevância, ligando-se, diretamente, à formulação de políticas de planejamento regional, que têm sido, também, no caso do Brasil, luta pelo desenvolvimento e contra a pobreza.

Essa abordagem da questão regional torna-se complexa, nos últimos anos, ao se verificar a crescente seletividade espacial do capital, que “opta” por determinados espaços em detrimento de outros, configurando um processo de regionalização em que Estado (via instrumentos institucionais e legais) e iniciativa privada atuam como agentes, produzindo territórios diferenciados e competitivos, que apesar da proximidade geográfica se apresentam de forma disjunta. Tal aspecto é apontado por Araújo ao comentar que: *...a inserção do Brasil na economia mundial globalizada tende a ser amplamente diferenciada, segundo os diversos subespaços econômicos desse heterogêneo país...* (2000, p. 86). Essas diferenças espaciais decorrem de intervenções setoriais com suas políticas específicas, que, na maior parte das vezes, não incorporam a gestão territorial, entendendo a complexidade do espaço nacional.

Em relação à formulação das políticas públicas, de forma geral, cumpre destacar as suas diversas etapas, conforme mostra Pedone (1984). Essas etapas são distribuídas em cinco¹ aspectos hierarquicamente colocados, todos guardando vínculos entre si. A contribuição do autor permite compreender que no Brasil, o turismo foi incorporado à agenda das políticas públicas, em contexto que tem como pano de fundo a globalização e a expansão acelerada da atividade turística, corroborado com o colapso das tradicionais políticas de planejamento, que já não encontram espaço como atenuantes das desigualdades regionais.

Ao proceder uma digressão histórica sobre políticas nacionais de turismo no país, Cruz (2001, p. 9) nos mostra que:

Nem sempre essas políticas foram claramente explicitadas, além de terem se reduzido aspectos parciais da atividade. Isto repercutiu negativamente sobre as políticas públicas para o setor, estabelecidas em outras escalas de gestão (regional, estadual, municipal), pois sem a referência de uma política nacional, políticas e planos de turismo – considerando-se essas diferentes escalas – ignoraram a possibilidade de concatenação entre si e com outras políticas setoriais.

Do ponto de vista institucional, o turismo no Brasil teve seu início em 1966, com o CNTUR e a EMBRATUR; mas somente no III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) o turismo recebeu, de forma precisa, orientação, com a concessão de incentivos fiscais e financeiros. O objetivo era promover e incentivar a atividade turística como fonte de renda, geração de emprego e de desenvolvimento sócio-econômico do país. Para tal, o programa estabelecia atuação integrada dos setores público e privado sob a coordenação da EMBRATUR, para dinamizar os fluxos do turismo, internos e externos.

No aspecto espacial, em 1972, o Brasil ensaiou os primeiros passos no sentido de planejar a atividade, por meio de um plano denominado PRODETURIS, que seria o embrião de modelos subseqüentes, denominados megaprojetos² turísticos.

Entretanto, passado o período do “deslumbramento” com a atividade, emergem os questionamentos sobre suas implicações. O seu desenvolvimento implica a interdependência com o espaço, acontecendo tanto em virtude dos efeitos dos fluxos, como em virtude das necessidades da atividade. Daí decorre grande parte dos problemas relacionados à atividade turística no país. A exemplo da defasagem entre a demanda e a oferta de serviços públicos de saneamento básico, os congestionamentos ocasionados pelo grande fluxo de acesso a localidades turísticas e de gestão do território, considerando-se seu uso pelo turismo, para os núcleos receptores.

Na década de 1990, o turismo assumiu relevância na agenda das políticas públicas, resultante da conjugação de diversos fatores, inclusive externos, com crescente significado econômico do setor de serviços no mundo, no qual se inscreve o turismo. No caso específico do Brasil, o período é marcado pelo discurso das potencialidades natural do país, da disponibilização de capitais estrangeiros para financiamento de projetos do setor hoteleiro, além da “descoberta” pela grandes operadoras de turismo, incrementando a atividade turística em diversas regiões.

No final da década de 1970, o turismo brasileiro, sobretudo na região Nordeste inaugura uma fase importante na valorização da atividade, o que pode ser conferido por duas vertentes políticas regionais de turismo, quais sejam a “política de megaprojetos turísticos” e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE).

A planificação do turismo tem sido adotada como providência para racionalizar esse processo, seja em escala ampliada, aqui compreendida como nacional ou macro regional, ou em escala mais reduzida, na dimensão local ou mesmo urbana. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi publicado o documen-

to intitulado Política Nacional de Turismo, pela EMBRATUR, que estabelecia diretrizes. Não passou de um conjunto de ações com efeitos limitados em face da política fiscalista que predominou no período, impedindo investimentos na área de infra-estrutura, com conseqüentes reflexos no desenvolvimento da atividade.

Ao tentar mudar os rumos para o setor turístico, foi criado, em 2003, o Ministério do Turismo – MTur, desmembrado do Esporte. Entre as políticas/programas de competência desse Ministério, no Plano Plurianual de governo consta o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que nos seus objetivos tem: *...diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional...* (2004, p.9) (grifo nosso). O programa pretende se constituir em alicerce para o desdobramento de um conjunto de intervenções destinadas a impulsionar o turismo em escala nacional, reconhecendo a escala sub-regional como recorte prioritário para que tais ações sejam bem sucedidas.

Sem dúvida, um avanço na forma de tratar o turismo e suas interfaces. No entanto, não se pode desconsiderar a atuação hegemônica de forças exógenas a esse espaços, as quais vão protagonizar o desenvolvimento da atividade turística, “desconhecendo” a capacidade de mobilização dessas políticas públicas, podendo torná-las inócuas.

O dilema que se coloca aí é: 1) a regionalização, ou qualquer que seja a espacialização, como aspecto instrumental de planejamento, é difícil de considerar como fluidez resultante da crescente complexidade encontrada nos territórios; 2) a mobilidade de alguns agentes e, sobretudo, a fluidez do capital globalizado, que atualmente atua de forma intensa no turismo.

Com base nesse entendimento, existe o risco de as propostas contidas no programa não se traduzirem em instrumentos de transformação das realidades, tampouco possibilitarem a ruptura com o processo de desigualdade já existente no País. Esses riscos são consideráveis, uma vez que existem limitações na capacidade de interferência nesse movimento do capital, em atividades produtivas a serem criadas ou desenvolvidas nos espaços que respondem mais eficientemente pela maximização de lucro e, conseqüentemente, a acumulação, como bem coloca Offe (1999, p.136): *... a eficiência é valorizada em ambiente onde os retardatários sejam punidos...os mercados concedem prêmios para resultados que sejam medidos por eles como superiores em termos de eficiência.*

Dessa forma, alargam-se as diferenças nos espaços, em efeito perverso de acumulação em determinadas localidades, sobretudo aquelas dotadas de melhor infra-estrutura, que já têm recebido considerável montante de investimentos. Es-

ses investimentos tendem a perpetuar a seletividade espacial do capital, demonstrando que políticas públicas como o Programa Roteiros do Brasil não são o bastante para promover as transformações necessárias, a realidade dos espaços objetos de suas intervenções.

O tratamento dado pelo programa – em 219 Regiões/Roteiros distribuídos por 3.203 municípios, em um método de agrupamento de lugares com maior capacidade e dinamismo econômico com outros estagnados – pode perpetuar as desigualdades e até acentuá-las, uma vez que existem os diferentes agentes que se envolvem na arena do turismo, sobretudo o capital privado, que “optam” por determinados lugares, os quais respondem mais eficientemente às suas necessidades prementes de se reproduzir de forma ampliada.

Historicamente, a relação entre o turismo e o espaço tem se mostrado contraditória, isso porque, ao exigir equipamentos e áreas diferenciadas, a atividade acaba por promover intensas modificações espaciais.

Mesmo reconhecendo a importância dos recortes, como instrumento de intervenção, é necessário entender que esse conjunto de ações rebatem de forma distinta nos espaços, se manifestando com intensidade variada.

No entanto, o turismo, como setor que vem ganhando expressão em escala mundial e nacional, apresenta-se com diferencial em relação ao conjunto dos demais setores: ao usar o conjunto de atributos do território (naturais ou não), a atividade turística nem sempre chega concomitante às políticas públicas. Muitas vezes ela se antecipa, pois os fatores locais que contribuem para sua instalação e desenvolvimento nem sempre são os mesmos dos demais setores produtivos. Dessa forma, as políticas públicas para o turismo e o conjunto de intervenções por elas propostas, por vezes se descolam do “timing” da atividade.

Dessas políticas, constam diretrizes norteadoras do desenvolvimento da atividade, no que tange tanto à esfera pública quanto à iniciativa privada. Na ausência de existência da primeira, o turismo se realiza à revelia, limitando-se às determinações, iniciativas e interesses particulares. Assim, as ações governamentais fomentadas com o objetivo de desenvolver o turismo têm ocorrido, principalmente, pela pressão dos segmentos diretamente envolvidos no setor.

São esses paradoxos que o trabalho pretende investigar, não em perspectiva maniqueísta, não se prendendo a opiniões preconcebidas sobre a complexidade que envolve essa temática do uso do território pelo turismo e a capacidade de protagonizar (ou não) que o Estado, via formulação de políticas públicas, possui no processo de desenvolvimento. Considerando essa complexidade do turismo e, dos muitos atores envolvidos na arena da atividade, questiona-se: é possível que

o Programa de Regionalização do Turismo se constitua em instrumento de desenvolvimento das regiões e, conseqüentemente, da atividade, atingindo as metas propostas no documento que o instituiu?

Concluindo rumo a um novo ponto de partida

A problemática acima demonstra que as respostas somente poderão ser dadas a partir de uma perspectiva multi ou interdisciplinar, que seja capaz de analisar os diferentes efeitos do turismo nos territórios.

Para encaminhar esse entendimento, a discussão teórica é de extrema importância e deve considerar categorias importantes, tais como: políticas públicas, planejamento e desenvolvimento regional, turismo e seus efeitos econômicos, sociais e ambientais. Essa base conceitual, ao se cruzar com informações e dados primários e secundários, encaminha o debate que pretendemos animar, qual seja: a capacidade das políticas públicas setoriais para o turismo em desenvolver regiões, sem considerar os atores e agentes que se relacionam à atividade.

As respostas dependem de tempo, uma vez que o programa se instalou em diferentes espaços com distintos níveis de desenvolvimento da atividade. Mas alguns dados já permitem as primeiras inferências na capacidade do programa em responder de forma eficiente aos seus princípios. Para evidenciar tais distinções, as regiões objeto do estudo foram escolhidas considerando caracterizações dos Roteiros ali existentes, que guardam particularidades entre si.

São esses resultados e suas peculiaridades que pretendemos trazer ao debate e receber contribuições que validem nossas análises posteriores e reforcem nossa discussão em outros momentos.

Notas

¹ 1) O primeiro diz respeito à formação de assuntos públicos, expressando o momento de surgimento e a configuração das diversas opiniões, vindo a contribuir na elaboração das agendas políticas como questões que supõem ações governamentais. Esse momento nasce de debates organizados ou demandas que, a um primeiro olhar, não teriam nenhum nível de organização, mas que, em verdade, se constituem em demandas semi-estruturadas, pois não giram em torno de um segmento, mas de uma problemática comum a segmentos diversos; 2) o segundo, denominado de formulação, compreende os processos de elaboração das políticas no Executivo, Legislativo e em outras instituições públicas, segundo a ótica da racionalidade econômica, da racionalidade político-sistêmica ou da formulação responsável. Trata-se de sistematização da demanda que tem uma frente normativa e outra de execução/implementação, debatendo na sociedade de forma geral ou em segmentos específicos; 3) o terceiro residiria no processo decisório, interligado com o aspecto anterior, apresentando delimitações próprias, etapa na qual atuam os grupos

de pressão sobre os decisores; 4) o quarto considera a implementação das políticas públicas, uma etapa na qual se executa o que fora decidido anteriormente. Aqui os programas, as administrações públicas e os grupos sociais passam da fase de enfrentamento para um consenso, mesmo que seja frágil, da ação a ser implementada; e 5) a avaliação de políticas, etapa na qual se analisam os efeitos pretendidos e as conseqüências indesejáveis, bem como quais os impactos mais gerais na sociedade, na economia e na política.

² Conforme Blanco (1992, p. 45) Megaprojeto turístico é “... uma fórmula de desenvolvimento que consiste na realização de um projeto igualmente planejado, dentro de um centro turístico já existente, e que representa a preparação de uma oferta importante de terrenos turísticos de primeira qualidade, que se oferece à inversão privada, para que esta desenvolva, de forma garantida, a infra-estrutura e a super-estrutura, fortalecendo a imagem e a identidade desse centro turístico”.

Referências

- ABRAMO, Pedro. *Mercado e ordem urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo a desintegração competitiva? In: *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BLANCO, Manuel Ramírez. *Teoría general de turismo*. 2ª ed. México: Editorial Diana, 1992.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil*. Ministério do Turismo: Brasília, 2004.
- _____. *Política nacional de turismo: diretrizes e programa 1996-1999*. Brasília: MICT, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. A sociedade em rede*. Tradução por Roneide Venâncio Majer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. *Do local ao global*. Campinas/SP: Papirus, 1998.
- CORREIA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. *Introdução a geografia do turismo*. São Paulo: ROCA, 2001.
- LAKATOS, E. M.; ANDRADE, M. de. *Metodologia do trabalho científico*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- LOBATO, Lenaura. *Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n. 31, p. 30-48, jan./fev. 1997.
- LOJIKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

- OFFE, Claus. A atual transição da historia e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, Luis Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. *Sociedade e Estado em transformação* (orgs.) São Paulo/Brasília: EDUNESP/ENAP, 1999.
- PAIVA, M. G. M. V. *Sociologia do turismo*. Campinas (SP): Papirus, 1995.
- RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. [199-]. Anotações de sala de aula.
- PEDONE, L. *Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas*. Brasília: UNB, 1984.
- SANTOS, Milton. *Técnica, tempo, espaço: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SUNKEL, Osvaldo. Globalização, neoliberalismo e a reforma do Estado. In: PEREIRA, Luis Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. *Sociedade e Estado em transformação* (orgs.) São Paulo/Brasília: EDUNESP/ENAP, 1999.

Resumo

O presente artigo propõe um encaminhamento e considerações sobre as questões espaciais no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo. Pontuando, preliminarmente, a discussão e alcance da política pública frente a atores hegemônicos que atuam na arena e na agenda das políticas de turismo no país. Não se trata de estudo conclusivo, uma vez que o mencionado Programa, se implantou recentemente.

Palavras-chave: Turismo; Espaço; Grandes empresas; Dinâmicas econômicas; Políticas públicas.

Abstract

The present article proposes a discussion on space issues in the context of the Program for Tourism Regionalization by focusing, preliminarily on public policy and hegemonic actors in this area. It is not a conclusive study as the Program in focus has been implemented recently.

Key words: Tourism; Space; Economic dynamics; Public policies.

Resumen

El presente artículo propone la discusión de cuestiones espaciales en el contexto del Programa de Regionalización del Turismo. Señala, en carácter preliminar la política pública frente a los actores hegemónicos en el área. No es un estudio conclusivo una vez que el Programa en cuestión es de reciente implementación.

Palabras clave: Turismo; Espacio; Dinámicas económicas; Políticas públicas.

Mario Riedl

Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Cláudio Machado Maia

Economista, Especialista em Controladoria, Mestrando, bolsista da CAPES do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Especialização e potencial endógeno na análise regional

Introdução

A organização da fundamentação teórica do presente estudo considera a importância da abordagem do espaço nos processos de desenvolvimento, numa perspectiva que considera a superação do nível de especialização agropecuária – de uma região ou território – como ponto de partida do processo de desenvolvimento regional.

O território está sujeito ao aparato político e jurídico, em que estão estabelecidas relações de domínio distintas. Como é sabido, a divisão política e administrativa do Estado brasileiro está organizado nos níveis de legitimação da esfera pública – federal, estadual e municipal. Níveis que se impõem como o primeiro recorte territorial¹. Entretanto, o conceito de território superpõe-se a essa divisão, o que implica a necessidade de se conceber formas não convencionais de planejamento e gestão de programas e projetos.

O território, como unidade de planejamento e gestão, é um conceito novo². Novo não no seu recorte espacial – as regiões são, até hoje, o emprego concreto dessa concepção –, mas sim na sua proposição de considerar a singularidade cultural de determinado lugar.

Na OCDE... a idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico³.

O território, seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente. Os elementos presentes na discussão do território possibilitam avançar teórica e metodologicamente na compreensão do regional inserido na economia globalizada. Dentro de certo tipo de economia hegemônica, há espaços mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possível participações diferentes no processo global de desenvolvimento.

Uma região não é entidade física, mas construção social. Uma região é o resultado de um processo de regionalização. E esse processo, assim como seus resultados, é função dos objetivos daqueles que o põem em curso⁴.

Assim, um mesmo território pode e deve ser objeto das mais distintas regionalizações. Se o que se busca é definir e diferenciar os potenciais de produção agropecuária de um determinado território, o tipo e a qualidade do solo, o clima (inclusive o padrão pluviométrico), a disponibilidade de recursos hídricos, e a estrutura fundiária, parecem ser os critérios fundamentais (ainda que não exclusivos) de um processo de regionalização. Diferentemente, se o que buscamos é identificar e diferenciar padrões de desenvolvimento regional, o critério fundamental de regionalização deve ser o desempenho sócio-econômico de longo prazo, balizado pelos determinantes (cuja identificação, pressupõe uma pesquisa específica) deste mesmo desempenho⁵.

A tese defendida neste ensaio é a de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região; do ponto de vista de que o principal indicador de potencialidade de uma região seria a sua especialização atual. Tese que aproxima a idéia de "potencial" – alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação – da idéia de "especialização", que trata de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo, subordinação!) nem sempre bem sucedidos. Tese que alimenta resistências. Especialmente daqueles segmentos sociais mais fragilizados no interior do padrão atual de reprodução da vida material⁶.

Para o conhecimento dos padrões regionais do crescimento econômico, utiliza-se, com certa freqüência um conjunto de medidas de localização e especialização como métodos de análise regional, dentre as quais a mais difundida das medidas de especialização regional na literatura econômica, é o Quociente Locacional, ou QL⁷, o qual será apresentado neste estudo.

1. Caracterização de uma região para o desenvolvimento endógeno

Região de planejamento para o desenvolvimento endógeno é a que apresenta elementos de homogeneidade (basicamente em sua estrutura rural) e de diversidade (representada por pólos urbanos que, por definição, se diferenciam de seu entorno rural ou suburbano). Tal região deve apresentar⁸:

1) uma produção básica homogênea⁹, assentada em estruturas de propriedade e padrões tecnológicos capazes de garantir o mínimo de solidariedade de projeto por parte dos produtores¹⁰;

2) pólo(s) urbano(s) responsáveis pela prestação de serviços e agregação de valor à produção básica; e

3) instituições capazes de explicitar e transformar em programa consciente de desenvolvimento a comunidade de interesses dos diversos agentes-elos das cadeias produtivas.

2. Medida de especialização – Quociente locacional ou QL

O quociente locacional compara a participação percentual de uma região em setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional. Se o valor do QL for maior do que 1, tal significa que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores. Revela os setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para atividades de exportação – um QL maior do que 1 poderia indicar que a atividade na região é básica, ou seja, voltada para a exportação e um QL inferior a 1 representaria atividade não básica, voltada para o mercado da própria região¹¹.

O quociente de localização é a mais importante dentre as diversas medidas de especialização regional desenvolvida pela teoria econômica. Informa não apenas se o objeto de mensuração é ou não especializado (e "o quanto é especializado"), mas, também, na medida em que ele o é em algo, no que ele não é. Pois, se há especialização(ões), se uma percentagem maior (*vis-à-vis* uma certa norma, um certo padrão médio) de tempo, trabalho e energia de determinado agente é alocado em determinada atividade, então uma percentagem menor (*vis-à-vis* a mesma norma, o mesmo padrão médio) desse trabalho e dessa energia será alocado nas atividades alternativas¹².

O Quociente Locacional busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis a macro-região na qual

aquela está inserida. Mais especificamente, ele busca traduzir "quantas vezes mais" (ou menos) uma região se dedica a uma determinada atividade vis-à-vis o conjunto das regiões que perfazem a macro-região de referência. Usualmente (mas não obrigatoriamente!) utiliza-se a participação percentual do emprego num determinado setor como medida de importância ou dedicação a uma certa atividade¹³.

Logo, o QL fica definido da seguinte forma:

E_{ij} = emprego setor i na região j ;

ET_j = emprego total (em todos os setores considerados) na região j ;

EiT = emprego do setor i em todas as regiões;

ETT = emprego total em todas as regiões;

então:

$$QL = (E_{ij}/ET_j) / (EiT/ETT) = (E_{ij}/EiT) / (ET_j/ETT)$$

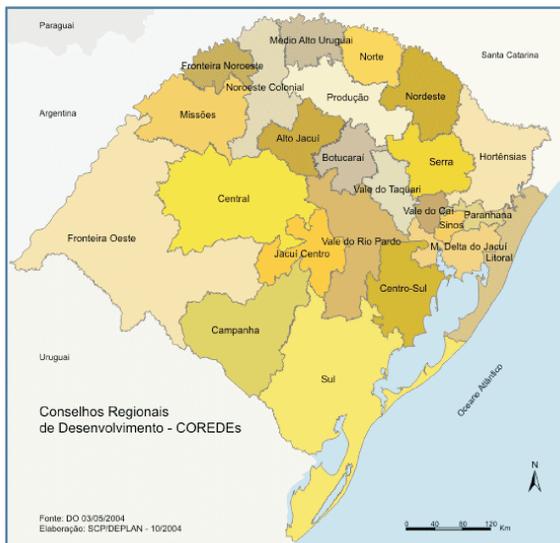
3. Os COREDES como proposta de regionalização

Os COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento, criados oficialmente pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994, são instâncias de planejamento regional, que têm por objetivo discutir alternativas para o desenvolvimento das regiões do Estado. A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada: em 1998, com a criação do 22º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí, em 2003, com a criação dos COREDES Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006, foram criadas outras duas regiões: Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea¹⁴.

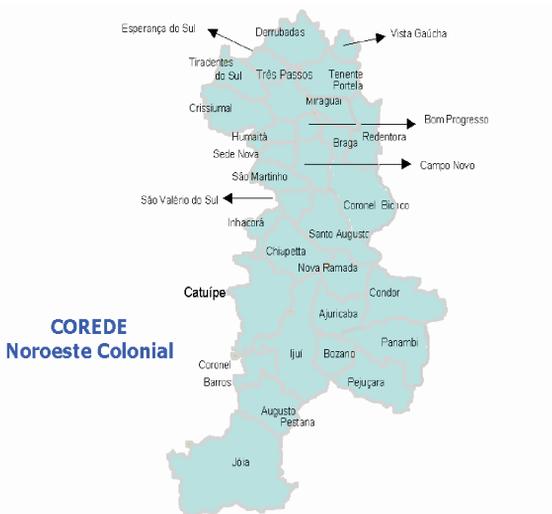
Embora se reconheça que a regionalização representada pelos COREDES tenha que ser um dos pontos de partida de qualquer regionalização para o planejamento do desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul¹⁵, especificamente, o que deve ser defendido é o planejamento estabelecido a partir de perspectivas que considerem o debate científico.

De um lado, o aporte do conhecimento científico para a construção de regionalizações que auxiliem na compreensão e, posteriormente, no direcionamento das ações para o desenvolvimento; e, de outro, a participação da população na construção das reivindicações. A questão central é a mediação entre essas duas perspectivas – técnico-científica e reivindicatório-participativa¹⁶.

Muitos dos levantamentos e análises que serão apresentados nas próximas páginas tomaram como referência a divisão do Rio Grande do Sul em 24 COREDES (figura 1).



Neste estudo, nosso objeto de análise será o COREDE Noroeste Colonial, onde a investigação abordará indicadores sócio-econômicos e, em especial, o QL como medida de especialização dos municípios que compõem a referida região (figura 2).



4. O COREDE Noroeste Colonial

A região do COREDE Noroeste Colonial é formada por 32 municípios, onde predomina a população rural e conseqüentemente a atividade agropecuária.

Municípios pertencentes ao COREDE Noroeste Colonial: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuipe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguá, Nova Ramada, Panambi, Pejucara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

A partir da constatação de que o Noroeste Colonial apresenta considerável quantidade de propriedades rurais, há a necessidade de apresentarmos algumas fundamentações teóricas relativas ao rural em termos territoriais.

Considerando o rural como território, busca-se o enfoque integral da sociedade rural e a dinamização de suas próprias economias, o que possibilitará o avanço em nova concepção de políticas públicas¹⁷. Tal concepção é pertinente, pois se baseia na evidência de que a maior parte das políticas públicas aplicadas nos territórios rurais latinoamericanos contemplam parcialmente os elementos que constituem essa visão integral de ordem regional e territorial¹⁸.

Para definir região na abordagem aqui apresentada¹⁹, é fundamental a disposição dos agentes internos²⁰ em conversar, dialogar e que se sintam identificados com aquilo em que estão dispostos a "fazer" por iniciativa própria. Numa cadeia de interesses e identidades – origens de colonização, características de suas propriedades, uma certa ideologia, na qual o conjunto da sociedade seja representada identitariamente, com certa solidariedade, constituindo estruturas dialogantes.

A tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade. A visão territorial propõe revalorizar esses elementos, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

Identificar o "potencial" de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o "potencial de uma região" deve ser pensado como a capacidade de ela mesma dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus

dependentes; isso, com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente.

5. Apresentação e análise dos dados

Identificou-se o peso relativo de cada macrossetor²¹ produtivo, comprovando assim que a atividade agropecuária caracteriza a região como predominantemente rural²², onde mais de 30% do Valor Adicionado Bruto – VAB é gerado na agropecuária, conforme é verificado nas Tabelas 1 e 2. Na tabela 2, podemos verificar a composição do VAB dos municípios e a proporção da população rural, o que nos possibilita inferir sobre a ruralidade dos municípios da região, cuja economia e crescimento pode se basear na produção e na exportação de produtos primários básicos²³ e, como veremos na análise dos indicadores, o produto de exportação não se limita a apenas único produto ou item de produção. A agropecuária é a principal fonte de integração da comunidade com o exterior. Como a demanda dos produtos agrícolas não tem que ser exclusivamente interna, isso possibilita a garantia de mercados externos de livre demanda, que são, usualmente, a fonte de demanda autônoma necessária ao desenvolvimento de sua divisão regional mercantil.

Tabela 1 - Indicadores de macroespecialização dos COREDES e do Rio Grande do Sul nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – 2004

COREDES	ESTRUTURA DO VAB (%)			POPULAÇÃO	
	A ⁽¹⁾	I ⁽²⁾	S ⁽³⁾	Nº	Part. (%)
Alto da Serra do Botucaraí	45,97	12,54	41,49	104.709	0,98
Alto Jacuí	34,60	21,41	43,99	163.346	1,52
Campanha	31,63	28,55	39,82	221.905	2,07
Central	29,83	18,23	51,95	521.695	4,86
Centro-Sul	29,66	36,90	33,43	249.016	2,32
Fronteira Noroeste	24,82	42,53	32,65	209.999	1,96
Fronteira Oeste	40,15	20,51	39,34	576.907	5,38
Hortênsias - Campos de Cima da Serra	23,04	31,31	45,65	204.483	1,91
Jacuí-Centro	41,08	18,07	40,85	150.822	1,41
Litoral	19,55	18,45	62,00	274.253	2,56
Médio Alto Uruguai	52,49	10,84	36,67	176.378	1,64
Metropolitano Delta do Jacuí	1,34	47,07	51,59	2.453.174	22,87
Missões	36,07	21,02	42,91	259.584	2,42
Nordeste	47,00	19,89	33,11	132.992	1,24
Noroeste Colonial	34,11	23,20	42,69	306.086	2,85
Norte	28,61	36,82	34,57	220.764	2,06
Paranhana-Encosta da Serra	6,09	56,92	36,99	204.538	1,91
Produção	27,02	31,30	41,68	443.433	4,13
Serra	14,11	55,81	30,07	809.368	7,55
Sul	19,02	39,01	41,97	863.911	8,05
Vale do Cai	19,31	49,78	30,91	163.445	1,52
Vale do Rio dos Sinos	0,45	60,02	39,53	1.284.525	11,98
Vale do Rio Pardo	22,73	46,55	30,72	411.225	3,83
Vale do Taquari	23,57	47,06	29,37	319.505	2,98
Rio Grande do Sul	16,34	42,66	41,00	10.726.063	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade e Social.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Estrutura do Valor Adicionado Bruto; (1) Agropecuária; (2) Indústria; (3) Serviços.

Tabela 2 - Indicadores de população e Macrossetores produtivos do COREDE Noroeste Colonial

Municípios	População Urbana (nº habitantes)	População Rural (nº habitantes)	Pop rural/Pop Total (%)	VAB Agrop./ VAB Total Dados do Municipal (%) (1)	VAB Ind/VAB Total - Dados do Municipal (%) (2)	VAB Serv./VAB Total - Dados do Municipal (%) (3)	PIB Per Capita (R\$) (4)	Rendimento Domiciliar Anual per capita (R\$) (5)	Rend. Domiciliar Anual per capita / PIB per Capita (R\$)
Ajuricaba	3 759	3 950	51,24	54,83	4,16	41,01	6 943,83	2 826,18	40,70
Augusto Pestana	3 328	4 845	59,28	53,38	8,77	37,85	6 833,35	2 802,79	41,02
Barra do Guarita	1 106	1 881	62,97	38,07	4,06	57,87	5 197,52	1 784,56	34,33
Bom Progresso	1 011	1 820	64,29	50,72	2,23	47,05	6 202,76	1 767,34	28,49
Bozano	393	1 952	83,24	71,79	1,58	28,63	8 540,30	1 423,61	16,67
Braga	2 340	1 858	44,26	48,96	3,08	47,96	4 521,20	1 504,10	33,27
Campo Novo	4 617	2 104	31,30	41,01	14,57	44,42	6 399,35	2 044,72	31,95
Catuípe	6 180	4 018	39,40	54,54	5,96	39,49	6 626,30	2 924,27	44,13
Chiapeta	2 546	1 935	43,18	64,97	3,12	31,91	8 728,41	2 078,56	23,81
Condor	3 420	3 071	47,31	50,95	13,63	35,43	11 772,92	2 848,41	24,19
Coronel Barros	855	1 599	65,16	61,27	4,96	33,77	7 801,96	2 656,20	34,05
Coronel Bicaco	4 283	4 152	49,22	51,33	3,47	45,20	6 439,00	2 366,85	36,76
Crissiumal	6 124	9 056	59,66	48,38	13,11	38,51	6 099,60	2 169,55	35,57
Derrubadas	786	2 929	78,84	67,93	2,87	29,19	6 511,17	2 217,34	34,05
Esperança do Sul	423	3 332	88,74	62,43	2,45	35,11	5 420,77	1 294,55	23,88
Humaitá	2 666	2 562	49,01	56,70	9,74	33,56	8 011,86	2 660,30	33,20
Ijuí	67 397	11 064	14,10	11,22	20,47	68,31	7 596,47	3 923,79	51,65
Inhacorá	1 277	1 101	46,30	52,81	2,83	44,37	6 351,98	2 006,00	31,58
Jóia	1 975	6 309	76,16	63,73	3,85	32,43	11 001,57	2 158,78	19,62
Miraguaí	1 786	3 248	64,52	42,75	3,81	53,43	3 527,21	1 598,63	45,32
Nova Ramada	0	2 723	100,00	69,84	1,84	28,32	8 647,81	2 530,61	29,26
Panambi	28 291	4 319	13,24	14,63	40,74	44,62	10 252,13	3 764,80	36,72
Pejuçara	2 868	1 521	36,31	61,44	3,22	35,34	11 846,74	3 379,64	28,53
Redentora	2 762	6 084	68,78	47,93	2,99	49,08	4 141,87	1 128,92	27,26
Santo Augusto	11 044	3 382	23,44	39,12	8,39	52,49	7 537,78	2 592,41	34,39
São Martinho	3 010	3 311	52,38	50,47	7,69	41,84	6 112,32	3 026,93	49,52
São Valério do	461	2 164	82,44	59,17	1,80	39,03	5 006,86	1 519,52	30,35
Sede Nova	1 440	1 768	55,11	61,13	2,38	36,49	6 896,20	2 187,94	31,73
Tenente Portela	8 520	5 823	40,60	36,72	8,41	54,87	4 431,15	2 153,46	48,60
Tiradentes do Sul	1 521	5 976	79,71	51,71	3,25	45,04	4 273,31	1 765,56	41,32
Três Passos	18 144	6 512	26,41	14,56	49,91	35,53	10 398,93	3 160,04	30,39
Vista Caícha	520	2 205	80,92	69,84	3,10	27,05	8 750,83	2 351,91	26,88
COREDE	194 653	118 574	37,86	33,50	19,19	47,31	7 606,96	2 907,88	38,23

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Diretoria de Contas Nacionais.

Nota: VAB - Valor Adicionado Bruto; (1) Valor Adicionado Bruto da Agropecuária; (2) Valor Adicionado Bruto da Indústria; (3) Valor Adicionado Bruto de Serviços; Interno Bruto; (5) Exclui o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente e do empregado(a).

No noroeste colonial conforme a análise dos dados, e se adotarmos abordagem marxista – em que o enfoque teórico só pode ser usado em conjunto com a análise social e histórica, na qual a teoria não é analisada isoladamente, mas modificada por processos históricos concretos e examinada nas suas condições históricas, sociais e políticas – observa-se que a presença da agricultura pôde se dar de formas sutis e disfarçadas, estabelecendo "novas" formas de produção e de relação num processo que agrega a realização de várias atividades; diga-se, atividades urbanas e rurais. A percepção de adaptabilidade dos trabalhadores – rurais e urbanos – e da sua possibilidade de se adequar à lógica do capital, se dá sob o desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas²⁴. Conseqüentemente, propõe-se que a priorização da agricultura mostre que as atividades rurais são as fontes internas do desenvolvimento urbano, alavancando-o; e, no momento seguinte, reduzindo a participação da agropecuária no VAB e nas atividades da população ocupada da região²⁵.

Com VAB Total da Indústria superior a um quarto do VAB Total de todos os macrossetores (e/ou uma população industrial superior a um quinto da população total) poder-se-á suspeitar da existência de potencialidades imediatas na indústria regional. O que pode significar que uma elevada participação do VAB e/ou da população da agropecuária e da indústria indica o potencial desses macrossetores para gerar trabalho e renda. Já, a elevada participação do VAB e/ou da população no macrossetor serviços pode expressar a estruturalidade da crise produtiva da economia regional²⁶.

Tanto na comparação do Noroeste Colonial com os outros COREDES, quanto na sua comparação com os seus municípios, internamente – respectivamente Tabelas 1 e 2 – é evidente a elevada participação relativa do setor de serviços no VAB. Situação que poderia nos levar a inferir sobre a estruturalidade de uma crise produtiva da economia da região.

Hipoteticamente, o gargalo que pode ser perceptível, encontra-se no setor industrial, no qual a região apresenta participação relativa muito baixa, embora tenha apresentado crescimento nos últimos anos. Com o setor agropecuário muito presente e o de serviços com tal representatividade, acredita-se que há suporte suficientemente adequado ao setor industrial, cuja maior dinamismo e conseqüente crescimento pode se verificar, não só pela falta de maiores investimentos no fomento ao setor, mas talvez, pela deficiência de finanças públicas e de uma estrutura de transporte que reduza o tempo de percurso de escoamento da produção, visto que, principalmente 68% do VAB Industrial chega a um terminal rodoviário de transporte, em média, em uma hora. E, com relação aos acessos aos portos da Bacia Sudeste do Estado e Rio Grande, o tempo mais freqüente de acesso rodoviário varia entre três e sete horas. A estrutura viária é formada pela RS-155, de Ijuí à barranca do Uruguai, e pela BR-468/RS-210, na porção norte. Ou seja, grande parte dos municípios internos a esses quadrantes não tem acessibilidade a esses eixos. Por essa razão, dez sedes municipais não têm passagem pavimentada (Barra do Guarita, Vista Gaúcha, Derrubadas, Tiradentes do Sul, Sede Nova, São Valério do Sul, Inhacorá, Braga, Nova Ramada e Bozano)²⁷.

Agora, entre municípios da região, contraditoriamente, poder-se-á exemplificar como indicação de potencialidade o indicador VAB Ind de um município/VAB Total do COREDE a que pertence o município. Se observarmos os municípios de Três Passos (4.922 trabalhadores em comércio e serviços e 1.262 trabalhadores na indústria local e em setores relacionados) e Panambi (4.703 trabalhadores em comércio e serviços e setores relacionados e 5.605 trabalhadores na indústria e em setores relacionados), notamos que a atividade industrial apresenta ocorrências significativas para o contexto municipal²⁸ (Tabela 2).

Na apropriação e geração de renda, como pode ser visto na Tabela 2, a relação Rendimento Domiciliar Anual *per capita*/PIB *per capita* (RD/PIB) varia entre o máximo de 51,56% (Ijuí) e o mínimo de 16,67% (Bozano, município de emancipação datada de 16 de abril de 1996 – Lei nº. 10.741, originária de Ijuí). Esse indicador apresenta desvio padrão relativo de 8,41% e medida de variação relativa de 24,91% considerada de média dispersão²⁹. Essa variabilidade média "em torno da média" revela seu significado, ao tomarem-se os municípios como referência; o que por sua vez revela que a região apresenta uma proporção média de desigualdades regionais homogênea, se comparada com outras instâncias no Estado. Para se ter a dimensão da variabilidade desse indicador, exemplificando com dois casos extremos, a nível de Rio Grande do Sul, da relação Rendimento Domiciliar Anual *per capita*/PIB *per capita*, cujos valores relativos extremos é de 95,94% para Santa Maria e de 2,60% para Triunfo; esses valores revelam as desigualdades regionais no que diz respeito à geração e à apropriação de rendimentos. Dessemelhanças que podem ser explicadas pelo grau de controle dos agentes residentes sobre o excedente operacional gerado na região e pela carga tributária sobre as atividades realizadas internamente³⁰.

A relação Rendimento Domiciliar Anual *per capita*/PIB *per capita* está mais para um indicador de potencialidades do que de "negatividade", uma vez que a elevada apropriação regional de excedente pode ser mobilizada para a reconversão produtiva da região. Por outro lado, uma relação muito baixa, como a que ocorre em municípios como Triunfo, revela a existência de um "vazio" entre produção e apropriação que deve ser objeto de políticas públicas voltadas à "endogênização" do controle do excedente econômico gerado na região³¹.

Especificamente, no caso do Noroeste Colonial, conforme a análise aqui apresentada, identificam-se em termos relativos, propensão à geração e apropriação de rendimentos internamente, haja visto que a variabilidade na relação RD/PIB entre os municípios do Noroeste Colonial é considerada de média a baixa dispersão³²; propensão que pode ser alavancada via políticas públicas específicas para a região. Empiricamente, constata-se que atores locais³³ presentes em muitos dos municípios, tem apresentado um esforço endógeno, quer por meio de Programas Municipais de Desenvolvimento Territorial, quer por atividades extensionistas com vistas a qualificar a população a potencializar seus conhecimentos e particularidades nos diversos territórios existentes na região.

5.1 O potencial regional após a análise dos indicadores de especialização³⁴

Analisando os dados, identifica-se, por exemplo, que o diferencial da região que permite inserí-la em circuitos mercantis além de seus territórios é a intensa integração entre atividades agropecuárias, industriais e de serviços, marcadamente associada à predominante presença agropecuária alavancadora, setor cujo controle é realizado democraticamente *vis-a-vis* a presença da pequena propriedade e a articulação da população pelas associações, cooperativas e/ou instituições garantidoras dos interesses da classe. As multiespecializações identificadas no setor agropecuário traduzem-se em multiespecializações no setor de serviços – geram renda que, por sua vez, geram economias no entorno, mobilizando outros setores – que são mobilizados internamente pelo setor agropecuário altamente especializado. E, esse processo interdependente, para ser transformado efetivamente em "desenvolvimento endógeno", deve alavancar o setor industrial cujo potencial para desenvolvimento é corroborado por alguns indicadores de especialização.

Conforme informações analisadas, quanto aos QL's apresentados pelos municípios, relativos às culturas temporárias dos 32 municípios do Noroeste Colonial, o soja só não está presente em apenas três (Crissiumal, Três Passos e Vista Gaúcha). O trigo só não se faz presente em Tiradentes do Sul e Vista Gaúcha. A mandioca é cultivada em 19 municípios. A cana-de-açúcar está presente em 14 municípios e, conforme informações de extensionistas e agricultores familiares que tradicionalmente cultivam soja, há crescente interesse em aumentar a área plantada de cana em função do surgimento de agroindústrias familiares – no esforço de agregar valor ao produto com a produção de seus derivados – em detrimento da possível redução na área plantada de soja, conseqüência da descapitalização do agricultor familiar, o que torna inviável o cultivo da referida cultura. A aveia é cultivada em 17 municípios. O centeio desponta como produto com alta especialização relativa, ocorrendo em 18 dos 32 municípios da região (em Santo Augusto, o QL chega a 66,4112 enquanto Coronel Bicaco apresenta QL de 43,6701). Coronel Barros é o município que apresenta QL >1 em 9 produtos, seguido de Braga, Campo Novo, Derrubadas e Miraguaí, com 8 produtos apresentando QL superior a 1. Relativo à região do Noroeste Colonial, constante da Tabela 4, o QL >1, é verificado nas culturas do soja (2,3621), trigo (2,3858), mandioca (1,2671), aveia (1,6917), amendoim (1,0491), melão (1,2959), linho (2,6507) e centeio (10,9331).

Quanto aos QL's apresentados pelos municípios, relativamente às culturas permanentes, Miraguaí apresenta QL > 1 em 6 produtos, enquanto Bom Progresso, Esperança do Sul, Redentora, Tenente Portela e Tiradentes do Sul apresentam QL

> 1 em 5 produtos. As culturas que ocorrem com maior frequência são: manga, mamão, abacate, pêra e erva-mate. No tocante à região do Noroeste Colonial, o QL >1, é verificado nas culturas de manga (1,1356) e erva-mate (1,0863).

Os QL's > 1 são apresentados em pecuária pelos municípios de Crissiumal, Panambi e Tiradentes do Sul em 5 produtos; Barra do Guarita, Ijuí, Miraguaí, Tenente Portela e Vista Gaúcha possuem QL superior a 1 em 4 produtos. O leite apresenta QL > 1 em 25 municípios, o suíno apresenta QL > 1 em 14 municípios, o mel de abelha, em 11 municípios. Relativamente à região do Noroeste Colonial, constante da Tabela 4, com QL >1, o leite (1,7273) é o que mais se destaca, seguido do suíno (1,0755).

A média (3,8118) dos QL's do município de Santo Augusto é a mais elevada dentre os 32 municípios; o coeficiente de variação (3,6070) e o desvio padrão (13,7492) acabam sendo os maiores, também. O que vem a confirmar o argumento de que as regiões mais urbanizadas e economicamente consolidadas apresentam diversificação produtiva interna maior³⁵ (independente de qual tenha sido o padrão de especialização original que inicialmente "iniciou" a urbanização da região). Por outro lado, Vista Gaúcha é o município que apresenta o menor desvio padrão (0,4964) e o segundo menor coeficiente de variação (1,1457) dos seus QL's (indicação de não-especialização comparativamente com as outras economias).

É importante assinalar o problema de limitação matemática apresentada na análise dos dados, referente aos QL's do centeio, que revela ser inadequado comparar municípios que apresentam desigualdades regionais acentuadas em sua estrutura sócio-econômica. Os municípios onde aparece a cultura de centeio com elevado QL – como por exemplo, Coronel Bicaco (43,6701), Nova Ramada (23,8813), Panambi (21,6940), Santo Augusto (66,4112), Redentora (31,9967) – coincidem com as localidades onde a população urbana é bem superior à rural, e cuja a participação no emprego no setor agropecuário considerada baixa, monopoliza o referido cultivo³⁶.

5.2 Considerações à análise dos dados

Investigando o Noroeste Colonial, identificou-se tratar de região predominantemente agrícola.

Conseqüência das especializações em atividades agropecuárias, dos 32 municípios do COREDE; em 26, a participação do VAB na indústria não chega a 10%, situação que justifica o argumento de que especializações geram desespecializações.

Pela avaliação da desigualdade no PIB *per capita*³⁷, podemos verificar o grau de desigualdades entre os municípios. Ao verificar o PIB per capita, exercitou-se uma forma de medir a dispersão entre valores. Analisando os extremos da distribuição de valores dos PIB's *per capita*, para o que se tomou a média dos 8 municípios mais pobres e dos 8 mais ricos, comparou-se a diferença entre eles com o PIB per capita médio. Observou-se que a diferença entre o PIB *per capita* médio dos 8 municípios mais pobres (R\$ 4.564,99) e dos 8 mais ricos (R\$10.174,92) importava em 0,78 vezes o PIB *per capita* médio estadual (R\$ 7.150,73). Ou seja, a distância que separa os extremos de riqueza e de pobreza no Noroeste Colonial não é considerável. O que não ocorre numa comparação com o restante do Estado. Pois se compararmos, por exemplo, o PIB *per capita* a preços de mercado de 2000 e 2004, teremos: para o ano de 2000, a diferença entre o PIB *per capita* médio dos 8 municípios mais pobres do Rio Grande do Sul (R\$ 2.995,57) e o dos 8 mais ricos (R\$ 34.725,63) importava em 4,29 vezes o PIB *per capita* médio estadual (R\$ 7.385,31). Enquanto que para o ano de 2004, a diferença entre o PIB *per capita* médio dos 8 municípios mais pobres (R\$ 4.949,57) e o dos 8 mais ricos (R\$ 74.701,61) importava em 4,98 vezes o PIB *per capita* médio estadual (R\$14.010,86). Ou seja, a distância que separa os extremos de riqueza e pobreza no Estado é considerável. Sendo assim, podemos considerar o Noroeste Colonial como relativamente homogêneo.

Em detrimento da ocorrência de especializações, em menor intensidade, no setor industrial, convém notar: as especializações agropecuárias em linho, trigo, soja, leite e suíno se desdobram em sucessivas especializações nos segmentos industriais de óleos vegetais, moagem de trigo e fabricação de derivados, fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura, fabricação de produtos do latifínio, sorvetes, bebidas, abate de aves e outros pequenos animais. Nos segmentos de especialização em serviços: serviços de seguridade social, crédito cooperativo, atividades de atendimento hospitalar, outras atividades associativas, comércio atacadista de leite e produtos do leite, educação superior e educação profissional de nível técnico, etc. São setores integrados que devem ser os primeiros a ser objeto de investigação num aprofundamento de pesquisa voltada a determinar o nível superior de potencial endógeno regional com vistas a, por exemplo, promover o processo de desenvolvimento do setor industrial.

6. Tensão entre o local e o global: o caso de Crissiumal³⁸

Com a população de 15 mil habitantes, Crissiumal situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (figuras 1 e 2), inserido na Microrregião Celeiro.

Emancipado do município de Três Passos no ano de 1954, o município de Crissiumal possui 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros. Além das agroindústrias do Pacto Fonte Nova³⁹, destacam-se a indústria moveleira e de calçados. De agropecuária diversificada, cerca de 62 % da população mantém residência no meio rural⁴⁰.

Na perspectiva territorial de nova ruralidade, a nova forma de gestão do desenvolvimento, o Pacto Fonte Nova, revela a tensão entre o local e o global. Onde os alambiques de cachaça que existem tradicionalmente nos costumes locais, são regularizados conforme a exigência da Legislação. Essa atividade constitui alternativa viável, no sentido da persistência e reprodução de muitas famílias no meio rural da região de estudo. Proporciona estabilidade no nível de renda, emprego e qualidade de vida; desempenha um papel de desenvolvimento local sustentável ao proporcionar diversificação da atividade econômica.

Em Crissiumal, a agroindustrialização da cana-de-açúcar foi iniciada em meados de 1998, inclusive com Selo de Garantia, possibilitando a produção de derivados como cachaça, melado e açúcar mascavo, e conseqüente utilização do bagaço como adubação orgânica e alimento para o gado. Evidencia os tratos ecológicos e a questão ambiental, seja no plantio, na capina e na rebrota. A comercialização dos produtos é realizada a nível local, regional e estadual, com registro de exportações para outros países, como Chile e Alemanha. Com isso, o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova⁴¹ gerou mais de 210 empregos diretos, industrializando mais de 100 produtos e com faturamento bruto anual no ano de 2002 superior a 1,5 milhões reais. Nos últimos três anos, Crissiumal recebeu mais de 250 caravanas e excursões que vêm dos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul, de outros estados e países (superando os 11.000 visitantes), com o objetivo de conhecer a iniciativa de agroindustrialização local.

Uma alternativa de reprodução social adotada em resposta à tensão entre um movimento global de modernização agrícola excludente e as iniciativas locais, em conjuntura universalizante onde o rural se apresenta "urbanizado" numa nova ruralidade, pluriativa como forma de "sobrevivência" em ambiente maior – o sistema capitalista.

Considerações finais

A tese defendida neste ensaio é a de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região.

Tese que aproxima a idéia de potencial – alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação – da idéia de especialização, que fala de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo subordinação). Uma tese que alimenta resistências, especialmente daqueles segmentos sociais mais fragilizados no interior do padrão atual de reprodução da vida material.

Como considerações finais, apresenta-se o Noroeste Colonial com estrutura produtiva relativamente distribuída, que embora o setor industrial apresente participação relativa inferior, identifica-se o potencial de superação de tal gargalo a partir da identificação de algumas políticas públicas municipais, como é o caso de Crissiumal e de outros municípios próximos, cujo desempenho está condicionado a maior articulação entre as lideranças locais, no sentido de tornar comum seus interesses.

Finalizando este estudo, vale dizer que os limites de um desenvolvimento local endógeno não são fixos.

Um exemplo bem simples pode ilustrar as considerações finais: uma criança não se torna adulta, capaz de sustentação e auto-determinação, sem internalizar criticamente e dentro de padrões e organizações particulares e individuais as interdições que garantem sua reprodução na sociedade. Porém, nenhuma criança se torna adulta sem a mediação "endógena" da autoridade e da educação. Toda a criança em transição para a fase adulta é um sistema em desenvolvimento endógeno. Mas um sistema que vive dentro de outro sistema – a família, que vive dentro de outro – a comunidade, a localidade, que vive dentro de outro – a sociedade, a nação, e assim por diante. Nenhum destes subsistemas pode se desenvolver sem relação com o (vale dizer, sem depender do, sem se moldar pelo) sistema maior do qual é parte. E, por definição, nenhum subsistema pode se desenvolver ou alcançar auto-determinação, se depender apenas das impulsões do sistema maior.⁴²

Ora, um determinado subsistema apresenta desenvolvimento (rigorosamente) endógeno quando esse processo é articulado desde dentro, não contando com qualquer auxílio ou investimento do sistema maior, mas contando com a mobilização e acumulação de recursos dos agentes beneficiários do processo, que habitam na região e que são os responsáveis pela conquista e colocação da produção regional no exterior⁴³. Empiricamente, identifica-se (ao me-

nos, hipoteticamente numa fase inicial) o fundamento legítimo do modelo de desenvolvimento regional apontado contemporaneamente por North⁴⁴. Onde a especialização produtiva regional controlada a partir de dentro e planejada com vistas a deprimir a volatilidade da renda dos agentes internos apresenta-se como instrumento de alavancagem da mercantilização, da urbanização, da divisão do trabalho e da produtividade daquelas regiões caracterizadas pela limitação do tamanho do mercado interno. Como é o caso de Crissiumal, onde na relação com o exterior, há a endogeneização das condições de desenvolvimento.

Notas

¹ Passando por cima das etnias, como é o caso das nações indígenas (VERDE, 2004, p.17).

² VERDE (2004, p.16).

³ ABRAMOVAY (2000) Apud VERDE (2004, p.16).

⁴ PAIVA (2005).

⁵ PAIVA (2005, p.1).

⁶ PAIVA (2006b, p.1).

⁷ Evidentemente, que a utilização de outras técnicas analíticas aumenta a capacidade do pesquisador em compreender os problemas que esteja investigando (HADDAD, 1989, p.225).

⁸ PAIVA (2006d).

⁹ Esta produção básica será usualmente, mas não necessariamente, agropecuária. Na verdade, quanto menos desenvolvida for a região, maior a probabilidade de que sua produção de exportação seja agropecuária (PAIVA, 2006d Apud NORTH, 1977, p.333-343). Conforme Paiva (2006d), ainda que por “homogeneidade da produção básica” queremos dizer tão somente que cada um dos bens básicos de maior expressão econômica (seja no plano da ocupação da mão-de-obra, seja no da agregação de valor) devem ser produzidos, senão em toda a região, na maior parte dela. Logo, a homogeneidade da produção básica de uma região não implica, nem em monocultura ou monoespecialização, nem mesmo em supressão de toda e qualquer heterogeneidade interna à região.

¹⁰ Como se entende que o planejamento do desenvolvimento de determinado território deve se pautar na mobilização de agentes com interesses comuns, e a regionalização adequada a esse “planejamento participativo” é a que resgata a comum-idade de interesses, então a regionalização adequada a esse padrão de planejamento é a que resgata homogeneidades produtivas. É a que resgata homogeneidades produtivas que articulam grande número de agentes do território em consideração; homogeneidades que só se dizem presentes na produção de bens básicos no sentido de North, vale dizer, de bens que se destinam ao consumo de agentes residentes em outros territórios.

¹¹ HADDAD (1989, p.23).

¹² PAIVA (2006a, p.7).

¹³ PAIVA (2006a, p.7).

¹⁴ ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2006, <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>

¹⁵ Em primeiro lugar porque, por mais questionáveis que tenham sido as determinações que levaram à criação das associações municipais nas quais foram embasados os Coredes, essas determinações comportam materialidade e enraizamento social, devendo ser incorporadas entre os determinantes da regionalização. Em segundo lugar, porque os Coredes já contam com história, e toda a história tem efetividade, tem efeitos reais que não podem ser ignorados sem impor prejuízos ao processo de desenvolvimento sócio-econômico (PAIVA, 2006c)

¹⁶ PAIVA (2006c).

¹⁷ Como em geral, a política para o setor rural é decidida e instrumentada em outros âmbitos institucionais do setor público, sem adequada coordenação por parte das autoridades públicas pela problemática rural, uma visão ampliada do rural. Engloba as diversas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas que se desenvolvem no âmbito rural e reconhece a multiplicidade de objetivos e funções do desenvolvimento rural; torna ainda mais necessária a coordenação institucional na aplicação das políticas públicas, uma vez que essas atividades geram novos atores, novas necessidades e grande quantidade de oportunidades de emprego e geração de riqueza (Piñeiro, 2000 Apud PERICO e RIBEIRO, 2005, p.28).

¹⁸ PERICO e RIBEIRO (2005).

¹⁹ Inspirado em PAIVA (2006).

²⁰ Coletivo organizado – produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado, comércio, indústria, serviços, ...

²¹ PAIVA (2004, p.28).

²² Professor José Eli da Veiga em seu site <www.econ.fea.usp.br/zeeli/> Apud PAIVA (2004, p.28.)

²³ No sentido de NORTH (1977, p.333-segs.). Aqueles que exportam e por sua vez geram renda que por sua vez gera economias no entorno, mobilizando outros setores – mobilizados internamente, não esperando a ajuda do Estado.

²⁴ SCHNEIDER, 2005.

²⁵ A redução da elevada participação da agropecuária no VAB e na ocupação da população é necessária, pois essa alta participação correlaciona-se de forma negativa com o PIB *per capita* regional.

²⁶ PAIVA (2004, p.30).

²⁷ Rio Grande do Sul, Rumos 2015. Relatório v.1, p.92.

²⁸ Os dados para Indústria e Serviços (número de empregados e de estabelecimentos por classe CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) por município e por COREDE) foram consolidados a partir do sistema RAIS (Relatório Anual de Indicadores Sociais) do Ministério do Trabalho, para o ano de 2005.

²⁹ Média dispersão se forem consideradas as desigualdades regionais existentes no Estado do Rio Grande do Sul.

³⁰ Não há dúvida de que os proprietários das empresas que operam no Pólo Petroquímico de Triunfo não são residentes no município; mas a carga tributária que incide sobre as atividades do Pólo não reverte necessariamente para o município, ou seja, sobre a forma de pagamento de salários do funcionalismo público “residente” da cidade de Triunfo. Santa Maria, uma cidade que não é tipificada como industrial, e sim uma cidade-pólo de serviços, inclusive públicos e administrativos, beneficia-se com a transferência de recursos estaduais e federais em montantes que provavelmente superam a contribuição tributária do município.

³¹ Inspirado em PAIVA (2004, p. 35-36).

³² A renda que é apropriada parcialmente pela região, poderia ser considerado um gargalo se considerássemos no setor agropecuário, que as culturas do soja cuja maior parte da renda gerada é apropriada por não residentes nos territórios onde é desenvolvida a cultura. Haja vista a utilização de grandes áreas cultivadas, haja visto a presença de complexos agroindustriais e transnacionais presentes no desenvolvimento e na utilização da transgenia associada a sementes e produtos utilizados intensiva no desenvolvimento da cultura. E, por outro lado, a identificação de atividades que estão sendo desenvolvidas por grupos de agricultores familiares que historicamente cultivavam soja e que hoje já pensam em substituir a cultura por outra atividade mais viável à sua reprodução e (re)inserção social.

³³ Um coletivo organizado com certa solidariedade, um capital social “básico”, comunidades e associações, lideranças políticas, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado e uma Universidade – como espaço não-político que organiza reflexão, com autonomia e assume posição que, em última instância é ouvida por todos.

³⁴ O QL informa quantas vezes o serviço e/ou produto é mais importante para a região analisada *vis-à-vis* à região de referência. Ajudando na formulação e/ou argumentação de hipóteses.

Por exemplo; tabelas 3, 4, 5 e 6:

– o QL do leite para o noroeste colonial é de 1,7372. Dada a região de referência Rio Grande do Sul cujo QL é igual a 1. O noroeste colonial se dedica 1,7372 vezes mais na produção desse produto; ou, o Noroeste Colonial é 1,7372 vezes mais especializado na produção do produto, ou então, comparativamente à região de referência, esse produto é relativamente mais importante ou contribui mais para a caracterização da estrutura econômica e produtiva, bem como para identificar no produto o potencial endógeno da região na produção do produto objeto de análise, pois $QL > 1$; significa que há especialização na produção e conseqüentemente potencial para exportação para outras comunidades.

– o QL do leite para o município de Crissiumal é de 3,9993. Comparativamente, superior em 3,9993 vezes o QL do Rio Grande do Sul, ou então, comparativamente superior ao QL da região noroeste colonial. Identificando que o setor leiteiro em Crissiumal apresenta maiores possibilidades para produção e exportação para outras comunidades, reforçando que o setor é relativamente mais importante na economia que suporta o território.

– quando se identificam vários produtos com QL's superiores a 1, indica-se a existência de multiespecializações". Adota-se aqui, que a perspectiva da multiespecialização é característica das economias desenvolvidas, em contraposição às economias estagnadas e excluídas da divisão

interregional do trabalho – que tendem à diversificação autárquica – e às economias satelizadas – que tendem à monoespecialização.

*Multiespecializações – a esse respeito, lembra-se dos cepalinos. Para esses, o problema da inserção/especialização periférica na divisão social do trabalho não se resolve pela diversificação da pauta produtiva. A diferença entre ser especializado apenas em café, ou sê-lo também em açúcar, soja, minério de ferro, borracha, etc., se circunscreve à maior ou menor instabilidade das exportações, da renda interna, do câmbio e dos preços. Da perspectiva da Cepal, uma economia primário-exportadora diversificada ainda é perversamente especializada. E isso na medida em que a questão substantiva não é a diversificação da pauta produtiva, mas a agregação de valor associada à industrialização e ao domínio tecnológico.

³⁵ PAIVA (2006a) 76,56 % da população de Santo Augusto é considerada urbana. A participação do VAB dos Serviços alcança 52,49%.

³⁶ Por isto mesmo, se tomamos (equivocadamente) o valor absoluto do QL como medida simples e direta de grau de especialização, acabamos superdimensionando a especialização real de uma região periférica pelo fato de ela ter grande participação relativa em um nicho produtivo no qual a macrorregião de referência não tem expressão. Em particular, aquelas atividades cuja distribuição territorial e importância econômica global é condicionada pela natureza (mineração, geração de energia hidroelétrica, etc.) ou por determinações político-estratégicas (manutenção de aeronaves militares em bases aéreas fronteiriças, p.ex.), podem gerar QL's superdimensionados, se se toma como referência a expressão efetiva (absoluta e percentual) daquelas atividades na mobilização da renda e do emprego, seja na região analisada, seja na macrorregião de referência (PAIVA, 2006a, p.12)

³⁷ MONASTERIO e ÁVILA (2004) *Apud* Rio Grande do Sul, Rumos 2015. Relatório v.1, p.43. MONASTERIO, L. e ÁVILA, R. Uma análise espacial do crescimento econômico do Rio Grande do Sul (1939-2001), ANPEC, Anais do XXXII Encontro Brasileiro de Economia, João Pessoa, PB, 2004 – Regionalizações.

³⁸ Objeto de estudo da minha dissertação de mestrado no PPGDR.

³⁹ Surgiu na comunidade de Crissiumal-RS, em dezembro de 1998, fruto da mobilização das lideranças locais que entendiam ser necessário implantar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando nova alternativa econômica para os pequenos proprietários rurais e fortalecendo a economia local com a produção de alimentos e produtos, gerando empregos e receitas públicas. Para facilitar aos consumidores a identificação dos produtos de origem no município, decidiu-se pela criação de um SELO de Qualidade, nascendo a marca Fonte Nova.

⁴⁰ PACTO FONTE NOVA (2006).

⁴¹ O Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial de Crissiumal mobilizou as principais entidades e lideranças locais, destacando-se no Conselho de Administração, a Prefeitura Municipal de Crissiumal; EMATER-RS; Associação Comercial e Industrial; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural; SICREDI; Banco do Brasil; Banrisul; Caixa Econômica Federal; Conselho Municipal de Agropecuária; Associação dos Técnicos Agrícolas e Câmara Municipal de Vereadores.

⁴² PAIVA (2006, p.4).

⁴³ A articulação com o exterior é altamente potencializadora do desenvolvimento endógeno (PAIVA, 2005).

⁴⁴ Usualmente conhecido como “modelo de base de exportação”, uma vez que se pode identificar, pelo menos inicialmente, a transformação de tensa relação difuncional entre “tamanho de mercado” e divisão de trabalho, de contradição retardadora do processo de desenvolvimento, em fator de alavancagem desse mesmo desenvolvimento que só é possível pela solução exportadora (NORTH, 1955, p.243-258 *Apud* PAIVA, 2004, p.24-25). Havendo uma dupla identificação e mobilização: dos segmentos internos capazes de produzir um excedente *vis-a-vis* à demanda regional e de comunidades externas aptas a demandar aquela produção excedente a preço igual ou superior ao somatório dos custos efetivos de produção.

Referências

- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL: Regiões dos COREDES.
Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>>. Acesso em: 04 fev. 2006.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: *I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.
- HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *Economia regional: Teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1989.
- NORTH, Douglass C. *A agricultura no crescimento econômico regional*. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.333-343.
- PACTO FONTE NOVA. *Programa municipal de desenvolvimento agroindustrial*. Disponível em <<http://www.pactofontenova.com.br/historico.php>>. Acesso em: 30 out. 2006.
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas*. In: *Indicadores econômicos*. v.16. n.2. Porto Alegre: FEE, 2006a.
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Desenvolvimento endógeno e potencialidades regionais*. Porto Alegre: FEE, 2006b (mimeo).
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel; TARTARUGA, Iván G. Peyré. *Sabedoria e ilusões da análise regional*. Porto Alegre: FEE, 2006c (mimeo).
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Re-regionalizar o RS para planejar o desenvolvimento endógeno dos territórios retardatários: um programa de pesquisa em curso*. Porto Alegre: FEE, 2006d. (mimeo).
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável*. In: *Anais nas primeiras jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?* In: Documentos FEE. n.59. Porto Alegre: FEE, 2004.
- RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Coordenação e Planejamento. *Rumos 2015 – Estudo sobre desenvolvimento regional e Logística de Transportes no RS*. Consorcio Booz Allen – FIPE – HLC. Porto Alegre, 2006.
- PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Marília Pilar. *Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável*. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.
- SCHNEIDER, Sergio. *O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural*. Porto Alegre, UFRGS, 16 set. 2005. Palestra ministrada aos professores, alunos e convidados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.
- _____. *O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural*. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília: agosto, 2005.
- VERDE, Valéria Villa. *Territórios, ruralidade e desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, 2004.

Resumo

O estudo objetiva apresentar o QL como a medida de especialização regional difundida em pesquisas voltadas à identificar a estrutura econômica e potencialidades endógenas para o desenvolvimento dos territórios, revelando setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para produção, (re)identificando a economia que suporta os territórios. A metodologia de abordagem de pesquisa exploratória demonstra a importância do espaço nos processos de desenvolvimento, numa perspectiva que considera a superação do nível de especialização agropecuária de uma região como ponto de partida do processo de desenvolvimento regional. Os resultados e conclusões do estudo permitem conceituar território como unidade de planejamento e gestão considerando a singularidade cultural de determinado lugar e região como uma construção social resultado de um processo de regionalização. A tese defendida é de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região, seria a sua especialização atual.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Economia regional; Especialização.

Abstract

The objective of this paper is to discuss the role of specialization in the process of regional development. We start by showing the importance of space in the development process, taking into consideration the specialization level of the region, meaning that the main indicator of potentials for domestic development of a region is what really exists in it. We discuss a new interpretation of the widely used measure of regional specialization – the Location Quotient – that liberates it from the traditional limits of the level of employment in different sectors of the economy.

Key words: Regional development; Regional economics; specialization.

Resumen

El objetivo de este trabajo es discutir el papel de la especialización en el proceso de desarrollo regional. Al principio vamos a mostrar la importancia del espacio en el proceso de desarrollo, tomando en consideración el nivel de especialización de la región, considerando que el principal indicador para medir las potencialidades del desarrollo endógeno de una región es lo que realmente existe en la misma, o sea su especialización actual. Discutiremos una nueva interpretación de la medida de especialización – el cociente locacional – que se aleja de los tradicionales límites del nivel de empleo en los diferentes sectores de la economía.

Palabras clave: Desarrollo regional; Economía regional; Especialización.

João Maurício Adeodato

Mestre e Doutor pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado pela Fundação Alexander von Humboldt, na Universidade de Mainz. Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife. Pesquisador I-A do CNPq.

***Formação
universitária,
exercício profissional
e especialização na
área do direito***

Introdução: O estado da arte, no que diz respeito a discordâncias institucionais

Nos anos imediatamente posteriores à edição da Portaria 1886, em 1994, a Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tinha seu trabalho facilitado por grande identidade entre seus membros e as comissões competentes do Ministério da Educação. São exemplos disso a primeira comissão do Exame Nacional de Cursos, antigo “Provão”, e as diversas comissões da Secretaria de Ensino Superior, cujas composições incluíam membros da própria comissão da OAB. Hoje, diversamente, nota-se disparidade de perspectivas entre as duas instituições. Exemplo disso é a nova comissão instituída pelo MEC, em outubro de 2006, sem qualquer comunicação à Ordem, depois de a Comissão de Ensino Jurídico ter encaminhado várias sugestões, fruto de trabalhos imediatamente anteriores, realizados a convite do próprio MEC, os quais foram e permanecem simplesmente ignorados.

Há outra falta de unidade em relação ao trabalho desenvolvido pelas diferentes instituições que se ocupam do ensino jurídico no País, tais como o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), a Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi) e o Colégio Brasileiro de Faculdades de Direito. Dentre outros aspectos, lamentam a falta de conexão entre si.

Dentro da própria OAB, por seu turno, detecta-se também falta de homogeneidade entre a CEJ e a Comissão de Exame de Ordem, sem contar aquela existente entre as mesmas duas comissões em seus âmbitos seccionais. A CEJ do Conselho Federal tem enfrentado dificuldades, por exemplo, porque algumas seccionais não enviam os pareceres e nem sequer os dados solicitados (estatísticas de Exame de Ordem, realização e relatórios de visita às faculdades etc.), seja no que concerne aos processos de autorização, seja de reconhecimento.

A principal discordância entre a CEJ e a Comissão de Exame de Ordem, em seu âmbito federal, parece dizer respeito exatamente aos conteúdos que devem estar presentes no currículo mínimo das faculdades de direito. Claro que ambas as comissões têm suas próprias atribuições a cuidar, dentre as quais ressalta, no que

concerne à Comissão de Exame de Ordem, o problema de sua unificação nacional, a qual, apesar de óbvia em um país no qual a licença para advogar não se restringe a âmbitos estaduais, enfrenta resistências tenazes.

Do outro lado, na esfera interna do Ministério da Educação, também percebem-se concepções díspares, quando não antagônicas. Aqui cabe registrar aquela existente entre as políticas de graduação, a cargo da Secretaria de Ensino Superior, SESu, e de pós-graduação, sob o comando da Fundação Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, a CAPES. Com efeito, há uma política francamente expansionista da parte da primeira, inclusive ignorando solenemente pareceres fundamentados em contrário da CEJ, levando a uma desmedida expansão do ensino privado e à autorização e credenciamento de mais de mil faculdades de direito no momento no País. Do lado da CAPES, os pedidos para autorização de cursos de mestrado, para não falar nos de doutorado, encontram índice de noventa por cento de rejeição. Isso levando em conta a íntima relação entre os dois setores, propugnada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual exige percentual de mestres e doutores nos cursos de graduação, que jamais encontrará satisfação diante das políticas dos dois órgãos, ainda que submetidos ao mesmo Ministério, diametralmente opostas.

Nada disso sói estranhar neste país. Dois exemplos farão corar o leitor.

O primeiro deles é o caso do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Goiás. Não se quer aqui criticar os critérios da Comissão da Área de Direito da CAPES, mas simplesmente chamar atenção, como diz o subtítulo acima, para as discordâncias institucionais. Esse Curso de Mestrado foi descredenciado pela CAPES, sob diversos argumentos técnicos, cuja propriedade, repita-se, não está aqui sob julgamento. Ocorre que cabe ao Governo Federal, e daí ao Ministério da Educação, prover condições para o bom funcionamento de instituições a seus cuidados. Um curso de mestrado tradicional, em instituição pública federal, único existente há 19 anos, em uma região reconhecidamente carente nesse ponto, há três anos tenta, debalde, voltar ao sistema nacional de pós-graduação em direito. E um órgão do próprio governo descredencia o que o governo não fez.

Outro exemplo vem da Universidade Federal de Pernambuco. Com um Programa de Pós-Graduação em Direito consolidado e tradicional, em região ainda hoje carente na área, foi incentivada por sua Reitoria e pela própria CAPES, ao credenciar seu Curso de Doutorado em 1996, a qualificar os corpos docentes de faculdades no seu entorno, por meio dos mestrados e doutorados interinstitucionais, à época denominados “cursos fora de sede”. Com a extraordinária demanda reprimida, provocada pela expansão da graduação, além dos óbvios dividendos políticos,

a Reitoria da UFPE houve por bem assinar convênios com diversas instituições, a certa altura sem cuidar de avaliar se haveria condições institucionais para o devido atendimento dos pleitos. De repente, o Programa da Faculdade de Direito do Recife se viu ameaçado de rebaixamento ou mesmo descredenciamento, abandonado pela própria Reitoria que o colocara nessa situação. Isso não chegou a ocorrer e o rasto desse trabalho foi dos mais auspiciosos: Universidades como a Federal de Alagoas, a Federal do Rio Grande do Norte, a Federal do Piauí, a de Fortaleza e muitas outras tiveram alavancados seus próprios programas de pós-graduação devido ao trabalho da Faculdade de Direito do Recife. Hoje é indicador de excelência ou “solidariedade”, na avaliação da CAPES, o fato de uma instituição promover cursos fora de sede. Ora, pois, tudo está bem quando acaba bem.

Uma última referência se faz útil, esta apenas para menção, quanto à superposição de funções entre a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ministério mais infenso a pressões políticas, cujas competências para concessão de bolsas e fomento à pesquisa apresentam notória desconexão.

1. As argumentações que fundamentam as discrepâncias

Da perspectiva da OAB, a preocupação central é com o mau desempenho da profissão, que pode provocar e vem de fato ensejando danos irreparáveis à sociedade. Causam espécie considerações ainda hoje persistentes sobre sua competência para o exercício das funções delegadas para a Comissão de Ensino Jurídico, teclas reiteradas desde sua criação, tema no qual cabe mera remissão dogmática às normas jurídicas pertinentes. A competência da CEJ parece indiscutível: embora não vinculante, ela é muito importante como indutora de qualidade. No fundo, e aí vai uma opinião pessoal, a qualidade dos cursos de direito depende da ampliação de sua carga horária, meta que se pode observar na política da CEJ desde sua criação. Um curso com seis anos de duração; porém, tem contra si interesses de alta relevância social, em torno dos quais se unem alunos e empresários do ensino.

Certamente, a burocracia do MEC não vê com bons olhos o que lhes parece um imiscuir-se indevido da OAB em atribuições constitucionais e legais específicas. As pressões para extinção do exame de ordem vêm ao encontro de uma política de inserção formal de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, sob pressão dos critérios da comunidade internacional, aliada ao pouco investimento necessário à instituição de faculdades de direito.

Do ponto de vista do MEC, coincidência entre governos em outras áreas tão díspares, quanto os desses dois Presidentes da República que abarcarão 16 anos no comando do país, é ao mercado que cabe decidir a inserção profissional de enormes contingentes de formandos em direito, independentemente da necessidade, por parte da sociedade, de seus serviços, ou de critérios qualitativos que lhes parecem elitistas ou oriundos de reservas de mercado e temor de concorrência.

O argumento é a baixa proporção de jovens entre 18 e 24 anos no terceiro grau no Brasil, atrás de países supostamente mais atrasados da América Latina. A inserção desse público no ensino superior vem privilegiar o curso de direito, encarregado de satisfazer as estatísticas oficiais que o governo vai apresentar perante a comunidade internacional, alegadamente devido a seu menor custo.

Por parte da OAB, o tema envolve complexas questões de política interna. A utilização de critérios rígidos sobre o conhecimento das artes do direito no exame poderia configurar medida de alto custo político. Eventualmente provocaria perda de apoio no plano local e talvez até no nacional, o que, a experiência tem mostrado, forneceria combustível para eventuais oposições pregarem uma “abertura” de forte apelo eleitoral. Poderia também ser disfuncional para as Seccionais, que já enfrentam problemas de inadimplência, provocados pela proletarização da profissão, diminuir as receitas provenientes do grande aumento no número de advogados inscritos. Advogados influentes, mais administradores de cursos preparatórios do que causídicos, constituem também grupos de pressão que não podem ser ignorados.

2. Os problemas específicos da área de direito

Parece fora de dúvida, a crer nos indicadores, que a área de direito encontra-se em desvantagem diante de outros campos do conhecimento no Brasil, sejam as ciências “duras”, sociais, teóricas ou aplicadas. Se procede a afirmação de que as ciências biológicas e as matemáticas estariam acima da ciência do direito, dentro de um “ranking” dos diversos saberes, o ensino e a pesquisa em direito enfrentam o pior dos mundos possíveis. As aulas-conferência não são um mal em si, mas exigem professores altamente qualificados e, mesmo assim, não podem ser exclusivas. O problema do direito são os relatos descritivos do direito positivo que caracterizam aulas, cursos e produção bibliográfica. A própria qualidade do exame de ordem e dos concursos públicos vai na mesma direção. Não se problematiza, não se ensina a pensar. Não considera o currículo do candidato, sua história pregressa... Vários motivos levaram a esse estado de coisas.

Como a demanda por professores é muito grande e de caráter recente na história do País, não houve tempo para preparar esses profissionais. O resultado é um amadorismo atroz, em geral fruto de recrutamento de profissionais do direito para os quais o ensino é diletante e a pesquisa que o alimentaria é inteiramente desconhecida. O exame vestibular para o nível superior, na área de direito, praticamente desapareceu devido ao crescimento da atividade privada e ao número de vagas superior à demanda. Nas instituições públicas, nas quais ainda persiste unicamente pelo caráter gratuito das mesmas, o exame cai num pragmatismo dirigido pelos cursos secundários preparatórios, nos quais as disciplinas importantes para o estudo do direito são suplantadas pelo tecnicismo dominado por disciplinas inúteis. O corpo docente é assim selecionado ignorando as necessidades específicas do aluno para o curso de direito: são bons alunos, pelo menos no início, mas nem sempre são os melhores.

Dentro da faculdade de direito, a situação torna-se ainda mais complicada: professores descompromissados, ausentes ou atrasados contumazes, excesso de turmas e de alunos, além das querelas internas que atazanam a vida da universidade pública. A penúria financeira das federais, aliada a uma partidarização política do alunado e até do professorado, nefasta diante do demagogismo eleitoral para escolha de seus dirigentes, tudo isso leva a crescente e progressivo desinteresse dos alunos ao longo do curso. É impressionante a decadência geral que a faculdade de direito pública lhes causa.

A piorar a penúria, toda e qualquer iniciativa para angariar recursos e melhorar os parcos ganhos dos professores é tachada de “privatização da universidade pública”, atravancada com ações na justiça e temperada com mais demagogia política. As fundações das universidades são expostas como os grandes vilões, o governo simplesmente ignora as necessidades de manutenção e o caos prossegue. Mesmo que as ações dos líderes estudantis para impedir as especializações, para dar exemplo no âmbito da Faculdade de Direito do Recife, tenham sido derrotadas e a possibilidade dos cursos continue da mesma maneira que antes, os professores sem dedicação exclusiva, a grande maioria do corpo docente qualificado, simplesmente desistiram de organizar e participar de cursos e foram trabalhar na iniciativa privada, que os acolhe muito bem. Assim, os mesmos cursos de especialização, cujos recursos serviam para complementar o financiamento da faculdade pública, foram para as mãos dos empresários privados, os quais agradecem aos estudantes e aos professores que os apoiaram, em geral excluídos das especializações tendo em vista seu fraco desempenho.

Do lado das faculdades privadas, a situação é inteiramente diferente. Embora isso não seja válido para todos os cursos, certamente no curso de direito os alunos da universidade pública são os egressos das escolas privadas de nível médio, pois sua muito melhor condição financeira lhes permitiu escapar da baixa qualidade da escola pública de primeiro e segundo grau. Isso causa uma das maiores injustiças sociais no Brasil, fazendo com que o aluno com melhores condições financeiras estude gratuitamente na faculdade de direito pública e que o aluno mais sacrificado vá para a faculdade privada, sem condições de estudar e esfalfado por longo dia de trabalho. Claro que o ensino chamado público não é gratuito a não ser para as famílias dos alunos; ele é pago por esse povo pobre, que pelo menos nas faculdades de direito não consegue entrar.

A pesquisa jurídica nas instituições privadas, porém, ainda é aspiração distante, ressalvadas muito poucas exceções. Se criar um corpo docente além de horistas já se afigura tarefa muito difícil, imagine-se viabilizar condições de iniciação científica e dedicação ao estudo fora da sala. O investimento alto e o insignificante retorno financeiro assusta os empresários e a falta de pressão das entidades governamentais lhes dá o devido respaldo.

3. Aferição de qualidade docente e pós-graduação

Mas a situação do ensino e da pesquisa em direito no Brasil também apresenta horizonte mais esperançoso, pois a discussão sobre o profissional de direito que se quer no Brasil não se esgota no terceiro grau. Deixando de lado a educação fundamental, que também exige a experiência dos especialistas, cada vez mais passa a pós-graduação a ocupar lugar de destaque, seguindo, aliás, tendência mundial. A demanda revela-se no grande número de novos cursos de especialização (*lato sensu*) surgidos no País, incluindo aqueles promovidos no ministério público, na magistratura estadual, na justiça federal. Quanto à pós-graduação em sentido estrito, já estão credenciados mais de cinquenta cursos de mestrado em direito, enquanto que, dos quatorze cursos de doutorado, só três ou quatro têm mais de dez anos de atividade. O número de mestrados, por seu turno, era muitas vezes menor há dez anos, o que dá uma dimensão da demanda, mesmo levando em conta a extrema rigidez da CAPES no credenciamento de novos cursos. Essa expansão parece ser inexorável.

Mesmo as instituições privadas de ensino jurídico conscientizam-se da importância, qualitativa e empresarial, da pós-graduação, nesse mundo de serviços especializados. Se o ensino do direito pode ser visto pelos empresários como um

negócio, aos poucos já surge a consciência de que qualidade e lucro não se opõem; muito ao contrário, complementam-se. Por outro lado, sistemas de apoio ao estudante menos abastado, concedendo-lhe créditos educativos e bolsas, vêm cooperando para o acesso mais democrático a essas escolas.

Já é antiga a discussão sobre se deve prevalecer uma perspectiva generalista ou especializante na educação escolar. Se esse problema já é crucial nos três anos que antecedem a opção profissional do aluno, ingresse ele ou não no ensino superior, do ponto de vista do ensino jurídico a preparação fornecida pelo segundo grau e o correspondente vestibular parecem definitivamente inadequados. Não se trata de concepções pedagógicas excessivamente interdisciplinares, pois não é esse o caso, mas sim de uma exagerada concentração em conhecimentos específicos que muito pouco têm a ver com as profissões jurídicas, enquanto que, por limitações até de tempo, são bem menos numerosas e, em existindo, mais negligenciadas, disciplinas fundamentais para o estudo do direito como lógica, ética, retórica, história, línguas estrangeiras, noções gerais de política e cidadania etc.

Causa espécie o fato de tantos jovens desejarem ingressar nos cursos jurídicos e as matérias essenciais a esses estudos serem inteiramente negligenciadas nos exames vestibulares e no seu corolário, no ensino de segundo grau. Se a demanda pelas profissões de físicos, engenheiros, químicos e biólogos, espelhando o mercado de trabalho, é tão reduzida, não se compreende a insistência de conteúdos programáticos sobre mitoses, meioses, moles e vetores. Uma reforma que já começa a se delinear em algumas poucas escolas deve ampliar matérias mais úteis aos futuros juristas. Para que a mudança não cause o prejuízo ao contrário para os estudantes com inclinações mais técnicas e tecnológicas, os currículos seriam opcionais, como os antigos clássico e científico.

Claro que a grande necessidade é por escolas e cursos profissionalizantes; toda essa discussão só tem sentido porque a preocupação aqui é com a educação jurídica universitária, o terceiro grau. Essas opções pedagógicas continuam a constituir problemas também no curso de graduação em direito, o qual necessita fornecer ao aluno uma educação humanística mais geral, uma formação técnica nos fundamentos do direito positivo e as habilitações específicas para a prática profissional.

Esses muitos problemas discentes não podem ser separados de sua contraparte principal, qual seja, um corpo docente que jamais se submeteu a qualquer modalidade de aferição acadêmica, cujo currículo reduz-se a uma manipulação dos colegas e das lideranças estudantis. Na melhor das hipóteses, o concurso na juventude distante, bem sucedido para uma carreira jurídica burocrática, pouco ajuda

nas habilidades acadêmicas de um professor. Claro que há advogados e juizes com dimensão universitária, dependendo de sua historia de vida, mas a grande maioria é de diletantes. Isso para não falar dos professores que investiram contra pesquisas, cursos e titulações e que sequer concursos ou experiência profissional naquelas áreas dogmáticas possuem, além das sinecuras públicas que lhes foram porventura presenteadas.

Ajudando a superar todas as dificuldades enfrentadas pelos juristas, porém, os programas de estudo e pesquisa em seus diversos níveis têm crescido mais e mais em todo o País.

4. Dois mundos a conciliar: o público e o privado diante da área de direito

Apesar da argumentação pretensamente objetiva e geral, as ações opostas à pós-graduação parecem ter fundamento nitidamente pragmático e, por motivo desse caráter existencial de sobrevivência, os críticos atuam denodadamente em defesa de seus interesses, sobretudo no que concerne aos ambientes no serviço público. Ultrapassados em todos os sentidos, eles temem a pós-graduação, como um mundo desconhecido, no qual não viveram e cuja importância não querem compreender.

Nas universidades públicas, por exemplo, não corresponde à verdade a afirmação de que os critérios para progressão na carreira de magistério dependem exclusivamente da pós-graduação. Por um lado, é certo que, em universidades de qualidade, o entendimento é que ter defendido tese de doutorado simboliza simplesmente o fim da carreira de aluno; não é preciso ir ao exterior para encontrar essa perspectiva, pela qual o bom professor precisa apresentar muito, muito mais do que isso.

Por outro lado, contudo, em universidades menos qualificadas, é perfeitamente possível progredir na carreira se o docente, mesmo sem experiência profissional em pesquisa, até sem ter realizado qualquer trabalho de maior fôlego, vem produzindo trabalhos outros, como artigos, pareceres e inclusive decisões em revistas especializadas; tem publicado em congressos, é convidado para ministrar cursos e palestras em outras universidades; vem compondo bancas examinadoras de concursos públicos jurídicos, ainda que não-acadêmicos; vem cooperando junto a órgãos de pesquisa sérios; em suma, “tem currículo”. O que não se pode é nivelar por baixo e aceitar como título acadêmico uma banca de advocacia bem ou mal sucedida ou a escolha política para participação em tribunais superiores, conquistas sem dúvida admiráveis, mas que nada têm a ver com ensino, pesquisa ou extensão universitárias.

Se pode haver advogados, procuradores, ministros e desembargadores com dimensão universitária, basta olhar para ver os muitos a quem a ciência do direito é inteiramente estranha, o que não é nenhum demérito, desde que se perceba a diferença. A atividade dogmática é um dos objetos dela, mas é ignorante e falaz confundi-la com a atividade científica. O profissional em formação não se deve deixar enganar pela mágoa impotente que subjaz aos últimos cantos de cisne que combatem os critérios de excelência acadêmica, sobretudo a pós-graduação, estertores já extintos em todas as universidades decentes do mundo e prestes a calarem-se, mesmo aqui na periferia.

Como estratégia bem sucedida de preparação para a pós-graduação e ao mesmo tempo de integração entre graduação e pós-graduação, aparece o Programa Integrado de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em cooperação com as universidades, sobretudo as federais. A área de direito tem participado, ainda que timidamente. Mesmo diante dos dados quantitativos referentes à progressiva privatização do ensino superior, sobretudo na área jurídica, a absoluta predominância das universidades públicas, em relação ao PIBIC, demonstra uma relação qualitativa inteiramente diferente, na qual estas levam grande dianteira. Inobstante a queda no ensino público superior, seu alunado ainda é, sem dúvida, o melhor. Para atrair clientela mais capacitada, dentre outras estratégias, as universidades privadas que perseguem a qualidade têm procurado instituir seus próprios programas de iniciação científica, com ou sem apoio do governo, muitas com sucesso.

O excessivo aumento de faculdades de direito tem muitas facetas: o governo abdicou do terceiro grau; o empresariado viu que alguns cursos podem ser lucrativos; a profusão e a confusão legislativas facilitam as coisas (os conselhos estaduais autorizam faculdades de direito pertencentes a autarquias, por exemplo, sem passar por qualquer manifestação da OAB).

O ponto bom é o aumento do mercado e vagas de trabalho para os professores de direito. Não vêm à toa as disputas internas na magistratura ou no ministério público, que chegaram até o Supremo Tribunal Federal, a respeito de quantas aulas semanais seus membros podem assumir.

5. Especialização e profissionalização do docente

A pós-graduação em direito, no Brasil, começa na primeira metade do século XX, com a implantação dos cursos de doutorado no Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Esses cursos tinham perfis relativamente simples, pode-se

dizer mais correspondentes aos mestrados ou mesmo às especializações de hoje. A pós-graduação da Faculdade de Direito do Recife, por exemplo, instituída em 1938, como curso de doutorado, apresentava apenas oito disciplinas de trinta horas em sua grade curricular, sem exigências de língua estrangeira ou produção científica substancial. Tal qual em outros países como a Itália, por exemplo, não havia nível de mestrado na pós-graduação em direito. Tampouco eram padronizadas as estruturas acadêmicas.

Na passagem para a década de 70, com maior centralização e fiscalização por parte do governo, as exigências doutorais passaram a ser maiores e mais unificadas, fazendo com que se expandisse no País a criação de cursos jurídicos de mestrado, em detrimento dos doutorados, muitos dos quais foram, por assim dizer, rebaixados à condição de mestrados, como no caso do mestrado em direito na Faculdade de Direito do Recife. A tradição anterior desses doutorados, porém, parece ter feito com que os primeiros mestrados e os demais que a eles se seguiram se encaminhassem para excessiva complexidade: os poucos mestrados em direito consolidaram-se como cursos longos, dispersos em seus conteúdos, calcados em estudos que não se dirigiam às dissertações, fazendo com que a média de tempo de conclusão se colocasse entre as mais altas e menos desejáveis das áreas de conhecimento classificadas pela Fundação Capes e pelo MEC.

Implantou-se assim, no Brasil, a cultura de mestrados em direito, com carga horária exagerada, consistindo de disciplinas desconexas entre si e de corpos docentes isolados em suas linhas de pesquisa e excessivamente burocráticos em suas exigências curriculares. Não se deve esquecer, porém, a importância desses primeiros mestrados na formação da pesquisa jurídica e maturação científica da área. Esse perfil acadêmico começa a mudar com rapidez nos últimos anos e aí a OAB, por meio de sua Comissão de Ensino Jurídico, tem tido papel importante na criação e apoio de exigências prévias para criação e manutenção de cursos jurídicos, mesmo sendo órgão de classe, na opinião de alguns desvinculados dessa sorte de problemas. Dentre elas, a exigência de titulação que incentiva a demanda por pós-graduações em direito.

A tendência parece ser a de simplificar e expandir os mestrados, reservando às instituições mais sólidas a responsabilidade pelos cursos de doutoramento. O problema é que, para consolidar um curso de mestrado, a instituição precisa de doutores e não de mestres, problema que só pode ser solucionado enviando professores para cursar doutorados fora do País, opção cada vez mais difícil, diante da escassez de bolsas para a área de direito, ou realizando doutorados interinstitucionais ou itinerantes.

Do outro lado, mais na base da pirâmide da educação jurídica no Brasil de hoje, está aparentemente consolidado um processo de aumento de possibilidades de acesso à Universidade por parte da população, processo esse que já há várias décadas teve início. Nesse sentido, continua sendo crescente o número de cursos de graduação, aumentam-se vagas em cursos já instituídos e mesmo novos centros universitários e universidades despontam a todo momento.

O nível de crescimento dos cursos de pós-graduação, contudo, longe de acompanhar esse ritmo, sequer tem feito frente à demanda e às expectativas dos egressos do ensino do terceiro grau, clientela em potencial para programas de especialização, mestrado ou doutorado. Evidentemente, pelo seu grau de aprofundamento e por suas exigências peculiares, os cursos de pós-graduação não podem oferecer o mesmo índice de crescimento em relação aos bacharelados. Mas essa e outras discrepâncias parecem exageradas no que concerne à área jurídica.

É sabido que investimento em educação é das vias mais eficientes para possibilitar a mobilidade social. No Brasil de hoje, entra na escola pública superior quem fez escola básica privada e vice-versa. Excluindo-se estratégias complicadas e de resultado duvidoso, na direção de “ações afirmativas” que reservariam quinhão de vagas especificamente para os economicamente menos favorecidos ou outros critérios, chega-se então a uma encruzilhada lógica e, enquanto tal, muito simples: só há duas maneiras, as quais não são excludentes; muito ao contrário conciliáveis, para enfrentar o problema.

Uma delas é melhorar a qualidade do ensino público fundamental, possibilitando aos mais pobres concorrência leal pelas melhores faculdades de direito. A outra, melhorar a qualidade da escola privada superior. Claro que sem deixar cair o nível da escola superior pública, patrimônio ímpar dentre países subdesenvolvidos como o nosso, asneira que o governo já vem há muito praticando, infelizmente. A primeira solução está realmente nas mãos do governo; é problema social. A segunda tem como estratégia básica incrementar a pós-graduação em direito nas instituições privadas, nas quais investir na qualidade da infra-estrutura física (de informática, biblioteca, instalações etc.) é relativamente simples; seu grande problema é a qualificação docente.

Salta aos olhos a enorme desproporção quantitativa entre graduação e pós-graduação em direito, a qual não tem paralelo em qualquer das áreas do conhecimento em que se tem estruturado o sistema educacional brasileiro. Observe-se ainda, dentre as numerosas peculiaridades do curso e do campo profissional jurídico, que a pós-graduação não se dirige especialmente à formação de novos docentes. Nota-se demanda diversificada também da parte de bacha-

réis sem especial interesse no magistério, mas com pretensões de titulação e aprofundamento para inserção e progresso em suas respectivas carreiras profissionais, demanda a que a pós-graduação *lato sensu* não tem conseguido responder, em termos qualitativos. Que os juristas precisam constantemente atualizar-se parece ser truísmo no mundo moderno. Os dados coletados e analisados pela CEJ, nas pesquisas levadas a efeito pela OAB, mostram que há grande demanda, também por parte de agentes jurídicos desvinculados de atividades acadêmicas, pelos cursos de pós-graduação, sejam cursos curtos de atualização, sejam especializações, mestrados ou doutorados. Todos os indicadores apontam na direção de um mercado de trabalho cada vez mais dirigido à prestação de serviços, ambiente do operador jurídico; mas sobretudo a serviços especializados. Para setores mais complexos, em suma, a formação de quarto grau é primordial.

Tentem-se listar alguns entraves que encontra a especialização e inserção profissional do advogado no momento:

- a) as dificuldades encontradas pelas instituições de ensino jurídico para qualificar seus docentes em nível de mestrado e doutorado;
- b) os índices efetivos insuficientes de titulação dos atuais professores, prejudicando a qualidade e a produtividade do ensino e da pesquisa em direito, posto ser a titulação uma condição prévia exigida pelas agências de fomento nacionais e internacionais;
- c) a necessidade de desenvolver uma política de capacitação para todo o Sistema de Educação das IES, sobretudo diante das exigências de titulação e produção científica colocadas aos cursos de graduação em direito pelo Ministério da Educação;
- d) a demanda no sentido de criar mecanismos de integração entre a universidade e a comunidade profissional, representada pelas diversas categorias de operadores jurídicos, visando aprimorar as práticas jurídicas forenses e não forenses;
- e) as dificuldades encontradas para publicação da produção acadêmica e científica na área jurídica, pois há poucos veículos com controle de qualidade e sua longevidade é ainda menor. O catálogo *Qualis* da CAPES, além de mal informado, precisa de maior divulgação e transparência de critérios, tais como qualidade dos trabalhos, *curricula* dos autores, vinculação a uma instituição de prestígio, longevidade, dentre outros.

Implantam-se assim novas relações entre o ensino superior e sociedade, procurando fazer do professor também um pesquisador que atualiza o saber que transmite, pois a instituição de ensino superior deve ser caracterizada, principalmente, pelo nível de seu corpo docente.

Face à função da universidade, no sentido de responder aos desafios colocados pelas mudanças, o sistema de pós-graduação *stricto sensu* precisa ser colocado como o maior estimulador ao progresso do conhecimento jurídico. No entanto, em termos nacionais, apesar de algum apoio às instituições promotoras desses cursos, mediante as agências de fomento, a situação da pós-graduação, em especial a da área de direito, não tem se desenvolvido da melhor forma, com muita política e pouca sensibilidade para com as desigualdades regionais e as parcerias institucionais.

Resumo

O artigo enfoca tema de alta relevância, concernente aos critérios adotados pela Secretaria de Ensino Superior do MEC e outras instituições governamentais ligadas à educação, em relação à autorização de funcionamento de cursos de pós-graduação. Após análise geral desses problemas, o trabalho passa a abordar o caso específico dos cursos na área de direito, aportando diversos pontos críticos que dificultam a adoção das medidas corretivas necessárias, quando aprovado pela inércia governamental em superá-las.

Palavras-chave: Pesquisa; Graduação; Pós-graduação; Ensino jurídico; Pesquisa juridical.

Abstract

The article focuses on the relevance of criteria adopted by the Secretariat for Superior Education of the Ministry of Education and other governmental institutions concerning the authorization to the functioning of graduate programs. After a general analysis of such issues, the text deals with specific cases of Law graduate programs, stressing the many critical aspects that make the adoption of necessary corrective measures difficult when approved by governmental inertia in overcoming them.

Key words: Research; Undergraduation; Graduation; Juridical education; Juridical research.

Resumen

El texto trata de la alta relevancia reconocida a los criterios adoptados por la Secretaría de Enseñanza Superior del Ministerio de Educación y otras instituciones gubernamentales vinculadas a la educación para la autorización de funcionamiento de programas de pos grado. Luego de un análisis general de estos problemas, el texto trata del caso específico de los programas en el área del Derecho, señalando los diversos aspectos críticos que hacen difícil la adopción de medidas correctivas necesarias cuando aprobadas por la inercia gubernamental en superarlas.

Palabras clave: Investigación; Pre-grado; Grado; Enseñanza jurídica; Investigación jurídica.

Edila Ferri

Mestre em Educação. Professora da UPIS
e da Secretaria de Estado de Educação-DF.

**Tancredo & Clorinda
à luz de Tasso,
Monteverdi e Freud***

*MELLO, H. Haydt de S. Brasília: Báscula Editora, 2006.

Apresentar em poucas linhas a trajetória tão singular do escritor, poeta e psicanalista H. Haydt de S. Mello, não é fácil.

H. Haydt de S. Mello nasceu no Rio de Janeiro, formou-se em medicina e, em 1982, fundou o Colégio Freudiano de Psicanálise, em Brasília. Escreveu várias obras, entre elas: *Vir por ver* (1963); *Acta de psicanálise* (1987); *O manuscrito perdido de Freud* (1987); *Édipo-Rei* (1988); *Laio* (1991); *Romanceiro de Antígona* (1995); *À busca de Édipo pessoa-física* (2001) e recentemente, em novembro de 2006, em Brasília, publicou *Tancredo & Clorinda à luz de Tasso, Monteverdi e Freud* pela Báscula Centro Cultural e Editora. São 239 páginas de registro comprometido com a psicanálise sustentada pelo autor.

Como o prefácio do livro esclarece, Mello, a cada primeira quinta-feira do mês, no Colégio Freudiano de Psicanálise em Brasília, desde a sua fundação, se ocupa em “*desenvolver uma linha de transmissão que procura ser quase totalmente fiel ao básico da Psicanálise*”. O livro é parte dessa transmissão psicanalítica que o autor chama ‘*SintomaFreud*’.

Quer gostem, quer não, H. Haydt de S. Mello é genial! Utilizando-se da arte de quem faz da psicanálise algo muito peculiar, um conteúdo vivo, dedica-se, articula e produz mais uma obra de raro valor. A sua gênese exhibe a mítica transmissão da mais recuada e original psicanálise freudiana.

Alguns psicanalistas trilham caminhos que estão mais próximos da psicologização do que da psicanálise. Não é o caso de H. Haydt de S. Mello. Quando se trata de psicanálise ele não pondera, pontua; não está interessado em conhecimento, mas no saber do inconsciente. Isso é apontado no livro: “*levar em conta, na escuta analítica (...) o Inconsciente não como estorvo à adequação do neurótico, mas como lugar que apresenta o sujeito*”. Aproveitando o embalo, H. Haydt de S. Mello não se limita a reproduzir discursos que circulam nos meios acadêmicos. Ele vai além, desmantela essas besteiras e diz que o humano, pleno de significantes, pode até falar e passar para outro humano o que moldou sua carne. Nesse ponto, é

inexorável: articulando o animal e o humano, com suas ferramentas de artífice e sua paixão etológica, declara, à página 29 e 30:

“Tudo está na origem do homem, tudo isso está na origem da linguagem. Por isso, pode-se falar à vontade com um urso, que ele não vai responder: a transmissão que ele recebeu é dos ursos, onde não há significantes (...). É preciso aproveitar o tempo dos arquiante-passados, capazes de aprender com o significante, é preciso receber essa capacidade (...) e aprender a falar. Quando o humano entra no mundo do Simbólico, ele já se comprometeu com toda a série significativa (...). Fora e antes do Ego, no tempo dos arquiante-passados, e apenas como versões (...) – lá estão Fúrias, Deuses, Potestades etc, que já foram ‘introjeções-projeções’ de nossos ‘arqui-antigos’ e que, do Inconsciente, podem surgir como retornos de ‘arqui-antigos’ recalçados, hoje se alinhando como visões capazes até de algum socorro, certamente religioso, para o neurótico – pois o mundo nasceu outra vez junto com o seu nascimento”.

Na parte inicial do livro *Tancredo & Clorinda à luz de Tasso, Monteverdi e Freud*, o autor esclarece que Freud utiliza-se da dimensão mítica para avançar respostas que a ciência não formulou. Fundamentado e autorizado por Freud, H. Haydt de S. Mello toma então o estabelecimento mítico para construir entrançamentos psicanalíticos ao lado dos seguintes autores: Torquato Tasso, autor do épico-romanesco *Jerusalém libertada*; Cláudio Monteverdi, que produz o madrigal operístico: *Il combattimento di Tancredi e Clorinda* com o recorte que faz da obra de Tasso; e Freud, que no épico-romanesco constatou, nesse autor pré-psicanalítico, a *compulsão de repetição*. Tasso, Monteverdi e Freud são *as três luzes* de H. Haydt de S. Mello.

A Clorinda de Tasso é, para H. Haydt de S. Mello, montagem que revela a alma e o desejo do autor de *Jerusalém libertada*. Diferentemente de Tancredo de Hauteville: lorde normando do sul da Itália que se destacou nas batalhas da Primeira Cruzada e que, após a tomada de Jerusalém, recebeu o título de Príncipe da Galiléia. Tancredo de Hauteville, para a ciência, se desvaneceu. Contudo, foi retratado por Tasso como personagem fictício, necessário à época, para escapar das perseguições. Voltando a Clorinda, H. Haydt de S. Mello diz que ela é miticamente uma esfinge e que Tasso colocou nela um sinal de heroína. A tecedura de Tasso diz que é filha de reis etíopes e nasceu branca como a neve. A mãe, temendo ser descoberta, substituiu-a por uma menininha negra e a confiou a um eunuco, que a

levou para o Egito, juntamente com a recomendação de que fosse batizada. No caminho, eles encontram uma tigresa. Ele foge e deixa a criança para a fera que, cheirando-a, aproxima-se e deposita suas tetas cheias de leite na boca da pequena. Embora de origem cristã, ela segue sem batismo. Cresce exercitando-se como guerreira criada por sarracenos, do lado dos quais luta nos movimentos da Primeira Cruzada.

O autor explica, no livro, que o primeiro encontro de Tancredo e Clorinda refere-se ao súbito amor que o príncipe, nobre, franco, cristão, experimenta pela adversária. Tancredo, pela primeira vez, topa com Clorinda, posta em armadura, sem elmo, fatigada, a mitigar a sede em jubilosa fonte. Quando Clorinda vê Tancredo com seus guerreiros, foge, deixando-lhe a bela imagem da donzela.

O segundo encontro refere-se ao enfrentamento, ao combate. Clorinda, à frente de seus soldados, vestida de guerreiro, com armadura de metal polido: ataca, duela com Tancredo. Seu tesão era puro combate: não quer conversa, não diz quem é. Encobre o amor e a identidade. Ele, Tancredo, tangencia o campo do erótico enquanto combate com o destemido guerreiro. Cada um vai se chegando mais próximo do outro, os corpos vão se encontrando. É o momento erótico que H. Haydt de S. Mello nomeia como: *O junta, o acocho, o arrocho*.

O terceiro encontro refere-se ao não reconhecimento da amada. Tancredo não reconhece Clorinda, fere-a mortalmente. Tancredo desconfiava; contudo, não sabia que aquele guerreiro vencido, com quem lutava, era Clorinda. O guerreiro matou o rival que era sua amada. A mão de Tancredo treme ao desatar o elmo do adversário, sinalizando que algo terrível aconteceu. É Tasso, diz H. Haydt de S. Mello, “*nos falando do saber do inconsciente, que se apóia no dizer do corpo*”. À morte, Clorinda perdoa o vencedor e lhe pede o batismo. Tancredo, após o sepultamento, entra em um bosque encantado, saca o gládio e golpeia uma árvore. Alucinado, doente, ouve e vê Clorinda, cuja alma fora aprisionada na árvore golpeada. Daí em diante, sob “*luto patológico*”, ele se vê compelido a matar Clorinda repetidas vezes. Isso, para H. Haydt de S. Mello, não cabe no real, mas no mítico freudiano.

Os temas psicanalíticos, articulados de modo preciso e inusitado por H. Haydt de S. Mello foram divididos em quatro partes no livro. Aliás, vale a pena tentar visualizá-los. Na primeira parte, são apresentados argumentos referentes à *Introdução e fundamentos: antes de tudo, o Mitho; Mimetismo, identificação e mito; O mitho, o mito, o mítico; O mítico de Tasso em Jerusalém libertada; Certos morcegos; Guerrear a guerra; Combater, sempre; As três luzes; Realidade histórica e estabelecimento mítico; Os três encontros*. Na segunda, *Tancredo e Clorin-*

da: o combate, o autor nos traz o madrigal de Monteverdi, em italiano, e o traduz. Nessa parte, destacamos alguns títulos que são: *O recorte de Monteverdi*; *O sujeito do parágrafo*; *O amor e a guerra*; *O junta, o acocho, o arrocho*; *A bandeira, o emblema, a semaforia*; *A morte em terra – o baptismo – a vida pela água*. Na terceira, *Clorinda: sintoma e recalque*. O autor trabalha: *O mítico Sintoma-Clorinda*; *O recalque de Clorinda*; *Clorinda não se amansa*; *Sobre o sintoma e o anatômico como destino*; *A identificação e o desejo visionário*; *Nós e nossos nós*; *A diferença sexual*; *O grande rodapé*. E, na parte final, *Tancredo: luto e repetição*, os títulos são: *O luto de Tancredo*; *O luto, a não-elaboração do luto: a melancolia*; *Quarto encontro*; *O luto patológico e a compulsão*; *A repetição*; *A vitória e o fim*.

Para aqueles que querem Jacques Lacan, H. Haydt de S. Mello, embora não o tenha contemplado no título, não deixa de referi-lo no decorrer da obra. Nessa medida, à página 150, temos:

“Onde não entra a dialética, entra o mito – diz Jacques Lacan. É o que me autoriza a contar a história do sintoma à moda da carocha, do que gosto muito, talvez pelo fato de eu mesmo ter ensaiado sobre o sintoma uma versão perigosa, tapando as frestas que há entre as tábuas do conhecimento”.

Tancredo & Clorinda à luz de Tasso, Monteverdi e Freud é um livro encantador e belíssimo. Um verdadeiro presente aos amigos! Foi ilustrado por André Leon. A revisão, paginação e diagramação são primorosas. Além de estar longe do comum, quando se trata de psicanálise.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 *gráfica e editora*
inconfidência

fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350
brasilá distrito federal

Site: www.graficainconfidencia.com.br
E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br

